



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE MESQUITA, NA
BAIXADA FLUMINENSE: UMA IDENTIDADE DOCENTE EM
CONSTRUÇÃO**

ADRIENA CASINI DA SILVA

Orientadora: Prof^ª. dr^ª. Miriam Waidenfeld Chaves

RIO DE JANEIRO

2016

ADRIENA CASINI DA SILVA

**A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE MESQUITA, NA
BAIXADA FLUMINENSE: UMA IDENTIDADE DOCENTE EM
CONSTRUÇÃO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título de
mestre em educação.

Orientadora: Prof^ª. dr^ª. Miriam Waidenfeld Chaves

RIO DE JANEIRO

2016



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação “A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE PROFESSORES DE MESQUITA, NA
BAIXADA FLUMINENSE: UMA IDENTIDADE DOCENTE EM CONSTRUÇÃO.”

Mestrando(a): **Adriena Casini da Silva**

Orientado(a) pelo(a): **Profa. Dra. Miriam Waidenfeld Chaves**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino
para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Presidente: *Miriam Waidenfeld Chaves*
Profa. Dra. Miriam Waidenfeld Chaves

Libânia Nacif Xavier
Profa. Dra. Libânia Nacif Xavier

Amália Dias
Profa. Dra. Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra

S586t Silva, Adriena Casini da
A trajetória profissional de professores de
Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma identidade
docente em construção. / Adriena Casini da Silva.
-- Rio de Janeiro, 2016.
146 f.

Orientadora: Miriam Waidenfeld Chaves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal
do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa
de Pós-Graduação em Educação, 2016.

1. História da Educação na Baixada Fluminense.
 2. Secretaria Municipal de Educação de Mesquita.
 3. identidades docentes. 4. ethos profissional.
- I. Chaves, Miriam Waidenfeld , orient. II. Título.

Aos meus pais, Adnéa e João Carlos, que não mediram esforços para me incentivar, guiar, amparar e ensinar ao longo desta trajetória. À minha família e aos amigos pela torcida, motivação e auxílio. À minha orientadora Miriam e demais professores que contribuíram com orientações e trocas que foram enriquecedoras para minha pesquisa e formação. À Mesquita, pela história que seu povo e sua memória contam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela oportunidade que tenho de seguir meus estudos com saúde e com uma família que me apoia sempre.

Agradeço a meus pais, Adnéa e João Carlos, minha irmã, Adriane, pela paciência, por entenderem os dias que passei sentada no computador escrevendo e pesquisando. Agradeço muito a familiares que me ajudaram durante o processo de contatar entrevistados, especialmente minha mãe Adnéa e minha tia, Arinéa.

Um grande “thank you” a todos os meus amigos, que apoiaram, riram, choraram, sofreram junto (chegando a comentar que parecia que o mestrado não acabaria nunca!) na caminhada, especialmente às amigas, Cristiane Vales Maciel, Leni Maciel, Andréa Cristina Oliveira e Wânia Balassiano pelas intensas trocas de informações, motivação e ajuda. Ana Carolina e Kadson Gomes que torceram bastante! Afrânio Junior, que me ajudou nos últimos minutos a salvar a impressão dessa dissertação, quando tudo parecia seguir a Lei de Murphy! Todo pessoal do GPEMFS-UFRRJ pela torcida, obrigada ao amigo Jeimis Castro por suas dicas!

Agradeço os comentários e referências de amigos das Conversas com Pós-graduandos da linha de História da Educação das universidades mais renomadas do Rio de Janeiro e aos amigos que fiz durante o Congresso Brasileiro da História de Educação (2014), em Maringá. Termino essa parte dos amigos desejando que toda minha turma obtenha seu grau de mestre com sucesso. Tenho sorte de fazer parte de uma turma tão maravilhosa e alegre, parabéns “Mestrandos 2014”, esse ano a gente acaba! #vidademestrandoxhaha.

Agradeço à minha orientadora Miriam Waidenfeld Chaves, por sempre estar aberta ao diálogo e por ter me escolhido como orientanda. Aprendi muito nesse processo e agradeço mesmo por suas orientações e paciência, espero que nossa amizade continue por muitos anos.

Não querendo me alongar muito, mas agradeço também a todos os demais docentes que somaram à minha pesquisa e formação, em especial aos professores Libânia Xavier, Sônia Lopes, José Cláudio Sooma, Daniela Patti, Frederico Loureiro, Mary

Rangel, Cláudio Alvarenga Barbosa. Agradeço o carinho e prontidão com a qual sempre fui recebida pelos funcionários do PPGE, em especial à Solange Rosa Araújo.

Agradeço a todos os professores que se colocaram à disposição para participar da minha pesquisa, a todos os coordenadores, diretores e colegas de trabalho que compreenderam minhas ausências em alguns momentos e ajudaram na “flexibilização” de horários para apresentação de trabalhos, congresso e realização de entrevistas. Esse incentivo é muito raro, um grande “obrigada”.

Um “obrigada” a todos os pesquisadores que contribuíram com materiais que me auxiliaram como Edson Borges Filadelfo. Muito obrigada à Amália Dias, pela oportunidade de compor a minha banca e pelo interesse em minha pesquisa.

Agradeço o apoio e torcida pela pesquisa, por parte dos funcionários da Prefeitura Municipal de Mesquita e da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita.

A todos os citados e aos que não pude mencionar aqui, meu “thank you very much”.

RESUMO

SILVA, Adriena Casini da. *A trajetória profissional de professores de Mesquita, na Baixada Fluminense: Uma identidade docente em construção*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (mestrado em educação), 146 fls. – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Esta dissertação pertencente à linha de História, Sujeitos e Processos Educacionais a partir de uma abordagem sociológica, visa compreender como se constitui a identidade profissional da primeira geração de professores de Ensino Fundamental em Mesquita (RJ), bem como a própria Secretaria Municipal de Educação de Mesquita se estrutura em seus primeiros anos de existência (2000-2006). Através dos conceitos de socialização e identidade profissional (DUBAR: 1998; 2005), de *ethos* (BOURDIEU: 1984; 1989; 2006; 2008) e de configuração social (ELIAS: 1994) pudemos perceber que se a municipalização de Mesquita ocorre segundo os expedientes de uma política local bastante forte na região, seu corpo docente se constitui de modo variado e heterogêneo – professores concursados oriundos de Nova Iguaçu, professores contratados pela Cooperativa Multiprof e professores contratados de escolas particulares alugadas –, aspecto esse que gera uma série de tensões no interior desses agrupamentos profissionais. Tensões e conflitos que, inclusive, trazem à tona o próprio *modus operandi* das lutas emancipatórias na Baixada Fluminense. Enfim, a análise de documentos oficiais – leis e decretos municipais – e as entrevistas realizadas com oito professores que vivenciaram todo o processo de emancipação nos mostraram que os seis primeiros anos de existência da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita foram turbulentos e marcados por querelas de diferentes instâncias: a) entre prefeitos de Nova Iguaçu e Mesquita; b) entre prefeitos e professores; c) entre professores. Tais debates mostraram o significado social e político da luta emancipatória e o preço que se paga para vê-la concretizada.

Palavras-chave: História da Educação na Baixada Fluminense; Secretaria Municipal de Educação de Mesquita; identidades docentes; *ethos* profissional.

ABSTRACT

SILVA, Adriana Casini da. *The professional teachers trajectories in Mesquita (RJ), Baixada Fluminense: The teacher identity development*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Masters in Education Thesis, 146 pages. – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This History of Education thesis – embedded in Sociologic studies – aims to understand the professional identity development of the first generation of public elementary teachers of Mesquita (RJ) from 2000 to 2006, after the emancipation of the city, in 1999. Besides, the purpose of this study is to investigate how Mesquita's Educational Agency is organized. Based in the concepts of socialization and professional identity (DUBAR, 1998; 2005, *ethos* (BOURDIEU, 1984; 1989; 2006; 2008) and social configuration (ELIAS, 1994). Strong political forces influenced the emancipation process and a heterogeneous group of teachers constitutes the first teachers group of this educational public system: a) hired teachers from “municipalized private schools”; b) hired teachers from Multiprof; c) Nova Iguaçu's civil service teachers. This exposes some tension in the teachers group and, consequently, the related *modus operandi* to the emancipatory actions at Baixada Fluminense. In short, the methodology of this research bases on the analysis of official documents, such as city Laws and Regulations, and of eight-teacher interview – teachers who were part of this first generation of Mesquita's teachers group in this moment. These teachers' reports present the tension towards the emancipation of the city and its first steps, relating to different instances, but particularly between: a) the mayors of Nova Iguaçu and Mesquita; b) mayors and teachers; c) teachers. It shows the social and political meaning of the emancipatory movement, likewise the price paid to make it happen.

Key-words: Baixada Fluminense's History of Education; Mesquita's Educational Agency; teachers identities; professional ethos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A PROFISSÃO DOCENTE NA BAIXADA: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO	19
1.1 A HISTÓRIA JÁ CONTADA	21
1.2 UM PONTO DE VISTA POSSÍVEL	34
CAPÍTULO II – MESQUITA: UM MUNICÍPIO CHEIO DE HISTÓRIAS	48
2.1 BAIXADA FLUMINENSE: UM PEDAÇO DO RIO DE JANEIRO COM FORTE HISTÓRIA LOCAL	51
2.1.1 O PERFUME DA LARANJA: UMA MARCA IDENTITÁRIA DA REGIÃO	53
2.1.2 POLÍTICA EMANCIPATÓRIA E “MODERNIDADE”: UMA SEGUNDA MARCA IDENTITÁRIA	59
2.2 MESQUITA: EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE	64
2.2.1 AS ORIGENS: UM TEMPO “DESACELERADO”	64
2.2.2 AS TRANSFORMAÇÕES: UM TEMPO “ACELERADO”	66
2.2.2.1 A EMANCIPAÇÃO: UMA LUTA CHEIA DE “IDAS E VINDAS”	71
2.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: PRIMEIROS PASSOS	83
CAPÍTULO III – O CORPO DOCENTE: UM QUEBRA-CABEÇA DIFÍCIL DE SER MONTADO	93
3.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES	95
3.2 DÚVIDAS E ANGÚSTIAS DE QUEM “CHEGOU LÁ”	104
3.3 UM BALAIO DE TENSÕES	113
3.3.1 TENSÕES ENTRE OS <i>ETHOS</i> PROFISSIONAIS	114
3.3.2 TENSÕES ENTRE PREFEITOS	118
3.3.3 TENSÕES ENTRE CONCURSADOS E CONTRATADOS	123
3.3.4 TENSÕES ENTRE CONTRATADOS	127
3.4 UMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO “AZEITADA”: A PRIMEIRA	

CONFIGURAÇÃO PÓS-TENSÕES	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO¹: 1990).

Enquanto estudante de licenciatura em pedagogia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) –, tive a oportunidade de estagiar em escolas particulares e públicas do município de Mesquita, onde resido desde meu nascimento. Além disso, por ter muitos professores em minha família, sempre me interessei pela profissão que, inclusive, escolhi para mim.

Por isso, pode-se afirmar que o tema desta pesquisa advém da minha trajetória individual e acadêmica: originou-se das observações de estágio em escolas mesquitenses e da convivência com a minha família de professores, na qual a maioria atua, especialmente, em Mesquita, na Baixada Fluminense.

Mesquita é o município mais jovem do estado do Rio de Janeiro, que se emancipou de Nova Iguaçu, em 1999. Está localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense, região que é formada por mais treze municípios: Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Belfort Roxo, Duque de Caxias, Magé e Guapimirim.

A cidade é conhecida como “A caçula da Baixada”. Sua história se confunde com a da Baixada, tendo Nova Iguaçu como o plano de fundo, uma vez que Mesquita fora um dos seus distritos de 1952 até sua emancipação.

As modificações nas leis, como a promulgação de novas constituições e legislações que aqueciam o quadro de emancipações em todo o Brasil, fizeram com que Mesquita, o quinto distrito de Nova Iguaçu, tenha tentado se emancipar ainda na década de 1940, havendo, entretanto, na década de 1980 uma intensificação dessa luta que cada vez mais consegue a participação de sua população e seus representantes (SILVA: 2004; BARROS: 2011).

Sua emancipação acontece, finalmente, em 1999², porém as primeiras eleições

¹ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

² Após uma batalha judicial que envolveu o Comitê Pró-Emancipação, a Câmara de Vereadores, a Prefeitura de Nova Iguaçu e o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o Supremo Tribunal Federal decide pela emancipação de Mesquita do município de Nova Iguaçu (SILVA: 2004).

para prefeito ocorreram apenas em 2000, vencendo o sr. José Montes Paixão, político que fora muito influente na luta pela emancipação da cidade. Em 2001, a prefeitura se instala e algumas secretarias começaram a ser criadas, como a Secretaria Municipal de Educação, que atendia naquele momento pelo nome de Secretaria Municipal de Educação, Transporte, Esporte e Lazer (Semectel), se dedicando a questões diversas em seu dia a dia.

A demanda da Educação em uma administração de um município recém-criado era grande, havendo assim ações emergenciais para que escolas e professores integrassem o quadro municipal educacional, o que ocasionou, com o tempo, algumas tensões entre as diversas identidades que ali coexistiram.

Nesse sentido, o objeto de estudo de minha dissertação é justamente o recém-concebido município de Mesquita, que será investigado a partir do modo que seu sistema de ensino se estrutura durante seus primeiros anos de existência. Especificamente, a pesquisa se deterá sobre um grupo de professores do Ensino Fundamental, da rede municipal de educação de Mesquita, município que acompanho desde sua emancipação como moradora e, posteriormente, como pesquisadora³. E, na medida em que tomo como análise suas trajetórias (DUBAR: 1998; 2005), tenho como objetivo entender o processo de formação de sua identidade profissional (idem) durante os anos de 2000 a 2006. Acredito que, dessa maneira possa ter uma visão da própria identidade do sistema de ensino mesquitense em seus primeiros anos de existência.

A opção por esse recorte cronológico deve-se ao fato do quadro docente do município, nesse período, ser constituído por três grupos diferentes de professores que, com certeza, pressupõem a conformação de um sistema de ensino bastante *sui generis*, como veremos mais abaixo, e que, acreditamos, merece ser investigado.

Como a pesquisa possui uma abordagem sócio-histórica, cabe salientar que se fundamenta em Chaves (2014), o que justifica o enfoque escolhido, especialmente pela relação pertinente entre a história e a sociologia. Ou seja, por meio de um referencial teórico advindo da sociologia, buscamos compreender os modos como a rede de ensino municipal de Mesquita se constitui a partir de seus próprios profissionais do ensino.

³ A primeira pesquisa que realizei sobre o município de Mesquita foi minha monografia de conclusão da graduação em licenciatura em pedagogia, pela Uerj, aprovada em 2011/2 e intitulada *Motivações sócio-históricas da evasão de professores do contexto escolar brasileiro*.

Também é fato que, por causa de leituras e pesquisas do mestrado, descobri que a profissão docente tem se constituído em um tema bastante relevante para a pesquisa educacional⁴, na medida em que procura-se entender a escola a partir do modo como os professores desenvolvem suas práticas e saberes, bem como têm fabricado sua história tanto profissional, quanto sindical. Essa constatação permitiu que eu concluísse que me encontrava no lugar certo e com um tema que igualmente poderia render bons resultados.

Nesse sentido, se o campo acadêmico confirma a legitimidade desta escolha – investigar a constituição de um sistema educacional por meio da história docente –, ao me debruçar sobre a realidade do sistema educacional que se encontrava em formação, pude encontrar um quadro docente bastante heterogêneo: a) professores concursados de Nova Iguaçu que foram transferidos para as escolas municipais de Mesquita após sua emancipação, uma vez que as escolas geograficamente passaram a fazer parte de Mesquita; b) professores da rede particular contratados pela Secretaria Municipal de Educação de Mesquita (Semed) que trabalhavam em uma escola, cuja região passou a pertencer à Mesquita; c) professores contratados pela Cooperativa Multiprofissional de Serviços (Multiprof)⁵.

Percebi uma rede de indivíduos oriundos de diferentes *backgrounds* que, apesar de integrar o mesmo quadro docente – professores da rede municipal de Mesquita –, constituiu-se segundo certas especificidades quanto aos cargos criados – concursados/contratados. Conseqüentemente, acreditamos que essa heterogeneidade de agrupamentos de professores – que passam a compor o quadro docente de Mesquita – vale a pena ser pesquisada, na medida em que contribuirá para os estudos acerca da identidade docente do professor do Ensino Fundamental – Anos iniciais – na Baixada Fluminense, bem como o delineamento do próprio perfil do sistema de ensino que ali se formava naquele momento.

Nesse sentido, trabalharemos com os conceitos-chave de Elias (1994), Dubet (1997), Dubar (1998; 2005). Elias através de seus estudos sobre a imbricação entre indivíduos e sociedade, uma vez que acreditamos que seu conceito de configuração social,

⁴ Vide congressos no âmbito da educação ou da história da educação que, inevitavelmente, elegem a História da profissão docente como um de seus eixos temáticos mais recorrentes.

⁵ A Multiprof foi uma cooperativa, que funcionou até 2013 com sede em Mesquita e que manteve contrato com a prefeitura até 2005, com o objetivo de selecionar profissionais de várias áreas para atuarem por contrato, enquanto o município não organizava o seu primeiro Concurso Público que, na Educação, se realizou em 2006.

poderá nos elucidar acerca da relação dos professores entrevistados com o recém-criado município. Enfim, nos permitirá entender essa ligação – professores e município – como uma rede de sujeitos que, conforme as posições que ocupam, ressignificam a própria configuração, criando tensões e amalgamentos, os quais nos propomos a analisar.

Se há tensões, subentende-se que o município ao ser constituído, não se formou sem conflitos e resistências, principalmente se levarmos em conta a própria história da Baixada Fluminense, bem como de sua fragmentação para a criação de outros municípios. De outro lado, caso verifiquemos que os professores se adaptaram e negociaram com a nova situação – serem transferidos de Nova Iguaçu para Mesquita ou serem contratados temporariamente pelo município e assim permanecerem etc. –, também concluiremos que esse momento de fundação da rede de ensino de Mesquita igualmente se concretizou através de consensos e acordos.

Para tal aproveitamos as discussões de Dubet (2006), Dubet & Martuccelli (1997) e Dubar (idem), que discorrem sobre identidades, socialização e trajetória. Servirão como base teórica para mostrar como variadas socializações profissionais e classes de trajetórias docentes constituem neste momento a própria identidade do novo sistema municipal de educação.

Isto é, nos interessa chamar a atenção para o fato de que a rede de ensino de Mesquita se forma a partir de um quadro docente heterogêneo, que tem como meta se constituir como homogêneo, já que a partir da alocação de professores em Mesquita, esses passam a compor o conjunto dos profissionais do sistema municipal de educação do referido município.

Também nos utilizaremos de Lahire (2004), uma vez que a socialização e a trajetória dos professores pressupõem uma disposição (idem) para agir em uma determinada situação ou meio social. Ou seja, nos interessa saber como os professores entrevistados agiram e reagiram diante sua nova situação profissional: compõem uma rede de ensino recém-criada.

Ao abordar os meios que os professores utilizaram para se integrarem ao sistema de ensino ou mesmo resistirem às suas determinações, também utilizamos Certeau (1994), no que se refere ao uso de estratégias e táticas para a concretização de seus objetivos. Supõe-se que houvesse, no mínimo, um meio de adesão de concursados (transferência do município de Nova Iguaçu para Mesquita), e duas formas de adesão em

relação aos contratados (contrato pela cooperativa Multiprof e contrato de professores de escolas particulares alugadas pelo município), as quais podem mostrar as diferentes tensões entre os grupos.

Outros autores serão eventualmente trabalhados, no que se refere à história local – micro-história –, à história da profissão docente – principalmente referências à história da profissão docente na Baixada Fluminense –, além de aproveitarmos estudos sobre o contexto político e social da região, com especial ênfase na relação entre Nova Iguaçu e Mesquita, de modo a compreender como aconteceu a emancipação de Mesquita.

Enfim, temos a hipótese que as trajetórias profissionais e a identidade da categoria docente em Mesquita, neste período de 2000 a 2006, ao serem investigadas com base nos autores acima citados, poderão nos fornecer uma visão mais detalhada do quadro de professores e seus respectivos grupos profissionais, bem como contribuirão para desenhar o perfil do próprio sistema de ensino em formação.

Devido à composição heterogênea dos grupos de professores, também será possível investigar as dificuldades encontradas em se constituírem em uma unidade. Enfim, nos interessa verificar em que medida as três categorias de professores entrevistados se perceberam como parte de uma identidade comum, bem como constituíram suas trajetórias profissionais com base em uma configuração municipal, que se encontrava no âmbito da Baixada Fluminense.

A fim de que tal proposta seja alcançada, apresentamos três capítulos nessa dissertação, além desta introdução e de uma consideração final. No primeiro capítulo, exploramos o tema “história da profissão docente na Baixada”, apresentando o panorama de pesquisas já existentes, bem como mostrando alguns trabalhos acerca da educação na Baixada, de modo a procurar entender o quão relevante se faz uma pesquisa histórica acerca da educação fluminense. Além disso, discorreremos um pouco mais sobre nosso referencial teórico.

No segundo capítulo, apresentamos o contexto histórico, político e social em que ocorrera a emancipação de Mesquita e, principalmente, os meandros da constituição de seu sistema de ensino por meio de toda uma documentação – *Diário Oficial*, legislação, etc. – disponível, inclusive na Internet. Discorreremos ainda que brevemente sobre a própria história da Baixada Fluminense, região a que Mesquita encontrava-se vinculada antes de sua emancipação.

No terceiro capítulo, faremos uma análise das trajetórias dos grupos de professores por meio das entrevistas realizadas com dez professores que atuaram como funcionários de Mesquita, empregados por contrato ou por concurso realizado por Nova Iguaçu, buscando compreender como se deram as tensões e negociações entre os docentes. Ou seja, pretendemos inferir até que ponto a heterogeneidade de identidades se manteve e, ao mesmo tempo, qual foi o grau de aceitabilidade e adaptação dos grupos à nova situação.

CAPÍTULO I
A PROFISSÃO DOCENTE NA BAIXADA: UMA HISTÓRIA EM
CONSTRUÇÃO

[...] *Baixada, não liga. Segura essa barra: metade formiga, metade cigarra; de dia, na briga; de noite, na farra. Tem muito de intriga toda essa algazarra. Maior é a cantiga que o som da guitarra* (FONSECA⁶: 1999).

Ao me debruçar sobre a pesquisa desse tema – a profissão docente na Baixada Fluminense – em vários sites, percebi a sua relevância, diante dos inúmeros estudos acerca dessa problemática. Assim, conforme uma breve pesquisa no site das edições do CBHE (Congresso Brasileiro de História da Educação)⁷, organizado pela SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação), percebi que esse eixo de pesquisa – profissão docente – existe desde sua primeira edição, em 2000. Ou seja, não podemos ficar indiferente diante da força da referida temática.

Entretanto, mesmo que em algumas edições essa linha de pesquisa tenha sido associada à história das instituições escolares, enquanto grupo de trabalho (GT) se encontra em destaque desde 2013, como “História da profissão docente”, cujas pesquisas se relacionam, especificamente, tanto às questões históricas acerca da profissão (VICENTINI & LUGLI: 2009; DIAS: 2008), quanto a assuntos pautados em problemas mais atuais do magistério, como condições de trabalho, desvalorização (OLIVEIRA: 2010; XAVIER: 2014), entre outros.

A escolha desse estudo torna-se ainda mais instigante, se nos damos conta do número reduzido de trabalhos sobre a profissão docente em Mesquita, talvez devido à sua recente criação. Mas de todo jeito, o resultado de nossa busca, a seguir, justifica o interesse por estudos sobre Mesquita: a) em uma pesquisa na base *Scielo*, não foi encontrado nenhum trabalho direcionado à história da profissão docente em Mesquita, havendo mais resultados frequentes na área de saúde ou de sociologia, abordando a história local e temas como políticas públicas e violência na Baixada Fluminense como um todo; b) sobre trabalhos em educação, uma consulta breve às bases UFRJ e UFRRJ de seus programas de pós-graduação em educação revelou que não há pesquisas sobre a história da profissão docente ou acerca da história da educação de Mesquita, como há

⁶In: *Canto baixo*. Rio de Janeiro: Ed. Alarido, 1999.

⁷ I CBHE 2000; II CBHE 2002; III CBHE 2004; IV CBHE 2006; V CBHE 2008; VI CBHE 2011; VII CBHE 2013; VIII CBHE 2015.

acerca de outros municípios como Nova Iguaçu, por exemplo; c) as pesquisas sobre a educação em Mesquita são direcionadas à área de currículo, incluindo práticas pedagógicas e formação continuada.

Uma revisão de literatura fez-se necessária para que eu pudesse perceber possíveis interlocuções entre o meu tema e publicações, como livros, dissertações e teses, no que se refere a como se desenvolvem as pesquisas sobre a profissão docente e, especificamente, aquelas que têm a Baixada Fluminense como foco.

Neste primeiro capítulo, subdividido em duas seções, discorreremos sobre a importância dos trabalhos acerca da história da profissão docente e, mais especificamente, mostraremos o levantamento que elaboramos a respeito do que foi produzido no âmbito da educação que, de todo modo, não foi analisado, uma vez que trata de temas – Currículo, Eja, políticas, entre outros – que não contemplam a nossa temática. Enfim, o capítulo, ao nos sugerir a inexistência de uma história já sistematizada sobre a profissão docente em Mesquita, justamente, demonstra a legitimidade de nosso trabalho.

1.1 A HISTÓRIA JÁ CONTADA

Primeiramente, como já fora mencionado, realizei um levantamento acerca das possibilidades de estudos sobre a profissão docente ter se constituído em um eixo temático de cada uma das oito edições do CBHE, a fim de compreender sua relevância na história da educação.

O resultado fora positivo, uma vez que, em todas as edições do congresso foi possível notá-lo entre os eixos temáticos. Além disso, os trabalhos nesses eixos poderiam ser agrupados em duas vertentes que também se fizeram presentes nas teses e dissertações⁸ da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do

⁸As páginas do banco de dissertações (disponível em: <<http://www.ppg-educacao.uff.br/novo/index.php/component/k2/itemlist/category/2-dissertacoes-mestrado>>. Acesso em: março e setembro de 2014; fevereiro, junho e dezembro de 2015; janeiro de 2016) e de teses (disponível em: <<http://www.ppg-educacao.uff.br/novo/index.php/component/k2/itemlist/category/6-teses-doutorado>>. Acesso nos mesmos períodos descritos acima) do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) encontraram-se indisponíveis em diversos momentos da pesquisa bibliográfica, escrita e revisão do projeto e do presente capítulo, o que impossibilitou o acesso a pesquisas de seu banco de dados.

Estado do Rio de Janeiro (FEBF-Uerj), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Ou seja, a pesquisa nos bancos de dados dos programas de pós-graduação em educação destas universidades nos mostrou dois tipos de estudos: de um lado, pesquisas acerca da abordagem histórica da profissão docente – ligada à criação das instituições escolares que formavam os professores, tal como a própria formação deste profissional, além de tendências pedagógicas ou legislações que influenciaram esse formar – e, por outro lado, a investigação de questões mais atuais, relacionadas a condições de trabalho, mal-estar docente, sindicalização etc.

Posteriormente, ao buscar pesquisas em educação ambientadas em municípios da Baixada Fluminense, considerei os bancos de dissertações e teses das três universidades acima citadas, sendo que as duas primeiras (FEBF-UERJ e UFRRJ, respectivamente), possuem programas de pós-graduação em Educação na região, havendo também a opção pelo banco de dados da UFRJ por apresentar pesquisas sobre a Baixada desde os primeiros anos de existência do programa.

Analisando o banco de dissertações concluídas e em andamento da primeira universidade acima citada – do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC), FEBF-Uerj – foi encontrado um total de 18 dissertações sobre a educação na Baixada Fluminense, como podemos observar, no quadro a seguir. No entanto, ainda sem nenhum destaque, representativo, acerca de trajetórias ou história da educação/profissão docente.

Quadro 1 – Dissertações da Uerj (FEBF)

DISSERTAÇÕES DESENVOLVIDAS NO PPGECC-FEBF/Uerj	Ano de defesa
<i>Saberes em alfabetização:</i> narrativas de professores alfabetizadores da rede municipal de educação de Duque de Caxias.	Alessandra Ribeiro Baptista 08/08/2011
<i>Autonomia docente – do conhecimento científico ao senso comum:</i> uma representação social dos professores de Duque de Caxias.	Ana Lucia Sá Diniz 02/09/2010
<i>Qualidade na escola e qualidade da escola:</i> as repercussões da cultura do exame em duas escolas públicas de Duque de Caxias.	Claudia de Souza Lino 11/03/2014

<i>Estudar à noite e trabalhar de dia: desafios de quem deseja prosseguir com os estudos no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu.</i>	Danielle Viegas Martins	29/05/2013
<i>A cidade dos meninos: educação e política na Baixada Fluminense/RJ.</i>	Elisa Maria dos Anjos	05/03/2012
<i>Educação e saúde: a formação dos agentes comunitários de saúde do município de Duque de Caxias – RJ.</i>	Fábio Araújo de Souza	03/09/2010
<i>Critérios de escolha do livro didático de matemática: a experiência de escolas municipais de Nova Iguaçu.</i>	Islene da Conceição Freitas	11/03/2014
<i>Somos tão jovens: estudo geracional sobre juventude na Eja no município de Mesquita.</i>	Juliana de Moraes Prata	15/08/2013
<i>Saracuruna News: produção audiovisual como dispositivo de subjetivação entre jovens da periferia de Duque de Caxias.</i>	Katia Regina de Aquino Paz	15/06/2012
<i>Possibilidades e limites da assunção dos princípios democráticos na gestão escolar: um estudo numa Escola Estadual do Município de Duque de Caxias.</i>	Luciana Borges de Lisboa	09/08/2011
<i>O portfólio na formação docente como espaço de produção curricular na educação infantil: o Proinfantil em Mesquita – RJ.</i>	Ludimila Sant'Anna Fernandes	28/08/2012
<i>Conselhos escolares nas escolas municipais de Duque de Caxias: tensões e perspectivas.</i>	Luiza Maria Martins Chaves	09/08/2011
<i>TV Maxambomba: processos de singularização.</i>	Noale de Oliveira Toja	27/09/2010
<i>Programa Bairro-escola de Nova Iguaçu: diretrizes e características desta política educacional na gestão e organização curricular da rede municipal de ensino.</i>	Rosana de Oliveira de Assis	24/04/2012
<i>Ouvidoria da educação: a construção de espaços de mediação de conflitos no cotidiano escolar de Nova Iguaçu.</i>	Sonia de Pontes Leandro	25/09/2012
<i>Orientação pedagógica em Duque de Caxias: repensando práticas para trilhar novos caminhos.</i>	Viviane Penso Magalhães	20/05/2014
<i>De volta para casa: do professor eterno ao complexo docente.</i>	Waleska Rodrigues Costa	10/08/2010

É perceptível também que as únicas dissertações sobre Mesquita abordam questões relacionadas ao currículo da Eja e da Educação Infantil, não havendo qualquer enfoque na história da educação local ou na trajetória de professores do município, comprovando-se aí a pertinência deste estudo.

A busca na UFRRJ também foi frutífera. E se os temas pesquisados no Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola se distanciavam bastante do meu escopo, o levantamento realizado no banco de dissertações da Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), que tem suas atividades nos *campi* de Nova Iguaçu e Seropédica, como vemos no quadro abaixo, gerou algum resultado:

Quadro 2 – Dissertações da UFRRJ

DISSERTAÇÕES DESENVOLVIDAS NO PPGEduc – UFRRJ ⁹
<ul style="list-style-type: none">▶ Ana Paula Cerqueira Fernandes – Projeto: <i>Relatos docentes sobre estratégias pedagógicas de promoção da igualdade racial: permanências, desafios e conquistas no chão de escolas iguaçuanas.</i>▶ Carla Cordeiro Marçal Y Guthierrez – Projeto: <i>Cinema, imagens e narrativas das juventudes da/na Baixada Fluminense.</i>▶ Élide Soares de Santana – Projeto: <i>A importância político-filosófica do Plano Municipal de Educação de Seropédica no planejamento educacional da Escola Municipal Pastor Gerson Ferreira Costa.</i>▶ Larissa Aparecida da Silva Cabral – Projeto: <i>Um olhar sobre o curso de licenciatura em educação do campo da UFRRJ: relações entre a instituição e os atores dos movimentos sociais na formação dos sujeitos do campo.</i>▶ Leila Lopes de Avila – Projeto: <i>O Planejamento Educacional Individualizado (Pei) para alunos com deficiência intelectual na rede municipal de ensino de Duque de Caxias/RJ.</i>▶ Marcella Melo Silva da Conceição – Projeto: <i>Os conflitos socioambientais e seus reflexos nas práticas pedagógicas escolares: o caso da Ilha da Madeira, em Itaguaí/RJ.</i>▶ Nathalia Araújo de Sá – Projeto: <i>Políticas públicas de educação inclusiva: formação de professores e experiências do Atendimento Educacional Especializado (AEE) do município de Nova Iguaçu/RJ.</i>▶ Nely Monteiro S. de Carvalho – Projeto: <i>Políticas Públicas de Educação Inclusiva; estudo sobre acessibilidade e tecnologias assistivas na rede municipal de Nova Iguaçu/RJ.</i>

⁹ Informações sobre a data de defesa dos trabalhos estão indisponíveis no site do programa. Essa lista se refere à pesquisas de mestrado iniciadas entre 2009-2014.

- ▶ Nina de Paula Martins Monteiro de Souza – Projeto: *Mulheres na Eja: entre os sonhos e os desafios de alunas do município de Seropédica de dar continuidade aos estudos.*
- ▶ Robson Marques de Souza – Projeto: *Formação inicial de professores a distância no Polo Cederj/UAB Paracambi: uma análise na licenciatura em matemática.*
- ▶ Romário Silveira Machado – Projeto: *Impacto da formação sindical na organização e luta dos trabalhadores em educação do município de Japeri (RJ).*
- ▶ Sandra Regina de Souza Cruz – Projeto: *Lei 10.639/03: intolerância religiosa e a educação das relações étnico-raciais em Nova Iguaçu.*
- ▶ Tamara França de Almeida – Projeto: *Análise dos indicadores e políticas de inclusão escolar na Baixada Fluminense.*
- ▶ Simone D’Ávila Almeida – Projeto: *Implantação de uma educação bilíngue para surdos na Escola Municipal Santa Luzia em Duque de Caxias/RJ.*
- ▶ Suize Gomes Martinez – Projeto: *Concepções e práticas de estágio supervisionado no campus Duque de Caxias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.*
- ▶ Andréa Silveira Dutra – Projeto: *E agora, eu vou pra onde? A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental na rede municipal de ensino de Mesquita/RJ.*
- ▶ Ricardo de Souza Ribeiro – Projeto: *A experiência do Projovem Urbano no município de Nova Iguaçu/RJ: inclusão social ou conformação de jovens ao trabalho precário?.*
- ▶ Deusa Andreia de Carvalho Moura – Projeto: *A escolarização de alunos surdos na rede municipal de Japeri/RJ: um estudo sobre a implementação das políticas de educação inclusiva.*
- ▶ Ana Lucia Gomes de Souza – Projeto: *Formação continuada de professores da rede municipal de Mesquita.*
- ▶ Monique Lima de Oliveira – Projeto: *O teatro na formação de educadores – Experimentos com a licenciatura em educação do campo da UFRRJ.*
- ▶ Aline Nunes Ferreirinha de Souza – Projeto: *Reformulação dos estatutos e regimentos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no período de 1970-2011: o desafio de incorporar novas políticas educacionais.*
- ▶ Isabele Lacerda Queiroz Fernandes – Projeto: *Eu poderia até ser a professora: conflitos entre formação e prática a partir do Proinfantil em Nova Iguaçu.*
- ▶ Luciana Hallak Paulo – Projeto: *Políticas de qualificação em serviço de professores da Educação Básica no Brasil: o caso Parfor na UFRRJ.*
- ▶ Euler Oliveira Cardoso da Costa – Projeto: *A construção das identidades dos professores públicos de Austin (RJ) em reciprocidade com o trabalho docente.*
- ▶ Renata Jardim Coube – Projeto: *Formação humana na contemporaneidade: a dimensão estética do processo político na licenciatura em educação do campo.*

- ▶ Tânia Maria Almenara da Silva Pereira – Projeto: *Experiências do Proeja no campus Nilópolis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.*
- ▶ Samanta Guimarães Natalino – Projeto: *A relação entre museus de arte e instituições de ensino: a tecnologia como ferramenta auxiliar no ensino de artes em CIEPs no município de Nova Iguaçu.*
- ▶ Amanda Macedo Singulani – Projeto: *As juventudes e suas corporeidades nos cotidianos escolares das aulas de educação física de uma escola pública de Seropédica.*
- ▶ Fernando Resende Nóbrega – Projeto: *Educação, negros e subjetividade: Produções e pesquisas dos pós-graduandos negros das universidades públicas da Baixada Fluminense.*
- ▶ Aline Lima de Oliveira Nepomuceno – Projeto: *A perspectiva participativa para a inserção da educação ambiental crítica em escolas da Baixada Fluminense.*

Entretanto, apesar do número razoável de trabalhos, apenas dois deles estão relacionados ao município de Mesquita, com foco em práticas pedagógicas. Ainda assim, percebe-se que há pesquisas no âmbito da História da Educação, mas que se encontram no campo da história institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, celebrando, deste modo, uma das vertentes mais tradicionais da História da Educação, a história das instituições escolares.

Ao buscar as pesquisas do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ, priorizei todas as pesquisas de dissertação e doutorado já defendidas e publicadas e por isso, pude ter acesso a trabalhos das primeiras décadas do programa até os dias atuais. Aqui, se existe um conjunto considerável de trabalhos sobre a Baixada como um todo, especificamente a respeito do município de Mesquita, apenas duas, como veremos a seguir:

Quadro 3 – Dissertações da UFRJ

AUTOR(A)	DISSERTAÇÃO PPGE-UFRJ	Ano de defesa
Suely Cardia Machado dos Santos Leal	<i>Supervisão Educacional no Município de Nova Iguaçu – tentativa de caracterização.</i>	1978
Darcymires do Rego Barros	<i>Evasão do bolsista do salário educação versus crescimento físico das escolas particulares do município de Nova Iguaçu.</i>	1980
Liéte de Oliveira Accácio	<i>Instituto de Educação do Rio de Janeiro: a história da formação do professor primário (1927-1937).</i>	1990
Maria da Conceição de Carvalho Rosa	<i>Uma história de buscas e desafios: a formação dos professores no Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti – CAC.</i>	2002
Jorge Luiz dos Santos Magalhães	<i>Realidade operacional e desempenho dos conselhos gestores do Fundef da Baixada Fluminense.</i>	2004
Ida Goulart Ferreira Romeiro	<i>Formação docente continuada da legislação à prática: um estudo de caso no município de Paracambi-RJ.</i>	2005
Wilna Mello de Souza	<i>Ciclos de aprendizagem na educação de São João de Meriti: a realidade entre projetos e práticas.</i>	2007
Isaac Gabriel Gayer Fialho da Rosa	<i>A gestão escolar democrática: o caso da rede municipal de Mesquita/RJ.</i>	2009
Simone Xavier de Lima	<i>Biblioteca Ramal no município de Nova Iguaçu: letramento e práticas leitoras.</i>	2010
Thiago Luiz Alves dos Santos	<i>Inovações e desafios do programa Bairro Escola de Nova Iguaçu/RJ.</i>	2010

Esse levantamento nos mostrou que se há um interesse em investigar a educação na Baixada Fluminense, questões relativas à História da Educação, no que concerne à profissão docente, ainda não são muito exploradas, já que tal triagem demonstra que a maioria dos estudos se concentra em práticas pedagógicas e currículo, como fora adiantado na justificativa.

Entretanto, diante todos os trabalhos aqui selecionados, destaco em especial três – dois não ambientados na Baixada e o terceiro sobre o Sepe da Baixada – que contribuíram para nossa discussão, na medida em que utilizaram conceitos de trajetória e identidade profissional:

a) *Trajetórias de jovens de origem popular rumo à carreira acadêmica*: mobilidade social, identidade e conflitos, de Wellington da Silva Conceição, da FEBF-Uerj, cujo enfoque encontra-se nas trajetórias acadêmicas de jovens em comunidades do Rio de Janeiro; b) *A trajetória da intelectual Lúcia Pinheiro e a formação docente no Brasil*: um estudo sobre a Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1955-1964), de Andréa Sales Borges dos Reis, da UFRRJ que se debruça sobre a história de vida de uma educadora; c) *Caminhos do sindicalismo*: Trajetórias de vida de professores do Sepe/Baixada Fluminense, de Andrea Cristina Oliveira Duarte de Souza Santana da Silva.

Entretanto, se faltam pesquisas no âmbito da História da Educação na Baixada, assumimos como nossas, as indagações elaboradas por Dias & Bezerra (2014), na medida em que acreditamos que esse tipo de investigação, pode, de algum modo, contribuir para a resposta de algumas questões formuladas pelo pesquisador:

Pode a região, marcada pelos discursos da violência, do lixo, do abandono, da falta de direitos sociais, contar algo sobre os processos de escolarização de sua população? O que os processos de escolarização e de produção da cultura, neste território considerado periférico, podem revelar acerca da história da educação no Brasil (p. 1)?

Além disso, tais questionamentos, ao reiterarem a pouca produção sobre a História da Educação da região, tornam-se ainda mais pertinentes, caso nos lembremos da própria história recente da Baixada Fluminense.

Marcada por uma série de emancipações, principalmente a partir dos anos 1980, sendo a de Mesquita, a mais recente, em 1999, é fato que os estudos sobre a região e, especificamente, aqueles que se debruçam sobre a educação, não vão poder deixar de levar em conta essa história.

Nesse caso, como moradora, percebo que há pouco interesse da comunidade sobre as questões históricas da localidade. A falta de cuidado e interesse pelos patrimônios históricos, como as ruínas, por exemplo, de Velha Iguassú¹⁰ (BARROS:

¹⁰ Vila que deu origem à Nova Iguaçu, que guarda vestígios da história da colonização do sertão fluminense, iniciada em 1567, foi uma vila importante pelo transporte de café pelos portos localizados no rio Iguassú. No final do século XIX e início do XX, surtos frequentes de doenças tropicais provocaram o deslocamento

1993; BARROS: 2011) que contam a memória e origem, não só da cidade, como também de um povo, do qual se originaram muitos municípios, tal como Mesquita, encontram-se “às moscas”.

E, se nas escolas, o gosto pela história local também não se encontra presente, pude conhecer a história da Baixada, por meio de um curso do Sindicato dos Professores da Baixada Fluminense (Sinpro-Baixada)¹¹. Aqui, percebemos a relevância do movimento sindical no resgate da história de uma região. Inclusive, pudemos destacar a própria força pedagógica desse tipo de iniciativa que, nesse caso, me fez valorizar minha região e até entendê-la como um *locus* privilegiado de estudos.

Diante dessas considerações e a totalidade dos textos acima listados, selecionei alguns autores com os quais irei dialogar, na medida em que acredito que podem me ser úteis na reflexão sobre meu objeto: a identidade docente de professores do Ensino Fundamental que constituíram a rede de ensino do município de Mesquita.

Ao me debruçar sobre os trabalhos supracitados, procurei selecioná-los para um maior aprofundamento de minhas reflexões, segundo uma preocupação que levasse em conta pesquisas que tratassem não só do magistério em uma perspectiva histórica – abordando origem da profissão e dos institutos de formação, por exemplo –, mas, também do modo como o professor tem sido definido atualmente, uma vez que minha dissertação, apesar de se tratar de um estudo sócio-histórico, refere-se a um grupo de professores que se constituiu recentemente.

De outro lado, acredito que a leitura de tantos outros trabalhos, inclusive não citados acima, mas que resgatam a gênese da profissão docente como um todo (NÓVOA: 1995; LOURO: 2002; DIAS: 2008; VICENTINI & LUGLI: 2009; XAVIER: 2014) e especificamente a história da profissão docente na Baixada (DIAS & BEZERRA: 2014) me foi extremamente útil porque passei a ter uma dimensão histórica acerca da origem desse agrupamento profissional que me interessa: os professores.

Primeiramente, pode-se afirmar que o magistério enquanto profissão relaciona-se diretamente ao contexto sociopolítico e econômico (NÓVOA: 1995) e, acima de tudo,

abrupto da população para a área atual do Centro de Nova Iguaçu, junto à linha do trem (D. Pedro I), causando a falência do porto Iguaçu e a extinção da Vila de Iguassú, passando a ser conhecida como Iguaçu Velho ou Velha Iguassú. (BARROS & AMORIM: 2008).

¹¹ Curso livre sobre a História da Baixada Fluminense, oferecido pelo Sinpro-Baixada ao público em geral, em 2009, nas dependências do sindicato, em Mesquita.

nos mostram que a origem social desse agrupamento social se encontra fixado nas parcelas mais pobres da população.

Conforme Pessanha (2001), a grande maioria dos formandos em cursos de formação de professores provinha de camadas pobres da população, no século XIX. Em São Paulo, por exemplo, o Seminário da Glória, uma instituição que formava professores, fundado em 1824, justamente procurava amenizar um problema social, oportunizando alunas escolhidas entre as mais indigentes, de uma “infância desvalida” – aristocratas empobrecidos e órfãos de militares –, a carreira de professor para que assim pudessem prover o seu próprio sustento de modo mais “digno”.

Louro (2002), por exemplo, nos mostra que o magistério, além de abrigar uma população de origem pobre, depois de certo tempo tornou as instituições de Ensino Normal, inclusive, um lugar privilegiado para moças de origem humilde se profissionalizar. O magistério era, portanto, sob o ponto de vista da sociedade, uma profissão para mulheres, sendo um trabalho de meio período, com uma carga horária reduzida; quem sabe não se encontra aí a chave para compreendermos o porquê da desvalorização salarial:

Dizia-se, ainda, que o magistério era próprio para mulheres porque era um trabalho de “um só turno”, o que permitia que elas atendessem suas “obrigações domésticas” no outro período. Tal característica se constituiria em mais um argumento para justificar o salário reduzido – supostamente, um “salário complementar”. Com certeza não se considerava as situações em que o salário das mulheres era fonte de renda indispensável para a manutenção das despesas domésticas (LOURO: 2002, p. 453-454).

Os trabalhos, enfim, nos apontam para o fato de que a profissão docente, já na sua origem, possuía salários baixos e que mais do que isso ao se tornar uma profissão feminina encontra-se marcada por alguns traços da maternidade (LOURO: 2002): uma profissão *feminalizada* por ser “[...] representada como uma atividade de amor, de entrega e doação” (idem, p. 450).

As premissas relativas à doação, cuidar do outro (DUBET: 2006), e aos baixos salários são aspectos recorrentes no debate sobre a origem da profissão de professor, sua identidade profissional e o seu *status* (NÓVOA: 1995). Ou seja, a origem profissional do

professor, ocorre concomitantemente a sua organização enquanto agrupamento social e sindical (idem).

De acordo com (VICENTINI & LUGLI: 2009) no Brasil, ainda no século XIX, surgem às primeiras organizações do professor primário e, já no século passado, essa iniciativa é reforçada com o seu incremento: “[...] é possível identificar iniciativas relativas à representação dos professores primários, proporcionando a criação das associações ou sindicatos” (SILVA: 2012. p. 23). Buscavam, de todo modo, uma legitimação da própria profissão, na medida em que o *status* do professor não era de fácil classificação; o que está, inclusive, aquém do discurso do professorado como uma doação ou carreira desvalorizada, como muito se ouve dizer até os dias de hoje:

[...] não são burgueses, mas também não são do povo; não devem ser intelectuais, mas têm de possuir um bom acervo de conhecimentos; não são notáveis locais, mas têm uma influência importante nas comunidades; devem manter relações com todos os grupos sociais, mas sem privilegiar nenhum deles [...] (NÓVOA: 1999. p. 18).

Tais associações e sindicatos nasceram, inclusive, da necessidade de se reivindicar melhores condições de trabalho, bem como de se buscar uma melhor valorização da profissão, já que: “[...] embora a má remuneração não representasse um estímulo, aumentava o recrutamento de profissionais oriundos, predominantemente, de camadas sociais empobrecidas” (LOURO: 2002, p. 476).

Aprofundando essa questão, Dias (2008) nos mostra como a história da profissão docente no Brasil, principalmente nos anos 1930, se organiza em torno de uma política implementada por Getúlio Vargas, bem como pelo próprio sindicato. Entretanto, Xavier (2014, p. 259) em estudo recente, afirma que essa imbricação entre poder público e sindicato nem sempre ocorre de maneira amistosa. Segundo a autora, o associativismo de caráter sindical no Brasil também tinha em vista confrontar o poder do Estado, a fim de reduzir os mecanismos de controle sobre esse grupo profissional que assim aumentaria sua autonomia política.

Nesse caso, acreditamos que os sindicatos de professores não só podem vir a participar das decisões e debates relacionados à profissão, tal como podem influenciar na elaboração das políticas educacionais, sendo essa, uma das finalidades do Sindicato

Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe)¹² e, especificamente, da sessão de Nova Iguaçu no que se refere à formação do quadro docente de Mesquita, já que a formação de um município envolvia um quadro específico de professores. Ou seja, iria o sindicato, que até aquele momento se preocupava com as questões relativas à região de Nova Iguaçu, se envolver com as questões do novo município? Como reagiu diante a criação de Mesquita e de seu sistema de ensino? Lutaria pelos interesses de professores concursados transferidos para o município recém-criado?

Ao ler a pesquisa de Carvalho (2013), notamos que os professores de um município recém-emancipado do Ceará, Icapuí, participavam ativamente dos debates e, conseqüentemente, foram se organizando sindicalmente. Conforme o autor, em Icapuí: “[...] a ação desses agentes canalizava-se em torno de suas expectativas em relação ao Poder Executivo municipal, que encarnava a nova municipalidade em construção (p. 208).

Assim, quando nos lembramos de que Mesquita não possui uma representação própria do Sepe nos perguntamos: Será que durante os seis primeiros anos de existência do município, houve alguma questão que implicasse em algum tipo de reivindicação à prefeitura ou à Semed? Como os professores têm resolvido a sua questão reivindicatória? Buscado ajuda do Sepe/Nova Iguaçu? E, por último, no período de criação do município, como ficou a situação dos professores e suas relações com o poder público tanto do município de Nova Iguaçu, a que pertenciam, quanto do município de Mesquita, recém-criado?

Outro questionamento diz respeito ao primeiro concurso público do município, em 2006: como se encontrava a situação de inúmeros professores contratados – aqueles oriundos da rede privada e os que assumiram o cargo através do envio de seu currículo ao Multiprof – e que, desse modo, contrariavam a própria Constituição Federal de 1988, em seu 37º artigo:

¹² Em 1977 foi criada a Sociedade Estadual dos Professores (Sep), que, em 24 de julho de 1979, se fundiu com a União dos Professores do Rio de Janeiro (Uperj) e com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), criando o Cep – Centro de Professores do Rio de Janeiro, uma entidade que se tornou referencial de luta e organização dos educadores fluminenses. Em 1989, foi referendado que passaria a se chamar “Sepe – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação”.

[...] a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração (BRASIL: 1988).

Urgências, como esta, estão muito presentes na história educacional brasileira, especialmente se nos remetermos à estruturação da própria profissão docente que se configura de modo bastante variado em todo o território nacional.

Nesse caso, justifica-se a necessidade de elaboração de pesquisas mais atuais, que privilegiem a atuação do professor em meio a desafios em seu ambiente de trabalho, bem como estudos sobre sua trajetória e identidade social, a fim de que possam contribuir para a construção de uma história profissional docente que, em última instância, implica em um resgate de seu *status*:

[...] as transformações do modelo social [...] são acompanhadas de formas de socialização em que os processos de individualização e subjetivação encontram um lugar cada vez maior. A acentuação dessas formas de socialização está ligada às transformações sociais que contêm a passagem das sociedades nacionais, industrializadas e centralizadas, para formas de sociedade cujos organismos políticos, sociais e econômicos perdem sua centralidade, em que as instituições não têm mais a mesma capacidade de integração e nas quais os “indivíduos” são compelidos a provar mais e mais iniciativa e autonomia e encontrar neles próprios os recursos e forças para sua conduta (BUENO et al.: 2006, p. 392).

Lapo e Bueno (2003), também nos foi útil para que pudéssemos ter uma visão histórica da profissão docente no que se refere às suas lutas, uma vez que apontam a frustração e a distância entre a realidade e a expectativa (o que é projetado, em relação a seu futuro profissional) dos docentes frente sua profissão. Pressupondo, inclusive, motivos potenciais para a evasão de docentes nos dias de hoje.

Ou seja, essa questão sobre expectativas profissionais, seus desejos e frustrações, nos remete diretamente ao nosso estudo, já que a criação de um município e, conseqüentemente, de um novo sistema de ensino, envolve a constituição de uma rede de funcionários públicos que, em última instância, pressupõe a abertura do mercado de

trabalho para o contingente de professores da região que se encontram ávidos para se inserirem nas escolas de sua redondeza.

Daí nossos questionamentos: será que os professores oriundos da Multiprof e da rede privada estariam com expectativas de se tornarem funcionários estatutários? Estáveis? E os que vieram de Nova Iguaçu? Estariam contentes com a transferência? É o que pretendemos investigar nesta dissertação.

Como já pudemos constatar – a princípio em conversas, realizadas de modo informal, e posteriormente, por meio de entrevistas –, frente às exonerações constantes e às adversidades no exercício da profissão, inclusive em escolas públicas, a maioria dos professores contratados e de escolas particulares de Mesquita, neste período, vislumbrava o seu reconhecimento como funcionários públicos, o que realmente acontecera com alguns, seja por convite da administração, por concurso público, processo seletivo ou mesmo por ação judicial, conforme o que mostraremos nos demais capítulos.

Contudo, como essa questão é complexa, há de se considerar que, além do desejo por uma autonomia e uma legitimação de sua profissão através, por exemplo, da criação de um município, também pesam os problemas enfrentados no fazer profissional, com escolas com poucos recursos, salas superlotadas, desvalorização social e violência, que representam o termo “mal-estar docente”, cunhado por Esteve (1992; 1999).

Enfim, acreditamos que a literatura acima descrita, nos ajudará a compreender um pouco melhor a constituição do sistema de ensino de Mesquita a partir de seus professores.

1.2 UM PONTO DE VISTA POSSÍVEL

Acreditamos que por meio da fundamentação teórica em Elias (1994), Dubar (2005; 1998), Dubet (1997; 2006) e Lahire (2004), entre outros autores, seja possível entender a relação entre o município de Mesquita e os professores selecionados para entrevista e que ali trabalham, como uma relação constitutiva, onde um se compõe a partir do outro. Ou seja, entendemos que a partir dessa imbricação podemos traçar o perfil da própria configuração (ELIAS: 1994) do sistema de ensino de Mesquita.

A ausência de estudos que explorem essa temática histórica do quadro docente

de Mesquita demonstra a relevância social do presente trabalho e que essa seção do capítulo 1 pretende explorar: indicar um caminho possível de análise para uma história ainda não contada. Como moradora, pesquisadora e professora de um dos municípios¹³ da Baixada Fluminense, procuro compreender como se dá formação de um sistema municipal de ensino, por meio da própria – e tão rica – história local, de modo a analisar sobre seu processo de consolidação e mudança.

Enfim, cremos que esses autores nos permitirão compreender a maneira como a rede municipal de ensino de Mesquita se constitui a partir do modo como um agrupamento de professores se inter-relaciona. Suas disposições (LAHIRE: 2004), como parte de sua socialização profissional (DUBAR: 2005), acreditamos, compõem não apenas sua identidade profissional (*idem*), mas também a identidade da própria rede pública em que vão lecionar: Mesquita.

Esse aporte teórico, inclusive, nos permite entender as próprias diferenças internas desse conjunto de professores que, grosso modo, é composto por, pelo menos, três grupos – dois deles contratados (oriundos da rede particular de ensino ou da Multiprof) e um concursado (ex-funcionários de Nova Iguaçu) que se formam a partir de trajetórias bastante diferenciadas.

Nesse caso, entendemos que como parte de um todo – a rede municipal de educação de Mesquita –, os professores concursados e contratados encontram-se inter-relacionados e entrelaçados, em uma relação recíproca que é responsável pela própria configuração escolar (ELIAS: 1994) de Mesquita. Suas ações, então, ao se combinarem com outras são aqui entendidas como algo que pode determinar o que acontece com a escola, as turmas e até mesmo com o sistema municipal em que se encontram lotados:

Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca (*idem*, p. 35).

¹³ Durante o mestrado, fui convocada para ser professora II (Séries iniciais do Ensino Fundamental) pelo Concurso Público da Prefeitura de Nova Iguaçu, realizado em 2012. Edital de convocação nº18/2015, publicado em *Diário Oficial*, no dia 04 de junho de 2015.

O conceito de rede de Elias (idem) é por nós aqui utilizado, na medida em que entendemos o sistema educacional do município de Mesquita como uma rede atravessada por uma interconexão entre os professores, que, acima de tudo, convivem com tensões e disputas em várias instâncias de seu ambiente de trabalho, desde a escola até a Secretaria de Educação.

Inclusive, acreditamos que essa configuração social diferenciada do quadro docente do município, que se formou em caráter emergencial, pode, inclusive, ter sido uma das causas das disputas, tensões e “olhares tortos” entre os professores, além das pressões sofridas pelos docentes e pelas diferenças marcadas desde sua formação até sua forma de contratação. Assim, como afirma Nóvoa (1992):

O diálogo entre os professores é fundamental para consolidar saberes emergentes da prática profissional. Mas a criação de redes coletivas de trabalho constitui, também, um fator decisivo de socialização profissional e de afirmação de valores próprios da profissão docente. O desenvolvimento de uma nova cultura profissional dos professores passa pela produção de saberes e de valores que deem corpo a um exercício autónomo da profissão docente (p. 05).

As redes de socialização, acreditamos, foram se formando conforme o contato profissional entre professores, mas também de acordo com as oportunidades profissionais que foram surgindo ao longo desse processo de consolidação do novo município. Ou seja, partimos do princípio que essa dinâmica social torna possível o desenvolvimento de uma cultura profissional (idem), aspecto esse que justamente buscamos compreender a partir de nossas análises que ainda podem nos indicar aspectos de tensão e de negociação na emolduração das trajetórias dos docentes entrevistados.

Nesse caso, para entendermos a composição identitária dos variados grupos de docentes selecionados para análise, partimos do princípio que os professores são atores comunitários (DUBET; MARTUCCELLI: 1997) e que, nesse caso, apesar de sua pluralidade, encontram-se submetidos a uma coletividade bastante peculiar: um sistema municipal de educação em construção, em um município recém-emancipado, cujos grupos de funcionários são oriundos tanto de concurso público, quanto de contratos de outras espécies.

A respeito dessa diferenciação, percebe-se que a socialização/integração ao novo

município recém-criado não deve ter sido um processo fácil, visto que a unificação desses agrupamentos em torno do mesmo, não se realiza sem dificuldades por conta das tensões entre os grupos e também, pelo forjar de uma identidade profissional docente própria de Mesquita que ainda não existia: “É o sentimento de pertencer à comunidade que domina a ação dos indivíduos” (DUBAR: 1998, p. 243).

Por isso, cabe indagar: quem eram esses professores? De onde vieram? Qual sua formação? Como se estabeleceram as relações sociais e profissionais desses professores naquele momento de constituição da rede de ensino de Mesquita?

Logo, ao buscarmos traçar as trajetórias profissionais e identitárias dos professores selecionados para entrevista, entendemos que os docentes, por serem sujeitos ativos e com ações autônomas circunscritas a um social, sua socialização encontrar-se-á marcada pela própria tensão intrínseca aos papéis sociais desempenhados por eles mesmos:

[...] de uma parte, o dilema sociológico da "incongruência dos papéis", isto é, a obrigação de agir em função de diferentes modelos em diversos domínios de ação e, de outra parte, o dilema moral da culpabilidade individual, a presença, na consciência individual, da majestade da sociedade (DURKHEIM, 1985 apud DUBET, MARTUCCELLI, 1997. p. 245).

Aprofundando essa questão a respeito da identidade dos professores de Mesquita durante o período de 2000/2006, percebemos que esse agrupamento pode ainda ser analisado a partir do que Dubar (1998) chama de “classes de trajetória” objetivas e subjetivas.

No primeiro caso, apesar das diferenças de origem – concursados, contratados e oriundos da Multiprof –, todos, ao ingressarem na rede pública de ensino de Mesquita, passam a ter itinerários semelhantes tanto por estarem lecionando no mesmo município, quanto por estarem contribuindo para a construção da mesma rede pública de ensino. Enfim, estariam permitindo que pensássemos, apesar das diferenças, na construção de uma identidade profissional docente local, com certas características comuns e gerais, próprias de Mesquita.

De outro lado, também é possível entender a identidade profissional do grupo de professores selecionados para análise de acordo com outra perspectiva. Partindo das

trajetórias subjetivas (idem), evidenciam-se as idiosincrasias e as particularidades das trajetórias e seus respectivos espaços de socialização que ao permitirem a formulação de valores e ações mais singulares por parte dos professores, dão margem para que se observe mais as nuances e tensões no interior dos grupos e entre estes. Inclusive, algumas conversas informais¹⁴ com professores e ex-professores do município, já nos permitiram, a chegar a algumas considerações acerca da identidade desses três agrupamentos.

Um grupo de professores concursados alocado em certas escolas municipais de Nova Iguaçu, que devido a sua localidade passaram a pertencer à Mesquita, ao ser obrigado a sair de sua origem – Nova Iguaçu – e se transferir para o novo município recém-criado – Mesquita – relatou, conforme conversas informais, citadas anteriormente, que essa “obrigação” em aceitar essa nova condição, aconteceu sem consulta prévia; ou seja, não puderam escolher se queriam trabalhar em Mesquita ou continuar no município de Nova Iguaçu, em outra escola.

De imediato, esse episódio nos mostra que a identidade profissional de parte dos professores de Mesquita – os concursados – se constituiu com base em certo descontentamento e que, essa característica pode ser relevante para o entendimento da constituição identitária dos docentes de Mesquita.

Ou ainda, em que medida essa operação não contribuiu para a formação da identidade profissional dos professores de Mesquita? De acordo com o entroncamento entre o mundo da formação e do trabalho (DUBAR: 1998), como esses profissionais se encaixariam em sua nova identidade? Como seria um docente da rede pública de Mesquita que, sem o direito de escolha, não pertence mais ao quadro de funcionários públicos de Nova Iguaçu?

Por sua vez, o grupo de professores contratados também possuía uma particularidade: lecionavam em escolas particulares que ao serem alugadas pelo município de Mesquita, passam a integrar a rede municipal de ensino dessa região, permitindo que esses professores se transformassem em funcionários contratados por Mesquita.

Logo, vêm à baila vários questionamentos: Será que estariam satisfeitos com essa nova situação? Será que não aceitaram de bom grado essa mudança, uma vez que

¹⁴ Conversas informais com alguns professores de Mesquita, realizadas em um momento de sondagem do campo de pesquisa para fins de delimitação do tema.

como contratados poderiam mais tarde lutar para serem efetivados e assim ganharem estabilidade?

O último grupo, apesar de também compor o quadro dos professores contratados, tem a sua trajetória constituída de modo bastante peculiar. Assume o cargo de professor de Mesquita por meio da cooperativa que era responsável por realizar os contratos do município – a Multiprof – junto com os novos professores que viessem a ser necessários para cobrir as vagas do novo sistema de ensino que no período de 2000/2006 se encontrava em formação.

De imediato, concluímos: Como esses professores eram selecionados? Que critérios eram levados em conta para sua contratação? Além disso, fica claro que o município é criado, mas não convoca um concurso público para compor seu sistema de ensino, já que esse é composto pelos três grupos acima descritos: os efetivados oriundos de outro município – Nova Iguaçu – e os contratados provenientes tanto da Multiprof quanto dos estabelecimentos de ensino privados que se tornaram escolas alugadas pela administração de Mesquita.

Outras questões ainda podem ser evidenciadas a partir dessa discriminação acima: Será que a contratação dos funcionários da Multiprof não se chocou com a presença dos professores concursados por Nova Iguaçu?

Será que esse fato gerou alguma tensão nas escolas e na rede municipal como um todo, na medida em que os grupos poderiam ter criado diferentes representações de si e do outro (DUBAR: 1998)? Será que construíram alguma hierarquização entre si, implicando mais prestígios para um grupo e menos prestígio para os demais grupos?

Aprofundando um pouco mais a análise sobre esses três grupos no que se refere à identidade docente enquanto funcionários públicos, podemos ainda considerar que enquanto os professores oriundos de Nova Iguaçu passavam por uma crise de identidade e até a perda desta, uma vez que estavam sendo obrigados a assumir uma nova origem no quadro público, os dois outros grupos poderiam estar desejosos de serem efetivados pela administração de Mesquita, na medida em que poderiam estar vislumbrando um futuro construído com base em uma estabilidade ao poderem se transformar em funcionários públicos, implicando *status*, posição social e prestígio:

Trata-se, também, de *identidades sociais*, exatamente na medida em que, num dado sistema social, a posição social, a riqueza, o *status* e/ou prestígio dependem do nível de formação, da situação de emprego e das posições no mundo do trabalho (DUBAR: 1998, p. 5).

Dubar (idem) também nos esclarece sobre a análise acima quando afirma que: “Certas trajetórias são antes de mais marcadas pela continuidade inter e intrarrelacional, outras são marcadas por rupturas de qualquer natureza que implicam o retomar de identidades anteriormente adquiridas ou construídas” (p. 90).

Portanto, ao acreditarmos que enquanto o grupo dos ex-professores de Nova Iguaçu poderá estar mais ligado à ideia de ruptura em relação a sua trajetória profissional, os outros dois grupos poderão se encontrar em uma posição mais de adesão, uma vez que havia certa expectativa acerca de uma oportunidade futura de entrarem em uma rede de ensino pública, que, por sua vez, pressupõe estabilidade e todos os demais direitos de todo e qualquer servidor público.

Para o maior aprofundamento dessas hipóteses, ainda, é preciso considerar, no mínimo, quatro pontos que serão mais tarde investigados por meio de leitura de documentos e entrevistas: a) a identidade da Baixada Fluminense e, especificamente, de Nova Iguaçu e de Mesquita; b) a identidade da rede municipal de ensino recém-criada; c) a identidade da categoria docente/as disposições profissionais (LAHIRE: 2004); d) as identidades anteriores à condição de docente de Mesquita.

Fundamentalmente, temos a hipótese de que, se a análise desses três agrupamentos de professores propõe a hipótese de identidades visadas (DUBAR: 2005, p. 140), seja por ruptura ou continuidade, o fato é que acreditamos que a identidade real e herdada (idem, p. 140-141) do grupo de professores oriundos de Nova Iguaçu seja a trajetória buscada pelos demais grupos: uma identidade profissional que esteja atrelada à ideia de funcionários públicos:

A relação entre as identidades herdadas, aceites ou recusadas pelos indivíduos, e as identidades visadas, em continuidade ou em ruptura com as identidades precedentes, depende dos modos de reconhecimento pelas instituições legítimas e pelos seus agentes que estão directamente em relação com os sujeitos em causa. A construção das identidades faz-se, pois, na articulação entre os sistemas de acção que propõem identidades virtuais e as "trajetórias vividas" (39) no interior das quais se forjam as identidades "reais" a que aderem os

indivíduos. A construção da identidade pode, também, ser analisada tanto em termos de continuidade entre identidade herdada e identidade visada, como em termos de ruptura que implica conversões subjectivas (DUBAR: 2005. p. 85).

Além disso, quando adentramos nessa questão, compreendemos a importância de analisar os modos como essas formas identitárias foram se forjando ao longo dos anos subsequentes a constituição dos três grupos em si. Enfim, como essa configuração social (ELIAS: 1994) heterogênea da categoria docente de Mesquita se encontrava em 2006, ano do primeiro concurso público, promovido pela Semed?

Será que, nesse momento, esses três agrupamentos tornaram-se menos heterogêneos e mais próximos de uma homogeneidade, que, inclusive, pode ter sido alcançada pela produção de uma socialização profissional local, comandada pela Semed? Nesse caso, houve a minimização das tensões entre os grupos e a produção de certa acomodação? Ou será que novas tensões foram criadas?

O homem da comunidade está sob a dupla marca da unidade e da totalidade. Unidade da vontade e dos modelos culturais, unidade dos espíritos e das crenças comuns. Totalidade do homem que se dá por inteiro, corpo e espírito, à vida coletiva. O ator comunitário pertence a um conjunto regido por laços naturais ou espontâneos, subordinando-se a uma coletividade cujo sentido excede aquele de cada um de seus membros (DUBET & MARTUCCELLI, 1997. p. 243).

A compreensão dessa socialização profissional, com vistas à constituição de uma identidade também profissional, pode ser mais bem percebida, caso levarmos em conta o próprio conceito de disposição (LAHIRE: 2004), na medida em que permite a elaboração de “um trabalho interpretativo com vistas para dar conta de comportamentos, práticas, opiniões etc. Trata-se de fazer aparecer os princípios que geraram a aparente diversidade da prática” (p. 27).

Ou ainda, a noção de disposição [...] “supõe que seja possível observar uma série de comportamentos, atitudes e práticas que sejam coerentes; ela proíbe pensar na possibilidade de deduzir uma disposição a partir do registro ou da observação de um único acontecimento” (p. 27). Enfim, esse conceito faz com que não nos esqueçamos que a identidade profissional dos três agrupamentos de professores se compõe ao mesmo tempo

segundo uma heterogeneidade social – familiar, escolar e profissional de cada professor entrevistado – e uma homogeneidade também social, na medida em que esses três grupos de professores, a partir de um certo momento, formam a própria rede municipal de Mesquita.

Esse conceito permitiria, então, que se entendesse nosso sujeito como alguém complexo, que se constitui de maneira múltipla, heterogênea e fragmentada. Experimentaria múltiplas realidades, possuiria desejos, angústias e projeções profissionais para o futuro; e em suas relações seria ao mesmo tempo coerente e incoerente.

Através desses conceitos, com certeza, poderemos aprofundar o que já se sabe: depois de três anos de serviço, a começar em 2003, alguns contratados das escolas particulares automaticamente se tornaram funcionários públicos de Mesquita, fato que pode ser constatado pela existência de matrículas de professores em exercício até os dias atuais. Neste ponto, cabe questionar: será que o augúrio dos professores foi concretizado?

Estariam satisfeitos com essa mudança de *status*? Entretanto, como esse privilégio não foi estendido aos professores contratados através da Multiprof, com certeza, há descontentamento e, principalmente, diferenças identitárias bastante marcantes entre os profissionais docentes da rede municipal de Mesquita. Inclusive, é fato que alguns começaram a se organizar para conseguir, por meio de ações judiciais esse direito.

A carreira construída no interior da esfera pública tem se constituído em um sonho para grande parte dos brasileiros, pois implica, acima de tudo, estabilidade. Portanto, para esses docentes, que se apresentaram ao município com uma identidade que lhes ligava a uma empresa de recrutamento – Multiprof –, a conquista do funcionalismo público poderia significar uma nova representação social e, principalmente, a conquista de uma identidade profissional de maior reconhecimento:

[...] não se trata somente de uma situação de "escolha do ofício" ou de obtenção de diplomas, mas da construção pessoal de uma estratégia identitária que põe em jogo a imagem do eu, a apreciação das suas capacidades, a realização dos seus desejos (DUBAR: 2005, p. 91).

E, se até 2006, alguns processos foram deferidos¹⁵ e, com isso, professores da Multiprof também conseguiram por meio da justiça o mesmo *status* tão sonhado, de funcionário público, a maioria dos professores desse grupo não ganhou na justiça esse direito, mantendo-se, assim, uma diferença original entre os professores.

Essa transitoriedade e mudança de *status*, pode ser analisada a partir do que Dubar (2005) chama de uma cultura profissional de “adaptação”, na medida em que a maioria dos funcionários de Mesquita por serem oriundos de outras configurações sociais – escolas públicas municipais de Nova Iguaçu, rede privada de ensino de Nova Iguaçu e professores inscritos na Multiprof – teriam que se adaptar às novas exigências do novo município.

A busca por um *status* de funcionário público reafirma a dualidade presente na representação do professorado sobre sua própria profissão, tal como Nóvoa afirma; o que evidencia a busca de uma identidade profissional reconhecível pela sociedade, por pessoas do seu convívio pessoal e profissional e por ele mesmo:

[...] a profissão docente impregna-se de uma espécie de entre dois, que tem estigmatizado a história contemporânea dos professores: não devem saber de mais, nem de menos; não se devem misturar com o povo, nem com a burguesia; não devem ser pobres, nem ricos; não são (bem) funcionários públicos, nem profissionais liberais etc. (NÓVOA: 1992, p. 03).

Apesar da heterogeneidade do grupo, acreditamos que ambos agrupamentos de professores contratados poderiam estar desejosos por se tornarem funcionários públicos, o que implicaria uma facilitação para a construção de um sistema de ensino, de fato, homogêneo.

Assim, enquanto os docentes oriundos das escolas particulares poderiam estar ansiosos por adquirirem estabilidade profissional, aqueles da Multiprof enxergariam na contratação uma possibilidade não só de entrar no mercado de trabalho, mas, também, quem sabe, se a sorte lhes sorrisse, de se transformarem em funcionários públicos, assim como os oriundos de Nova Iguaçu.

¹⁵ Informação extraída de conversas informais com professores de Mesquita em um momento de sondagem do campo de pesquisa e através da leitura de processos contra a Multiprof e a Prefeitura de Mesquita.

Portanto, como já afirmamos anteriormente, compreender as trajetórias profissionais e a identidade da categoria docente em Mesquita, neste período de 2000 a 2006, por meio do estudo de três grupos distintos, pode mostrar como esses mesmos grupos contribuíram para desenhar um sistema de ensino em formação. De outro lado, devido a sua composição heterogênea, também é possível investigar as dificuldades encontradas em constituírem-se em uma unidade.

Enfim, aqui cabe a questão: em que medida as três categorias de professores entrevistados se autoperceberam como parte de uma identidade comum, bem como constituíram suas trajetórias profissionais com base em uma configuração municipal, que se encontra no âmbito da Baixada Fluminense.

Para buscar algumas respostas para tais questionamentos, além das entrevistas com professores, este trabalho através dos demais capítulos também se deterá sobre a análise de documentos oficiais, como *Diário Oficial*, leis e portarias municipais – referentes à construção do sistema educacional de Mesquita, desde a criação da Secretaria de Educação, até o aluguel de escolas particulares que passam a integrar a rede municipal de ensino – e processos contra a Prefeitura de Mesquita e a Multiprof, movidos pelo Ministério Público do Rio de Janeiro¹⁶ – o que resultou no primeiro concurso público de Mesquita, em 2006 – e por professores contratados pela própria Multiprof.

Conforme Certeau: “é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (1982, p. 34). A análise de documentos, portanto, nos permitirá construir um panorama do passado – da história relatada oficialmente pelo governo, principalmente ao que tange a estruturação desse sistema e a constituição de seu quadro docente –, frente a desafios e tensões encontrados na regularização da situação de muitos professores.

Consequentemente, partimos do princípio que a configuração social (ELIAS: 1994) do sistema de ensino de Mesquita se objetiva tanto por meio da promulgação de suas leis e regulamentos, quanto pela ação e movimentação dos três grupos de professores no interior desse espaço social.

¹⁶ Em 1º.6.2005, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Rio de Janeiro ajuizaram a Ação Civil Pública n. 00940-2005-223-01-00-6, com pedido de antecipação de tutela, contra o Município de Mesquita/RJ.

Cabe ressaltar que a investigação sobre os documentos escritos tem sido facilitada pelo acesso ao site da Prefeitura de Mesquita¹⁷, que disponibilizou todas as leis e portarias municipais para *download*. O mesmo aconteceu na pesquisa por processos envolvendo pessoas físicas (no caso, contratados), já que por meio do site da Justiça brasileira¹⁸ toda essa movimentação pode ser acompanhada pela Internet. Também é importante salientar o acesso já autorizado aos documentos do Arquivo Municipal, que atualmente se encontram no prédio da Prefeitura de Mesquita.

Ao buscar informações sobre tais documentos, principalmente em relação aos mais antigos, alguns funcionários informaram que parte dos documentos de 2000-2003 fora perdida, devido à falta de estrutura para arquivá-los na época, e também devido a chuvas que inundaram o local onde costumavam ser guardados. Por isso, talvez seja difícil conseguir dados estatísticos desses primeiros anos, principalmente se estiverem entre os documentos irrecuperáveis ou perdidos.

A fim de analisar as questões, acima salientadas, foram realizadas entrevistas com professores que integraram o quadro docente entre 2000 e 2006 no município de Mesquita, logo após a aprovação deste projeto no Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ¹⁹.

Procuramos, na maioria das vezes, entrevistar os profissionais fora da escola, uma vez que a entrevista em seu ambiente de trabalho pode ser prejudicada pelo ambiente escolar e suas demandas e, em especial, para que o entrevistado não se sinta coagido a reproduzir falas institucionalizadas (POLLAK: 1989) ou que tenha medo de lidar com comentários sobre sua participação (LAHIRE: 2004).

Ao utilizarmos a entrevista, não podemos nos esquecer de seus contratempos que podem vir a ser melhor encaminhados caso tenhamos em mente as considerações de Pollak (1992) sobre história e memória. A memória é fluida, marcada não só por acontecimentos pessoais, como também coletivos. Logo, o resgate dessa memória coletiva pode sofrer, o que o autor afirma ser “flutuações, que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento

¹⁷ Site da Prefeitura, com acesso aos documentos legais. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

¹⁸ Site da JusBrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

¹⁹ CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) nº 47295315.5.0000.5582. Projeto submetido em 24 de junho de 2015, aprovado em 13 de agosto de 2015.

constituem um elemento de estruturação da memória” (p. 204).

Ainda conforme o autor, uma vez que a memória é seletiva, será necessário fazer questões bem específicas no que se refere ao período de sua atuação nas escolas do município, a fim de que talvez assim se recorde, mais facilmente, da época. Mas, para sanar qualquer dúvida, pretendo deixar meu contato para os entrevistados, já que podem lembrar algo que, no momento da entrevista, não tenham dito.

Além da gravação do áudio das entrevistas, pretendemos filmar a participação do professor entrevistado, para que se possa analisar e transcrever melhor, em seguida, os aspectos ditos e não ditos (POLLAK: 1989), a fim de evocar particularidades de prováveis memórias mais seletivas, como as subterrâneas.

A identidade anônima dos entrevistados será assegurada (BOUDIEU: 2006), na medida em que não revelaremos sua vinculação com a escola em que trabalha ou nome verdadeiro, criando nomes fictícios para garantir sua privacidade. Ou seja, haverá, por minha parte, um esforço contínuo em tornar a entrevista um momento confortável para que o entrevistado colabore com a pesquisa, sem pressões externas.

Em relação à análise dos discursos, conforme leituras de Lahire (2004), Bourdieu (2006) e Pollak (1989), pretendemos considerar as vivências de cada professor com o foco da análise em suas trajetórias profissionais (DUBAR: 1998; 2005), não havendo de nossa parte a intenção de priorizar certos discursos em detrimento de outros. Apesar de meu envolvimento com o tema, pretendo manter uma “neutralidade”/distanciamento possível, embora, confesse que sempre tenha valorizado mais em minhas pesquisas os discursos mais radicais, mas que agora terão que arduamente, ser reconsiderados.

Esse radicalismo “encantador”, presente em muitos argumentos de professores desanimados e que, provavelmente, demonstrem a vontade de se evadirem da profissão, por mais que tenha sido enfatizado em minha monografia, não será agora um ponto chave; mas, apenas aqueles que expressem discursos mais institucionalizados, já que podem expressar *status* e certas posições e papéis sociais nessa rede (ELIAS: 1994) que é o sistema educacional de Mesquita. Ou seja, acredito que o mestrado amadureceu-me no sentido de me ater a questões que tenham como fim entender o processo de legitimação da profissão docente em Mesquita.

Além da dificuldade em se traduzir os discursos institucionais – leis e

documentos oficiais – há de se ter um cuidado especial na análise das entrevistas para que assim eu consiga manter o distanciamento necessário como pesquisadora que, nesse caso, pressupõe compreender os movimentos de estratégia e táticas (CERTEAU: 1994) das pessoas físicas e jurídicas em suas ações. Ou seja, estarei vigilante para permanecer sem tomar parte dos argumentos como professora, em um debate sobre uma profissão que também escolhi para mim.

CAPÍTULO II – MESQUITA: UM MUNICÍPIO CHEIO DE HISTÓRIAS

*Um eterno ar que dê cidadania
A uma gente que sempre se importe
Com um chão fértil e por quem nele habita
Cantando as glórias e tuas conquistas
Tu és cidade de um belo passado
Estrada de ferro, olarias,
laranjas e indústrias nunca sairão
Da mente onde estarão ilustrados
O esforço, o suor, a determinação
das pessoas da raiz do teu chão
("Hino de Mesquita"²⁰, 2012).*

Segundo Nogueira (1998) toda cidade é ambígua e desenhada pelas marcas de uma memória tanto coletiva, quanto individual. Expressa nossos desejos, paixões e expectativas, produzindo, portanto, marcas profundas em nossas identidades (idem). Essa foi a sensação que senti ao me deparar com a história de Mesquita!

A história de Mesquita se confunde com a da Baixada Fluminense que, por sua vez, se relaciona à história da própria cidade do Rio de Janeiro. Já desde os seus primórdios, podemos identificar na Baixada Fluminense uma tendência à descentralização e uma forte queda para o desenvolvimento de uma história local bastante rica. Devido às atividades econômicas impulsionadas pela agricultura – o uso de portos fluviais e a construção de ferrovias em direção ao interior da Região Metropolitana –, o território da Baixada ao ser cada vez mais ocupado, se constitui por uma população diversificada, que acaba por se relacionar de modo igualmente descentralizado com o poder público. A fundação de pequenas vilas prósperas que produziam seus próprios recursos econômicos e o forte transporte local que facilitava a circulação e comunicação da região (BARROS & AMORIM: 2008) fazia com que sua população se encontrasse circunscrita social e politicamente a esse território.

Essa população, inclusive, fora, originalmente, se constituindo de trabalhadores, com um poder aquisitivo baixo e, ainda, com baixa escolaridade, uma vez que frequentar os bancos de uma escola – pública ou particular – ainda no século XIX, não era algo acessível para grande parte de sua população. Essa problemática, inclusive, nos faz questionar acerca da precariedade da educação no século XIX na região e no restante do

²⁰ Trecho do "Hino de Mesquita". Decreto nº 1.081 de 15 de fevereiro de 2012; letra e música por Luciene Vasconcelos Gomes e João Paulo Gomes. Disponível em: <<https://www.mesquita.rj.gov.br>>.

território nacional.

Nesse caso, se no passado a escolaridade era considerada um item para poucos, hoje em dia, as notícias²¹ retratando o elevado número de analfabetos, os baixos índices no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o desnível entre faixa etária e ano de escolaridade frequentes na mídia impressa e digital, continuam demonstrando que esse problema ainda não encontrou o seu fim, principalmente na Baixada. Tem, portanto, permitido que os municípios da Baixada Fluminense, muitas vezes, sejam duramente criticados por sua “má-educação”.

Além disso, sua reputação como um dos territórios mais violentos do estado do Rio de Janeiro se apresenta perene diante da impressão que se tem sobre essa região, que ainda carece de muitos serviços públicos de qualidade.

A fim de entendermos melhor o contexto sociogeográfico em que este estudo está inserido – Mesquita –, se primeiramente, achamos necessário salientarmos alguns aspectos da Baixada Fluminense, região onde se encontra Mesquita, posteriormente, nos deteremos sobre o próprio município de Mesquita a fim de ressaltar alguns acontecimentos de sua história, marcada por disputas e tensões de ordem política e econômica.

Nesse sentido, no primeiro item, “Baixada Fluminense: um pedaço do Rio de Janeiro marcado por querelas” trataremos de sua história. Mostraremos como essa região “eternamente carente” nasce de uma logística que implica a concretização de interesses locais tanto políticos, quanto econômicos que permanecem ao longo de sua história a partir de um pressuposto bastante forte: o princípio de “fragmentação” em decorrência das várias tensões presentes na região ao longo do século XX, quando diversos distritos vão conquistando sua independência (SIMÕES: 2007).

No segundo item, discorreremos sobre Mesquita, que desde os anos 1960 ensaiou algumas tentativas de se consolidar como um município. Chamaremos a atenção para certa força dos movimentos sociais e políticos locais que, buscavam para a cidade

²¹ “Baixada fica mal na prova do Ideb”, matéria publicada pelo jornal *O Dia*, em 19/08/2012 (Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/rio/o-dia-baixada/baixada-fica-mal-na-prova-do-ideb-1.478157>>. Acesso em 15 de maio de 2016) e dois anos depois, outra matéria apresenta o mesmo problema: “Baixada Fluminense no Ideb: municípios mantêm escolas precárias e notas ficam abaixo da média”, publicada pelo *Jornal Extra*, em 14/09/2014 (Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense-no-ideb-municipios-mantem-escolas-precarias-notas-ficam-abaixo-da-meta-13930021.html>>. Acesso em 15 de maio de 2016.).

um novo *status*, que não fosse apenas o de mais uma “cidade dormitório” ou de um distrito iguaçuano “pouco produtivo”.

Nesse item, ainda será ressaltado alguns aspectos de sua emancipação, novos desafios e demandas de uma administração pública recém-criada. Portanto, procura remontar o quebra cabeça dos primeiros passos da administração mesquitense, com o foco nas decisões diante de emergente necessidade por serviços públicos à população, como a educação, por exemplo.

2.1 BAIXADA FLUMINENSE: UM PEDAÇO DO RIO DE JANEIRO COM FORTE HISTÓRIA LOCAL

Antes de fazer menção à história da região, é interessante compreender a denominação da mesma. Conforme a extensa revisão de Rocha (2009), o termo “Baixada Fluminense”, costumava nomear o limite entre a área montanhosa e a das planícies (terras baixas), sendo que esta segunda se localizava entre Campos e Mangaratiba, como podemos ver na figura abaixo.

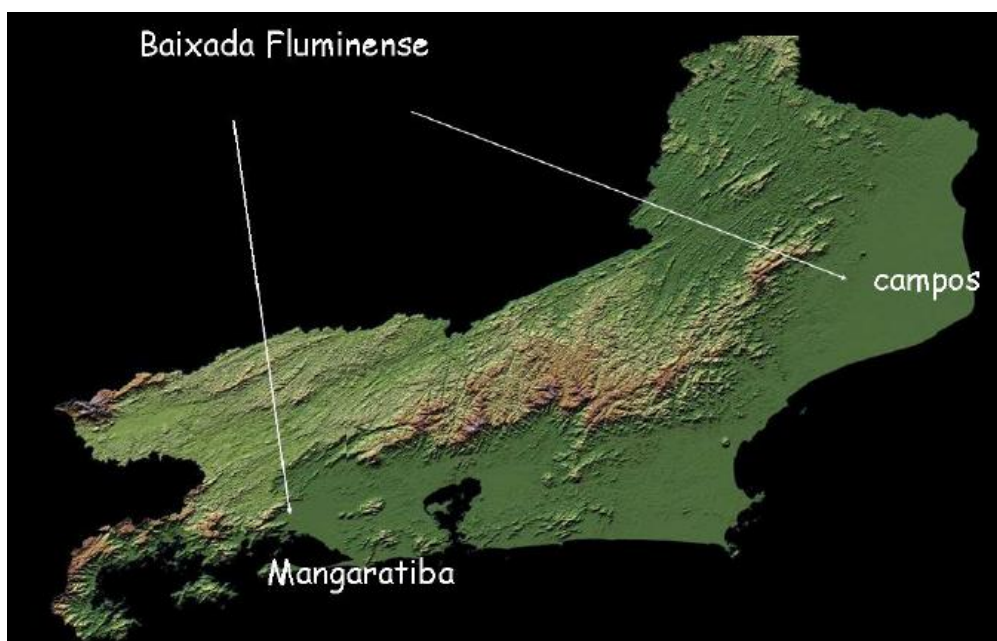


Figura 2.1 – Imagem do estado do Rio de Janeiro com destaque para o domínio físico da Baixada Fluminense. Embrapa (retirado da pesquisa de ROCHA: 2009. p. 28).

O engenheiro Hildebrando de Góes (1934) fora o primeiro a caracterizar a região atualmente conhecida como “Baixada Fluminense” como Baixada da Guanabara, uma vez que em uma concepção geomorfológica, havia a possibilidade de identificar quatro Baixadas: 1) Baixada de Goitacazes; 2) Baixada de Araruama; 3) Baixada de Sepetiba; 4) Baixada da Guanabara.

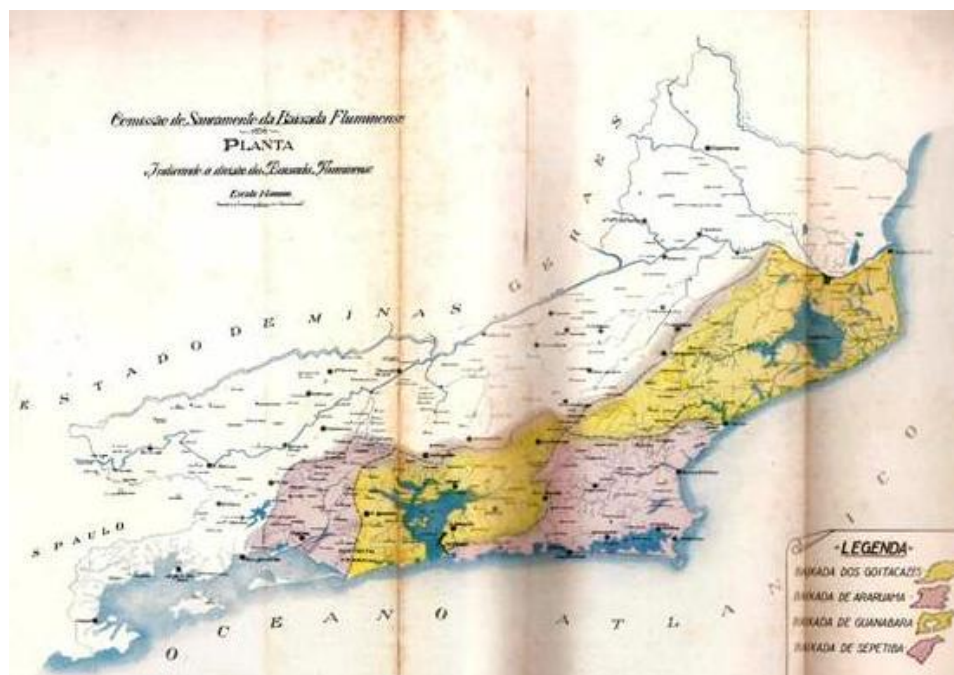


Figura 2.2 – Mapa da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, abrangendo as quatro baixadas, segundo Hildebrando de Góes (1934). Disponível em: <http://www.revistacidade.com.br/images/RioUna/mapabaixada_una.jpg>. – Acesso em 22 de janeiro de 2016.

A Baixada da Guanabara era uma subdivisão que: “[...] consistia no diagnóstico das áreas em torno da Baía de Guanabara que tinha uma sensível relação com a cidade do Rio de Janeiro (ROCHA: 2009. p. 29). A intensa interação entre essa região – Cidade do Rio de Janeiro – e a Guanabara²² é notável, tanto em termos econômicos, quanto religiosos, chegando a um nível de grande deslocamento de pessoas e mercadorias entre as mesmas; tornando-se, inclusive, uma relação reconhecida como metrópole

²² A Guanabara foi um estado do Brasil de 1960 a 1975, que existiu no território do atual município do Rio de Janeiro. Em sua área, o antigo Distrito Federal esteve localizado.

“interlândia²³”:

É interessante salientar que esta centralidade exercida pela cidade do Rio de Janeiro demandava uma interação socioterritorial intensa com sua “interlândia”, como era o caso da grande conexão existente entre o Rio e a “Baixada da Guanabara”. Esta “Baixada” é toda a porção territorial localizado a oeste da Baía de Guanabara, hoje conhecida popularmente como Baixada Fluminense (ROCHA: 2009. p. 36).

2.1.1 O PERFUME DA LARANJA: UMA MARCA IDENTITÁRIA DA REGIÃO

A atual Baixada Fluminense começou a ser ocupada no mesmo primeiro século da colonização do Brasil, fato esse que salienta sua força política, econômica e religiosa, bem como suas estreitas relações com o governo da antiga capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse caso, de acordo com Geiger e Santos (1955), a indústria açucareira²⁴, além da criação de gado, foi a principal atividade econômica da região, até o século XVII, característica essa que fortalece a afirmação acima quanto à relevância da região para o poder central da época.

Ao longo do século XVII, a navegação por meio do rio Iguassú – grifado também como Iguaçu – se estabeleceu como o principal meio de transporte dos produtos ali produzidos e extraídos, sendo também uma forma de chegar ao “Caminho do ouro”, em Paraty (RJ), porto onde se escoava o ouro para Portugal: “[...] os barcos saíam do Cais dos Mineiros, ao pé do Morro de São Bento, Rio de Janeiro e, navegando até ao rio Iguaçu, chegavam ao rio Pilar, afluente do Iguaçu (BARROS & AMORIM: 2008, p. 117).

²³ A “interlândia” consiste em uma zona de influência terrestre que todo porto possui. A interlândia de um porto é determinada por uma série de fatores, dentre os quais se destacam as questões fiscais e a infraestrutura de transporte terrestre existente. – Definição disponível em: <<https://portopedia.com.br/portopedia/interlandia-73162>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

²⁴ Em 1692, Martins Correa Vasqueanes, recebeu uma porção de terras (serra e baixada), fundando dois engenhos (aguardente – açúcar) em Maxambomba, origem de Nova Iguaçu, e Cachoeira, origem de Mesquita (BARROS & AMORIM: 2008).



Figura 2.3 – Vestígios do Porto de Iguassú. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/img/ManagerImages/04_4.jpg>.

Em 1699, conforme o autor, a devoção à Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, levou à construção da Matriz, à margem direita do rio Iguassú. Neste ponto, cresceu a Povoação de Iguassú, da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, um dos primeiros povoados do que é hoje conhecido como Baixada Fluminense²⁵.



Figura 2.4 – Ruínas da igreja de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/8a/Igua%C3%A7u_Velho_-_Ru%C3%ADnas_da_Igreja_de_N_S_da_Piedade_4.jpg>.

²⁵ Neste mesmo período, outros povoados também são criados, tais como Pilar, Estrela e Engenho da Cachoeira e que hoje fazem parte de alguns dos municípios da Baixada Fluminense. Inclusive, grande parte de Mesquita hoje, encontrava-se no Engenho da Cachoeira. Enfim, Mesquita constituiu-se das terras do Engenho da Cachoeira, terras próximas às de Maxambomba, como veremos adiante.

Percebem-se, então, alguns fatos do passado que em muito contribuem para o entendimento da história recente da região: a) a força da religião no município através do catolicismo que ali encontra uma terra fértil para difusão de suas ideias; b) a vocação agrícola da região por meio do cultivo da cana de açúcar, produto base da monocultura colonial; c) a força política dos engenhos para a constituição de uma história local bastante própria; d) sua localização próxima à antiga capital do país, lhe conferindo uma posição geográfica, social e política privilegiada.

Inclusive as igrejas ali construídas, por um tempo considerável, constituíram um espaço cultural e político bastante importante, que além de seu caráter religioso, serviram como palco de reuniões e discussões políticas e sociais que contribuíram, de certo modo, para a posterior emancipação de municípios na segunda metade do século XX (SILVA: 2012)²⁶, como veremos em um próximo tópico.

Conforme Dias e Bezerra (2014), já em 1858, é inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro D. Pedro II²⁷, o que aperfeiçoou o escoamento do café, produto também cultivado na região. Esse fato, inclusive, ao levar à decadência os portos e caminhos que existiam por terra firme na região, permite que a Vila de Iguazu, sede administrativa de Iguazu, fosse fortemente afetada, posto que ficava às margens do porto Iguazu²⁸ e da Estrada Real; antes, rotas de comércio estratégicas para a região (OLIVEIRA: 2007).

Nesta época, segundo Barros (2011): “[...] a Baixada Fluminense funcionou como um entreposto entre o Rio de Janeiro e as Regiões de Minas Gerais e São Paulo (p. 18), fato esse que contribui para a definição da região, como um território de passagem, um espaço de trânsito. Além disso, como o meio de transporte fluvial apresentava problemas como a dependência das marés, a baixa dos rios em tempo seco e o assoreamento dos rios e canais, houve a necessidade de se modernizar o escoamento das mercadorias por meio da construção de uma estrada de ferro:

²⁶ Inclusive vale salientar a relevância das Comunidades Eclesiais de Base ali fixadas por seus bispos no início da década de 1980 (SILVA: 2012).

²⁷ A construção de ferrovias deu-se pela necessidade de transportar o café produzido no Vale do Paraíba e em São Paulo, até o porto do Rio de Janeiro. A construção da Estrada de Ferro acelerou o desenvolvimento da região (BARROS: 2011).

²⁸ Vale aqui sublinhar a importância da navegação para a região, uma vez que era responsável pela ligação dos portos de Iguazu, Estrela, Piedade, Porto das Caixas e Magé, todos localizados no fundo da Baía de Guanabara.

A própria construção da ferrovia afetou a passagem das embarcações pelos rios, por conta de novas pontes construídas para os trilhos. A Câmara Municipal procurou embargar as obras, alegando os prejuízos para o trânsito fluvial, mas não foi vitoriosa. Com o impedimento da navegação, em alguns trechos, foram se formando pântanos (DIAS & BEZERRA: 2014. p. 65).

Ainda no século XIX, período de grandes transformações na região, a formação de pântanos ao gerar a disseminação de doenças como cólera e malária, permite que a população sobrevivente se desloque para o arraial de Maxambomba²⁹, que se situava às margens da linha férrea, permitindo, inclusive, que em 1891, torne-se a sede administrativa da Vila de Iguazu, passando, então, a ser nomeada como Vila de Maxambomba³⁰; área que, no século XX, passa a ser reconhecida como produtora de cítricos, principalmente, laranja.

Assim, embora coubesse ser entendida como: “[...] um pequeno núcleo urbano, marcado pela estagnação econômica e pela escassez e pobreza de sua população rural”, sua produção cítrica ganha alcance nacional, possibilitando, inclusive, que a Vila Maxambomba seja lançada à categoria de município, ainda em 1891:

As laranjas da nossa Baixada Fluminense eram um produto altamente consumido na Europa; e, obviamente, um produto tipicamente feito para a exportação. A fase da laranja teve o seu apogeu em Nova Iguaçu entre os anos de 1920 e 1940 (PEREIRA: 1970).

²⁹ Maxambomba atualmente conhecida como o município de Nova Iguaçu, município que Mesquita fora distrito.

³⁰ O Decreto nº. 204, de 1º de maio de 1891 relata a transferência legal da sede do município de Iguaçu para a povoação de Maxambomba, reconhecida como vila. Havendo também a mudança do próprio nome do povoado de Vila Iguassú para Vila Maxambomba. O Decreto nº. 263 de 19 de junho de 1891, eleva Maxambomba à categoria de cidade (PEREIRA: 1969).



Figura 2.4 – Antigo barracão de laranjas. Disponível em: <<http://mw2.google.com/mw-panoramio/photos/medium/9991112.jpg>>.



Figura 2.5 – Laranjais, década de 1930. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/static.elefanteverde.com.br/blog/wp-content/uploads/sites/29/2014/05/dcasad1213123578.jpg>>.



Figura 2.6 – Anúncio promovendo os laranjais. Disponível em: <<https://s3.amazonaws.com/static.elefanteverde.com.br/blog/wp-content/uploads/sites/29/2014/05/123123dqw112.jpg>>.

Portanto, o ciclo da laranja³¹, na primeira metade do século XX ao mesmo tempo em que reafirma a vocação agrária da região, promove, ainda que de modo enviesado, certo desenvolvimento para a região. Ou seja, esse surto de prosperidade que contava com um grande número de citricultores, apesar de ser responsável pela criação de estradas, as quais marcaram ainda mais a extensão logística e habitacional do município –

A Estrada dr. Plínio Casado (Interventor Estadual que nomeou Arruda Negreiros), ligando Nova Iguaçu-Belford Roxo. Citamos ainda as estradas de Nova Iguaçu-Anchieta, Madureira-Cabuçu, Estrada do Ypiranga, Estrada do Guimbú, Estrada de Santa Rita, Estrada de Morro Agudo a Austin, Estrada de São Bento, Estrada São João de Meriti-Caxias, Estrada São João de Meriti-Nilópolis, Estrada Actura, Estrada Rio-Petrópolis-Magé, Estrada do Xerém, Estrada Santa Branca-Bomfim (TORRES: 2007a).

³¹ O termo “ciclo” foi utilizado conforme pesquisa e estudo em obras de autores clássicos da historiografia sobre a Baixada Fluminense. Durante a defesa desta dissertação, a prof^ª. dr^ª. Amália Dias nos apresentou uma literatura sobre a história local, onde a noção de ciclo fora superada, como pode ser lido em Guedes (2009; 2012). Optamos por manter a noção “clássica” de ciclos, uma vez que o contato com as novas referências fora breve, se comparado ao tempo já dedicado aos estudos e revisão bibliográfica, o que não caberia reproduzir na última revisão desta dissertação.

não gera o fim de suas mazelas: falta de saneamento básico, transporte etc.

A marca desse período ainda pode ser notada pela mudança do nome de município de Maxambomba para Nova Iguaçu, em 1916. Também podemos ressaltar que durante esse período, o cheiro exalado pelas plantações de laranja na época da floração, faz com que se atribua o apelido de Cidade Perfume à Nova Iguaçu, já que esse aroma poderia ser sentido desde a linha férrea; aspecto esse que marcou não só a economia da cidade, como também a memória da região (CONY: 2004).

Vale aqui ressaltar o papel síntese de Nova Iguaçu para o entendimento do que seja a própria Baixada. Ou seja, a história daquele pedaço do Rio de Janeiro começa a ser contada a partir do próprio município de Nova Iguaçu, já que os municípios que se constituem resultaram do seu próprio desmembramento, conforme item a seguir.

2.1.2 POLÍTICA EMANCIPATÓRIA E “MODERNIDADE”: SEGUNDA MARCA IDENTITÁRIA

Outro aspecto que deve ser salientado quando se pensa acerca da história da Baixada diz respeito a sua política local, suas formas de organização e representação, tornando-se, inclusive, responsável por se constituir como uma de suas marcas identitárias.

A afirmação acima nos permite questionar: até onde Nova Iguaçu contribuiu para a configuração social e política do que conhecemos, atualmente, como sendo a Baixada Fluminense como um todo? Será que havia traços marcantes de identidades reais e visadas (DUBAR: 2005) nas populações dos distritos que integraram o município ao longo do século XX, a fim de se diferenciar do município-mãe (FILADELFO: 2009)?

Essa tese nos leva a outras de suma relevância: como a cidade de Nova Iguaçu e a Baixada tem enfrentado a modernidade? Ou ainda, como fica a região frente às exigências da modernidade que principalmente a partir da segunda metade do século XX encontra-se sob a égide da fragmentação territorial, social e política que, por sua vez, pressupõe a legitimação de grupos locais específicos que passam a ter muita força política em suas próprias regiões?

Para tornar possível a resposta às questões acima se faz necessário entender que sua economia se modifica sobremaneira a partir dos anos 1950 e, especificamente, devido aos altos custos da exportação da laranja, que por não conseguir mais ser vendida para o exterior, acaba gerando inúmeros prejuízos para a Baixada Fluminense, que naquele momento se tornara um de seus maiores polos de exportação.

E, nesse caso, com o fim do ciclo da laranja, a “Cidade Perfume” – Nova Iguaçu, até então o único município da Baixada Fluminense –, começa a mostrar alguns malefícios que emergem junto com a própria modernidade. Ou seja, essa transformação econômica gera tanto certos problemas³², quanto algumas transformações bastante significativas que pressupõe a mudança do próprio perfil da região que se depara com o surgimento de novos bairros, bem como com o desenvolvimento de um setor industrial e comercial em seu território. Ingredientes, inclusive, que contribuem para o ascender das lutas emancipatórias que irão surgir mais tarde.



Figura 2.7 – Cartaz acerca do loteamento de terras em Nova Iguaçu. Disponível em: <<http://www.rdvetc.com/2012/nova-iguacu-divisoes-emancipacoes-e-futuras-aspiracoes/>>.

Portanto, ao estudarmos a história da Baixada Fluminense, há de se observar como a configuração da região fora se alterando por meio das diversas emancipações, que

³² A produção de laranja em terras iguaçuanas foi muito incentivada pelo Governo do Rio de Janeiro e, nesse sentido, apesar de acelerar o desenvolvimento da região, este acaba ocorrendo de modo desorganizado e desigual, gerando, inclusive, problemas de saneamento básico, desemprego, aumento da violência e poluição ambiental (SIMÕES: 2007).

ocorreram em sua maioria, na segunda metade do século XX, diminuindo, assim, o território de Nova Iguaçu, a Cidade-mãe da Baixada: se no passado o município chegou a 1489 km² (área em 1943³³), atualmente este ocupa uma área de 521,250 km²³⁴, isto é, a cidade perdera mais de 50% de seu tamanho original, como vemos na figura a seguir.



Figura 2.8 – Quadro de modificação territorial de Nova Iguaçu. Note a diferença entre a área do município antes de 1943, em 1999 com a emancipação de Mesquita e atualmente. Foto de Acervo Pessoal.

Bobbio et alii (2010) define “modernização” como: “o [...] conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois

³³ No período de 1939-1943, o município é constituído de nove distritos: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Bonfim, Cava, Caxias, Estrela, Meriti, Nilópolis e Queimados. (Informação extraída do site do IBGE – Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330350>>. Acesso em 20 de maio de 2016.).

³⁴Dados de 2016, apresentados pela Secretaria Municipal de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (SEMUHAM) em exposição, em maio de 2016.

últimos séculos (p. 768). Entende-se que tal definição se refira ao contexto histórico-social das grandes revoluções que culminaram no entendimento de que se passava por uma nova “Era”, marcadas pela Revolução Industrial e Revolução Francesa.

Entretanto, ao adaptarmos tal definição à realidade em que vivemos, podemos afirmar que a globalização, como uma espécie de “revolução”, acaba por impor certas mudanças que implicarão “uma corrosão das estruturas de coesão interna” (HESPANHA: 2002, p. 21) da própria Baixada.

O conceito, ainda, pressupõe o surgimento de novas formas políticas, econômicas e sociais, distintas (BOBBIO et alii: 2010, p. 768), aspecto esse que é possível de ser percebido na Baixada através da emergência de todo um processo bastante intenso de municipalização que se intensifica, a partir dos anos 1980. Enfim, a estrutura política, social, econômica e territorial do lugar transforma-se enormemente com essa “febre” que assola a Baixada: a municipalização.

Além disso, essa política ainda permite a explicitação de certas tensões e conflitos políticos e sociais que refletiram em diversas esferas do setor público, como a educação, por exemplo.

Nesse sentido, a reconfiguração da Baixada Fluminense ocorre principalmente pela fragmentação do território de Nova Iguaçu, que deu origem a seis municípios, segundo informações do IBGE³⁵:

– Duque de Caxias (1943): Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.055, de 31-12-1943, confirmado pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.056, de 31-12-1943, Duque de Caxias desmembram-se do município de Nova Iguaçu os distritos de Caxias, Meriti, Bonfim e Imbariê (ex-Estrela) alterado pelas mesmas leis acima citadas, para formar o novo município com a denominação de Duque de Caxias. No período de 1944-1948, o município de Nova Iguaçu é constituído de cinco distritos: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Cava, Nilópolis e Queimados.

– Nilópolis (1947): Pela Lei Estadual n.º 6, de 11-08-1947, desmembra-se do município de Nova Iguaçu, o distrito de Nilópolis, elevado à categoria de cidade.

³⁵ Informações legais extraídas do site do IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=330350>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

- Belford Roxo (1990): Em divisão territorial datada de 1-VII-1955, o município de Nova Iguaçu é constituído de seis distritos: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Cava, Japeri, Mesquita e Queimados. Porém, pela Lei Estadual n.º 1.640, de 03-04-1990, desmembra-se do município de Nova Iguaçu, o distrito de Belford Roxo, elevado à categoria de município.
- Queimados (1990): Pela Lei Estadual n.º 1.773, de 21-12-1990, desmembra-se de Nova Iguaçu, o distrito de Queimados, elevado à categoria de município.
- Japeri (1991): Pela Lei Estadual n.º 1.902, de 02-12-1991, desmembra-se do município de Nova Iguaçu, o distrito de Japeri, elevado à categoria de município.
- Mesquita (1999): Em Síntese de 31-XII-1994, o município é constituído de três distritos: Nova Iguaçu, Cava e Mesquita. Pela Lei Estadual n.º 3.253, de 25-09-1999, desmembra-se do município de Nova Iguaçu, o distrito de Mesquita, sendo o último município criado no Estado do Rio de Janeiro (o 92º).



Fonte: Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu, 2004⁷³

Figura 2.9 – Quadro de emancipações na Baixada Fluminense. Nota-se como Nova Iguaçu perdeu distritos com as emancipações frequentes na segunda metade do Século XX. Disponível em: <http://1.bp.blogspot.com/-sWtqv_JIqoY/VH8QiKliQqI/AAAAAAAAAAg/A8b7c39Y47s/s1600/3.jpg>.

Politicamente o que esse fracionamento do território significa? Para Faoro (1992) essa prática pressupõe, em primeiro lugar, a defesa de um tipo de política que se baseia na legitimidade da individualidade de um grupo, de suas especificidades e visões de mundo. Talvez por isso, relacionar esse pensamento às emancipações não pareça ser tão incomum, uma vez que os movimentos e lutas sociais em prol de emancipações se iniciam pela insatisfação e pela mobilização em torno de ideais que possam ser contrastantes à situação vivida, naquele momento, no município-mãe. E que podem ser, nem sempre, apenas justificadas pela identidade social contrastante (SIMÕES: 2007).

2.2 MESQUITA: EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE

De acordo com o item acima, Mesquita foi o último município a se tornar independente na Baixada Fluminense. Esse privilégio, apesar de ocorrer nas vésperas da entrada do novo século, não pressupõe que sua história seja escrita a partir de possíveis benesses que um novo tempo poderia vislumbrar. Pelo contrário, a região se autonomiza, mas traz consigo as mesmas mazelas dos demais municípios.

2.2.1 AS ORIGENS: UM TEMPO “DESACELERADO”

Mesquita se originou do Engenho da Cachoeira, que pertencia ao Capitão Manoel Correa Vasques, em 1663. Poderoso, também possuía outras terras, como Maxambomba que igualmente encontrava-se localizada na Freguesia de Jacutinga³⁶.

Essas terras, apesar de terem pertencido a vários donos, apenas no século XIX chega às mãos do primeiro barão de Mesquita, Jerônimo José de Mesquita, sobrenome que no futuro dará nome ao município.

³⁶ Essa antiga freguesia abarcava tanto Maxambomba quanto o Engenho da Cachoeira. Atualmente, aquela freguesia compõe os municípios de Belford Roxo, Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis.

De acordo com Simões (2007), foi por meio do segundo Barão de Mesquita que a região passa a ter alguns melhoramentos, na medida em que Jerônimo de Mesquita inicia uma obra de saneamento básico para que a região fosse melhor habitada. Porém, como o Barão adoeceu seriamente, seu empreendimento não foi adiante. E com sua morte a estação de trem que ali havia com o nome de Mutambó³⁷, passou a se chamar Mesquita em sua homenagem.

Com a morte do Barão de Mesquita, apesar de seu filho tentar levar adiante sua obra a fim de que a região pudesse receber alguma melhoria, o fim da escravidão inviabilizou esse projeto, uma vez que o próprio país sofre as consequências desse ato por conta de falta de mão de obra. Assim, a região novamente é esquecida e abandonada, permitindo, inclusive, que a família Mesquita perdesse as terras, que foram, posteriormente, retalhadas e vendidas.



Figura 2.10 – Fazenda do Barão de Mesquita entre a capela e a senzala. Disponível em: <<http://ejesa.statig.com.br/bancodeimagens/ar/ug/bg/arugbgp27v3ibzo7eu96v17xm.jpg>>.

Nota-se, por meio desse pequeno relato que a história da região, assim como a história do Brasil, encontrava-se nas mãos de grandes fazendeiros e que seu

³⁷ “Mutambó”, de acordo com a pesquisadora, se refere ao cativeiro do povo africano, que durante um longo período da história, tornou possível tanto o desenvolvimento da produção açucareira, quanto o transporte do café nas terras mesquitenses. “Mutambó” também se remete à lembrança da resistência quilombola na Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, da qual as terras mesquitenses faziam parte” (SILVA: 2007).

desenvolvimento dependia da iniciativa dessas próprias famílias, vistas como a autoridade na localidade.

Ainda no final do século XIX, o desenvolvimento de Maxambomba permite que seu vizinho, Mesquita, usufrua de seu progresso econômico e social através das obras de saneamento do Rio Sarapuí, da recuperação de áreas alagadas e da plantação de laranjais. Além disso, a própria citricultura traz um frescor econômico às terras mesquitenses, que antes tinham como atividades mais rendosas, o escoamento de café e de outros produtos pela ferrovia, além dos canaviais dos engenhos e fábricas de açúcar da Cachoeira. Ou seja, a introdução do plantio da laranja, nesse período, permite a construção de um novo perfil identitário para a região que, ao longo do século seguinte encontrar-se-á fortemente identificada com essa fruta cítrica, conforme item anterior.

Acima de tudo, esse relato nos mostra que do século XVII, período em que essas terras passam a ser mais fortemente habitadas, até o século XIX, pouca coisa mudou. A partir de um tempo desacelerado a vida naquela região seguia conforme qualquer território que se encontrava distante dos grandes centros: cultivando a cana de açúcar, cuidando do gado e depois, plantando laranja.

As coisas começam a mudar com a chegada do século XX!

2.2.2 AS TRANSFORMAÇÕES: UM TEMPO “ACELERADO”

A entrada do século anterior implica um aceleração das transformações na região, permitindo que aquelas terras finalmente ganhem um sopro de desenvolvimento. Portanto, ainda no primeiro decênio do século XX, a imagem de Mesquita já anunciava grandes transformações que iriam marcar todo o século que se iniciava.

Com a venda das terras da fazenda do Barão de Mesquita aos irmãos Américo e Alfredo Ludolf (BARROS: 2011), a primeira indústria, Companhia Materiais de Construção Ludolf & Ludolf, chega à Mesquita em 1905 e torna-se uma das maiores empresas de cerâmica do Brasil, atingindo seu ápice na década de 1950. Nesse caso, uma

primeira grande mudança na paisagem mesquitense já podia ser notada, uma vez que começa a ganhar ares mais urbanos.



Figura 2.11 – Chaminé da Olaria da Ludolf & Ludolf, nas antigas terras do Barão de Mesquita. Extraído do livro de Barros (2011, p. 109).

De acordo com Simões (2007), os primeiros loteamentos de Mesquita datam de 1927, próximos à linha do trem, seguidos dos ocorridos na Chatuba, em Santa Terezinha e Edson Passos, alguns dos atuais bairros do próprio município de Mesquita. E conforme o item acima, a partir da segunda metade do século XX a citricultura mesquitense sofre tanto quanto a iguaçuana que acaba por entrar em colapso, dando margem para o loteamento dos antigos laranjais.

Entretanto, se por um lado, a economia sofreu com o fim da citricultura, por outro garantiu à Mesquita a oportunidade de se industrializar, com a instalação de algumas indústrias entre as décadas de 1940 e 1950. Próximas à linha ferroviária, as fábricas tinham um bom apelo para se desenvolverem. Assim, firmas como a Sociedade

Nacional Reconstructora S.A (Sonarec), IBT, Pumar e Laminaria BrasFerro³⁸ (PRADO: 2000) e a Olaria Gigante³⁹ puderam crescer e, inclusive, possibilitou a construção da estação ferroviária de Juscelino⁴⁰, intensificando, assim, a urbanização da região que aos poucos ia perdendo seu ar rural.

A importância desses áureos tempos na memória do povo mesquitense ainda é bastante presente, já que seus moradores ainda recontam histórias da época em que vivenciaram esse *boom* industrial. Outro símbolo importante, que cultua a memória desses tempos áureos, conforme Barros (2011), é o batismo de várias ruas, como as ruas Arthur de Oliveira Vecchi e Maria Mendes Vecchi que homenageiam o proprietário da BrasFerro e sua esposa, respectivamente, segundo a autora.

De acordo com Bobbio et alii (2010) assumimos aqui que a Baixada Fluminense fora um espaço de “modernização” política, principalmente a partir da década de 1940, uma vez que as mobilizações sociais e políticas⁴¹ buscaram a transição de um município síntese da Baixada – Nova Iguaçu – para a criação de uma série de outros municípios que começam a se esfacelar daquele, o que inclusive pode ser justificado pela Constituição de 1946, que descentralizou o poder entre os entes federados, conforme Meirelles (1993, p. 34):

Impressionados com a hipertrofia do Executivo no regime anterior, os novos legisladores promoveram equitativa distribuição dos poderes e descentralizaram a administração, repartindo-a entre a União, os Estados-membros e os Municípios, de modo a não comprometer a Federação, nem ferir a autonomia estadual e municipal. Idêntico critério foi adotado quanto à repartição das rendas públicas, que já 4 vieram discriminadas (arts. 29 e 30), para que o legislador ordinário não modificasse o seu destino, em detrimento da Comuna. No âmbito político propriamente dito, integrou o Município no sistema eleitoral do país e dispôs os seus órgãos (Legislativo e Executivo) em simetria com os poderes da nação.

³⁸ De acordo com o conhecimento popular de habitantes de Mesquita, Sonarec (fábrica de vagões de trem), IBT e BrasFerro eram indústrias metalúrgicas e se localizavam na rua Paraná, no Parque Metalúrgico. A Pumar (fábrica de guarda-chuvas) se instala na década de 1950, ao lado da BrasFerro.

³⁹ As olarias nos atuais bairros Centro, em Rocha Sobrinho e BNH compunham um cenário significativo na economia mesquitense, o Ciclo do Barro, com a produção de cerâmicas, louças, tijolos, telhas, entre outros produtos (BARROS: 2011).

⁴⁰ A estação de Juscelino integra a linha ferroviária que compõe um ramal da Central do Brasil. Nesse momento, Juscelino se une às estações de Mesquita e Nova Iguaçu, que já existiam nessa região.

⁴¹ Movimentos sociais e políticos – iniciados por associações de moradores, políticos locais, partidos políticos, igrejas, entre outros.

Os movimentos sociais e políticos locais foram, portanto, essenciais na luta pela emancipação de várias cidades no Rio de Janeiro. Para melhor ilustrar a força desses movimentos e o engajamento da população nesse propósito já nos anos 1940, especificamente na Baixada Fluminense, podemos citar a União Popular de Caxias (UPC) e seu comitê de emancipação, primeiro movimento que fora bem-sucedido, levando à emancipação de Duque de Caxias em 1943.

Mesquita é atingida por essa “onda” em 1957, quando funda seu primeiro Comitê de Emancipação. Mais tarde, outros comitês liderados por políticos e moradores também surgem ao longo das décadas de 1980 e 1990, o que demonstra como os comitês pró-emancipação tinham certa popularidade e representação na Baixada Fluminense, sendo necessários para a mobilização da população em prol da causa.

Entretanto, cabe salientar que a organização desses comitês encontra-se assentada em uma ampla tradição de luta que remonta a própria história da Baixada que congregou ao longo de sua trajetória diversos movimentos organizados, principalmente aqueles de cunho religioso, como as que se pode citar de acordo com o ProMEA⁴² (2010): a) as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil e na América Latina que se tornam fortes, em especial para a juventude e para a educação popular nos anos 1980, como visto em SILVA (2012); b) a universidade popular da Baixada com cursos para lideranças comunitárias, dirigidas por Dom Adriano Hipólito, Bispo Diocesano, grande incentivador das práticas participativas em busca de justiça social para o povo da Baixada Fluminense, em especial, para a juventude trabalhadora, na década de 1980; d) as associações de moradores e bairros, tais como a AMA (Associação de Moradores de Assistência), uma associação de Mesquita que surgiu na década de 1950; e) os partidos políticos e seus representantes, sendo os partidos trabalhistas os mais ativos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT):

A população, junto à elite política, encontra na emancipação uma nova maneira de aumentar os recursos financeiros para a comunidade, na busca de melhorias nas áreas da saúde, da educação, da segurança e dos serviços públicos afins. A aproximação dos moradores de seus

⁴² O Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) é um projeto de articulação entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Prefeitura Municipal de Mesquita desde 2009, objetivando a construção popular e participativa de uma Política de Educação Ambiental (PMEA) em Mesquita.

representantes políticos configura-se um fator importante, pois, anteriormente à emancipação, as mediações eram feitas com estruturas políticas distantes, dificultando a representatividade da população local (MAGALHÃES: 2007, p. 21).

Enfim, percebemos que as décadas de 1980 e 1990 são politicamente férteis quando pensamos em mobilização social na Baixada. E, com certeza, servem de base para a luta em favor da municipalização na região. Ou seja, é fato que a população local se envolve no momento em que acredita que sua organização e quiçá sua emancipação podem ser a esperança para transformar a região que desde as suas origens sofre as consequências da desigualdade social.

Nesse caso, tudo indica que essa esperança por dias melhores encontra a sua justificativa na emancipação e, nesse caso, na autonomia de Mesquita, pois para sua população, através desse ato a região poderia se aproveitar de sua expansão, não apenas para se desenvolver, mas também para fomentar um núcleo democrático de poder, que fizesse com que a cidade crescesse com o apoio dos próprios moradores da localidade:

[...] o município como uma escola de democracia, não é escola de governo, que é coisa diferente, é escola de democracia. Eu entendo e entendi desde essa época, que uma das formas da gente treinar a democracia brasileira será nos municípios. [...] [...] [...] Então veja, então o poder nasce, e ele é forte, tinha que ser fortalecido [...], esse poder, a democracia [...]. [...] Do jeito que se exerce o poder no Brasil, ninguém migra para o distrito, para a vila, é, eu gosto do nome vila, o povoado, como chamava antigamente, é, onde se reúne a população. Aí é que o núcleo do poder, aí que nasce o poder, onde as pessoas se conhecem, todas as pessoas se conhecem [...] (SILVA: 2015, p. 4)⁴³.

Entretanto, como observadora, muitas vezes me parece que a população não se dá conta do poder de decisão que ela tem em suas mãos nessas circunstâncias, pois ao participar de um movimento como este, apesar de ela estar exercendo, em larga escala, sua prática cidadã e política, ao final do processo este acaba nas mãos dos mais poderosos que, em última instância, acabam decidindo sobre o futuro dessa luta.

De acordo com as considerações acima entendemos que a emancipação municipal é um: “[...] fenômeno que se encontra situado na discussão maior de

⁴³ Entrevista de Jackson Trindade concedida à pesquisadora citada, em 2004.

centralização/descentralização administrativa e relacionada ao processo de criação de cidades e exercício de poder local” (SILVA: 2004, p. 1). Envolve, portanto, um amplo debate que não trataremos aqui, mas que assumimos se expressar de modo acirrado na maneira como essa prática é encaminhada na Baixada.

Enfim, o que a seguir nos interessa relatar é o meio “difícil” com que Mesquita se emancipa de Nova Iguaçu, implicando, inclusive, algumas décadas de luta.

2.2.2.1 A EMANCIPAÇÃO: UMA LUTA CHEIA DE “IDAS E VINDAS”

Segundo o IBGE, o distrito de Mesquita foi criado pela Lei Estadual n.º 1472 de 28-04-1952. E conforme relatos de moradores antigos, documentados por Silva (idem), o movimento separatista em Mesquita é deflagrado ainda na década de 1950, fruto das primeiras reuniões para debater o tema, comandadas por Hélio Mendes do Amaral⁴⁴.

Seu Hélio é considerado o Patrono da Emancipação de Mesquita, visto que foi um morador de Mesquita muito ativo e, portanto, responsável pela luta a favor de sua municipalização. Com poucos anos de moradia em Mesquita – onde chegara em 1946 – fundou a Associação Mesquitense de Assistência (Ama), a primeira associação de moradores de Mesquita.

E se a Ama objetivava, neste primeiro momento, cobrar soluções da Prefeitura de Nova Iguaçu – cidade-mãe – para sanar as dificuldades enfrentadas pela população mesquitense em seu dia a dia – carregar baldes de água das praças até suas residências, ruas sem pavimentação, sem postes, sem energia elétrica e sem saneamento básico –, com o passar do tempo pauta a emancipação como uma de suas lutas, já que o poder municipal – Prefeitura de Nova Iguaçu – não se detinha para resolver os problemas do que futuramente se transformou em Mesquita. Ou seja, se a Ama surge em um momento de redemocratização do país, como uma associação que busca organizar seus moradores,

⁴⁴ Conforme relatos na página oficial de José Montes Paixão, que é uma página tributo à memória do município e daqueles que contribuíram para a sua emancipação, atualizado com relatos de moradores e arquivos pessoais. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeitopaixao/posts/267904966729996:0>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

posteriormente, adota uma postura típica da região – defesa das lutas locais e de sua solução através da política local – e passa a defender a emancipação.

Dentro dessa lógica de raciocínio, Hélio Mendes do Amaral juntamente com outros líderes políticos locais inicia o planejamento de um projeto de emancipação de Mesquita, pois acreditava que assim os recursos federais e estaduais destinados a municípios passariam diretamente para a região, não mais para Nova Iguaçu.

E assim, a Ama começa a intensificar, ainda na década de 1950, os debates em torno da ideia de tornar-se um município independente. Inicia um processo de conscientização da população por meio da feitura de cartazes para tornar público esse propósito e da organização de reuniões, segundo o depoimento de Elita Amaral, filha de Hélio do Amaral: “Nosso pai envolvia toda família, lembro-me que fazíamos cartazes e folhetos, depois íamos às ruas conscientizar a população”⁴⁵.

Por causa do pai de Elita, foi criada a primeira Comissão de Emancipação do Município⁴⁶, em 1957. Liderada por profissionais liberais e moradores de Mesquita, a comissão incube o integrante Jackson Trindade, procurador da Fazenda e diretor do jornal *O Mesquitense*, de redigir o primeiro projeto de emancipação de Mesquita.

⁴⁵ Conforme relato na página oficial de José Montes Paixão. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeitopaixao/posts/267904966729996:0>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

⁴⁶ A Comissão de Emancipação do Município tinha Hélio Mendes do Amaral como fundador e presidente ao lado de Jayme Soares, Jackson Trindade, Regner Trindade, Ludgero Santa Rita e Edmundo Nascimento. Ainda contava com o apoio dos amigos deputados Oswaldo Lima e José Mariano Passos.



Figura 2.12 – Praça Manoel Duarte, atual Praça Elizabeth Paixão, um dos locais no Centro de Mesquita em que a Ama fazia sua divulgação no início da década de 1960. Foto extraída do acervo pessoal *online* de José Montes Paixão. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeitopaixao>>.

Conforme Santos e Bezerra (2011), as primeiras reuniões, ainda em 1957, pela emancipação de Mesquita surgem em meio a um período explosivo de fragmentação do território da Baixada Fluminense, por conta do sucesso de vários outros movimentos separatistas que, inclusive, culminaram com a municipalização de localidades vizinhas, como Nilópolis e São João de Meriti (1947). Porém, a emancipação de Mesquita foi um processo longo, caracterizado por muitas disputas, angústias e tensões.

Segundo Simões (2007), o primeiro entrave acontece no interior das próprias forças políticas mesquitenses. Se por um lado, a Ama e o Comitê de Emancipação do Município, apoiados pela população, defendiam a emancipação com a finalidade de conseguir melhorias em seus serviços públicos e, quem sabe, até a formação de um núcleo democrático de poder, alguns políticos mesquitenses eleitos por Nova Iguaçu, tal como José Montes Paixão, por outro lado, acreditavam que o município de Mesquita não deveria emancipar-se, uma vez que não conseguiria gerar renda suficiente através de sua arrecadação de impostos; fato que poderia piorar a situação da localidade.

No entanto, ainda que houvesse essa possibilidade de piora, podemos notar que, de outro lado, os contrários à emancipação, não implementaram nenhuma espécie de melhoria do bem-estar social dos mesquitenses, ao menos com o intuito de arrefecer o

desejo de emancipação. Assim, grande parte do 5º distrito de Nova Iguaçu, hoje o Município de Mesquita, continuava sobrevivendo sem serviços básicos tais como saneamento, água, eletricidade e iluminação nas ruas.

Para frear o desejo da emancipação (MAGALHÃES: 2007) que cada vez se tornava mais popular entre os mesquitenses, o município sede será obrigado a negociar algumas melhorias. Mas como esse processo é longo, essa espécie de “briga entre gato e rato” se estende por décadas. Fontes, inclusive afirmam que, em 1962, o primeiro projeto de emancipação que é enviado para o Palácio do Governo, em Niterói, “é perdido”.

Esse nebuloso sumiço de suas folhas documentais acirra ainda mais a tensão já existente entre os grupos opositores de Hélio Mendes do Amaral e José Montes Paixão, onde cada um argumenta que o documento sumira de propósito de forma a incriminar ou impedir o concorrente. E essa primeira tensão demonstra desde já o “tom” no qual essa luta seria travada.

Segundo relatos de moradores, foram muitos os embates até que a municipalização acontecesse: “[...] anos de luta, documentos que se extraviavam nos fóruns, resistências políticas tanto de iguaçuanos, quanto de mesquitenses, mas esse bravo homem, nunca desistiu de lutar e sonhar por dias melhores em sua cidade”⁴⁷. Ou seja, esses depoimentos explicitam ainda mais a tensão vivida entre as forças políticas envolvidas, bem como indicam que para Mesquita esse processo ocorre envolto em incertezas que acabam gerando uma angústia em sua população que se prolonga até alguns anos depois da sua municipalização.

Inclusive, a reportagem abaixo ratifica essa dificuldade: “o processo de emancipação de Mesquita foi o mais difícil de todos os sete municípios que se separaram de Nova Iguaçu desde a década de 1940. Iniciado em 1957, o movimento chegou a ter um hino nos anos 1960 [...]”⁴⁸ (*O GLOBO*: 28/04/2002).

Como discorre Magalhães (2007), os processos de municipalização de modo geral diminuem durante a Ditadura Militar, na medida em que são criados alguns pré-requisitos mínimos que deveriam atender ao pleito da emancipação. Assim, a região que desejasse

⁴⁷ Conforme relatos na página oficial de José Montes Paixão. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/prefeitopaixao/posts/267904966729996:0>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

⁴⁸ A notícia integral encontra-se disponível em: <arquivoglobo.globo.com/entrega_material/ver_texto.asp?codigo=8831186>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

se emancipar, segundo a Lei Complementar nº1, de 9 de novembro de 1967, já deveria encontrar-se sob os ditames de um território urbano construído, o que implicava possuir arrecadação mínima de cinco milésimos e plebiscito com presença mínima de 50% dos eleitores cadastrados no território do futuro município.

Passado esse período que se inicia na segunda metade dos anos 1960 e se estende até meados dos anos 1980, torna-se possível pensar em municipalização outra vez, principalmente entre aqueles que já de longa data sonhavam com essa possibilidade. Assim, no dia 06 de setembro de 1987, mais de duas décadas desde a primeira tentativa, ocorre o primeiro plebiscito, permitindo assim que a população se manifestasse sobre o assunto.

Como já dissemos acima, essa luta é árdua e um novo plebiscito ocorre em 28 de novembro em 1993, uma vez que a percentagem nas urnas do plebiscito anterior não havia sido suficiente para concretizar a emancipação. Entretanto, apesar da morte de Hélio Mendes do Amaral, seu grande líder, o Comitê de Emancipação obtém a participação intensa de José Montes Paixão, antigo ex-deputado opositor, mas agora a favor dos planos de emancipação de Mesquita. Enfim, a luta ganha novos contornos!

Todos esses acontecimentos apenas nos mostram que o envolvimento da população deveria ser maior, caso, de fato desejassem que Mesquita fosse emancipada. Assim, os movimentos pró-emancipação ganham força e financiamento, sendo que grande parte das ações foram custeadas pelo próprio ex-deputado José Montes Paixão que, nesse momento, procura levar a luta de modo mais acirrado, conforme palavras de Artur Messias⁴⁹, morador de Mesquita e seu prefeito por dois mandatos (de 2005 a 2012): “[...] implicava em ter uma grande mobilização, é, em campanhas de rua, reuniões em tudo que é canto, muitos fogos, né, e enfim o movimento ganhou outra dinâmica”.

Contudo, a intenção de Paixão não parecia ter um único propósito – a emancipação de Mesquita – mas outro de forte interesse político que implicava em já apresentar à população local os políticos envolvidos neste comitê e que possivelmente passariam a ser os representantes da futura população de Mesquita. Ou seja, esse movimento começa a mostrar, quem sabe, sua verdadeira face: o da construção de certas carreiras políticas

⁴⁹ Entrevista concedida ao portal “Observatório Mesquitense”, em 07 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://observatoriommesquitense.blogspot.com.br/2009/03/como-decorreu-emancipacao.html>>. Acesso em: 23 de abril de 2016.

locais que assim acabariam sendo os futuros representantes da população. O certo é que essa luta ganha uma nova dimensão e, inclusive, o comitê passa a ser denominado “Comitê Pró-emancipação”.

Segundo Barros e Amorim (2008), desse momento em diante, foram realizadas uma série de reuniões no Tênis Clube de Mesquita, presididas por José Paixão, onde as mais importantes lideranças mesquitenses participavam, havendo também reuniões em diversos núcleos de emancipação que surgem ao longo da década de 1990, como o Comitê Independente Pró-emancipação de Mesquita, criado sem vinculações políticas, em 1995, por Guilherme da Franca⁵⁰, publicitário e morador de Mesquita.

O *slogan* desse comitê apartidário – “Vamos emancipar Mesquita. É agora ou nunca mais!” – marcava o imediatismo necessário em conseguir essa mudança, uma vez que com o número crescente de emancipações começou a preocupar as esferas federais e estaduais que passaram a estudar uma forma de limitar novamente a criação de municípios. Ou seja, diante essas ameaças, nos anos 1990, a luta consegue envolver mais políticos e mais população que, a partir daí, passam a estar mais preparados para enfrentar as futuras dificuldades que ainda estariam por vir.

Depois de dois plebiscitos, o terceiro e último, em 26 de novembro de 1995, revelou mais tensões entre Nova Iguaçu e seu distrito. E, assim, mesmo com a presença de 70 mil eleitores dizendo “sim” à emancipação, sua aprovação foi desconsiderada. Contudo, Guilherme da Franca – o fundador do Comitê Independente Pró-emancipação de Mesquita – veio à público denunciar a fraude no dia seguinte ao plebiscito, no jornal local *RJTV 1ª edição*, da TV Globo, no dia 27 de novembro de 1995, que desconsideraram o número de votantes pelo “sim”:

Infelizmente houve fraude. E, comentou-se ter existido a manipulação, do ex-governador Marcelo Alencar, do ex-prefeito Altamir Gomes, junto com o ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Antonio Carlos Amorim, que teriam prejudicado o plebiscito através de uma firma de informática chamada Rentar, com seus equipamentos totalmente bichados. Além de ter existido uma oposição, que contou com a participação de todos os vereadores representantes na época, do ex-deputado estadual Fernando Gonçalves

⁵⁰ Com base em textos escritos por Franca na Internet, disponíveis em: <<https://guilhermedafranca.wordpress.com/2009/06/09/emancipacao-de-mesquita-quem-denunciou-a-fraude/>>; <<http://br.viadeo.com/pt/profile/guilherme.da-franca>>. Ambos acessados em: 24 de abril de 2016.

e ex-deputado federal Nelson Bornier – ambos filhos de Nova Iguaçu – que também foram contra a emancipação. Na verdade, o grande emancipador de Mesquita, foi à população que marcou presença e alcançou-se o quórum exigido pela lei eleitoral, que era de cinquenta mais um, de aproximadamente 86 mil eleitores. Embora, só tenha aparecido cerca de 41 mil votos, frustrando a emancipação (FRANCA: 2009).

Paixão, deputado e líder do movimento pró-emancipação, após conseguir uma fita com a denúncia de Franca sobre a fraude e outras provas junto ao Tribunal Regional Eleitoral⁵¹, travou uma verdadeira batalha judicial que envolveu o Comitê Pró-emancipação, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Nova Iguaçu, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e o Supremo Tribunal Federal.



O povo na galeria da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

Figura 2.13 – O povo de Mesquita lota a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, a fim de pedir sua emancipação. Detalhe para a faixa “Não tem jeito. Mesquita quer prefeito!” – Foto extraída do jornal *Mesquita Livre*, de 30 de novembro de 2011. Disponível em: <https://issuu.com/mesquitativre/docs/mesquita_livre_preview_4_1_>.

⁵¹ No TRE constatou-se que o quórum de eleitores inscritos não foi alcançado, por conta de eleitores “fantasmas”, moradores já mortos que foram erroneamente contabilizados. Era necessária a presença de, no mínimo, 50% de eleitores do distrito, além de 50% mais um voto a favor, para que se concretizasse a emancipação.

O jornal *Mesquita Livre* (de 30 de novembro de 2011) destaca, abaixo, as dificuldades enfrentadas entre o segundo e o terceiro plebiscitos, até que se conseguisse a emancipação do 92º município do Rio de Janeiro:



José Paixão e Edmundo Santos, em audiência pro-emancipação

Logo em seguida, o ex-deputado José Paixão entrou na batalha emancipista, passando a frequentar as reuniões do Conselho de Emancipação, com determinação, garra, muita vontade e, principalmente, com uma alta despesa, que a mesquita foi totalmente coberta de propaganda, proclamando o povo a comparecer ao plebiscito de emancipação, no dia 28 de novembro de 1993. Desta feita, não foi alcançado o quorum necessário de 50% mais um.

48500 votos, visto Mesquita, ter, aproximadamente, 97 mil eleitores. Segundo o TRE, o quorum mínimo não foi alcançado, tendo comparecido 44 mil eleitores, faltando cerca de 6 mil votos.

Revoltado quanto a quantidade de eleitores, pois entre os 97 mil, existiam eleitores falecidos, transferidos de zonas eleitorais, faltosos a mais de três eleições e 1002 eleitores com duplicidade de inscrição eleitoral, totalizando cerca de 12400 inaptos, iniciou-se uma batalha jurídica para provar que Mesquita já estava emancipada. Primeiramente foi solicitada autorização ao Juiz da 83ª Zona Eleitoral para que fosse feito um levantamento minucioso, com relatório aos eleitores que votaram nas eleições

em 1990, 1992 e 1994, sendo este pedido deferido. Em seguida, solicitou-se à população que entregassem, nas reuniões do Conselho de Emancipação, cópias das Certidões de Óbito de parentes, amigos e vizinhos, para que fosse provado que haviam eleitores falecidos fazendo parte do quorum exigido. Descobriu-se, após pesquisa nos resultados das eleições de 1990, 1992 e 1994, que 12800 eleitores estavam indevidamente do quorum.

Após esta constatação, foi dado entrada no TSE, em Brasília, um a Reclamação contra o TRE do Rio de Janeiro. O TSE, então, com base nesta reclamação, mandou que as Zonas Eleitorais pertencentes a Mesquita e o Setor de

Informática do TRE do Rio fizesssem uma depuração com relação aos 12800 eleitores que, segundo José Paixão, estavam inscritos indevidamente no quadro eleitoral. As Zonas Eleitorais, após a depuração, constataram que, na verdade, faltaram apenas 2400 votos para que Mesquita se emancipasse; e, o Setor de Informática do TRE chegou à conclusão que faltavam, na verdade, 32 votos para que o Distrito de Mesquita fosse emancipado. Enfim, os Ministros do TSE, por 4 votos a 2, acataram a Reclamação, fazendo, então, nascer o mais novo

município do estado do Rio de Janeiro, o município de Mesquita. Enquanto o povo comemorava a tão esperada emancipação, a Prefeitura e a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu, impetraram cerca de dez recursos contra a decisão do TSE, os quais foram negados por unanimidade. Não satisfeitos, os Vereadores, inclusive os eleitos pelo distrito de Mesquita que apoiavam o prefeito, e a Prefeitura de Nova Iguaçu, impetraram um derradeiro recurso, dessa vez junto ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília.

No dia 17 de agosto de 1999, às 14 horas e 20 minutos, no plenário do STF, os Ministros decidiram por sete votos a zero, finalmente emancipar Mesquita do município de Nova Iguaçu. Finalmente, em 15 de setembro de 1999, com a presença de José Paixão e do povo de Mesquita, que encheu as galerias, foi votado, na Alerj, o Projeto de Lei da Emancipação, e, no dia 25 de setembro, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, sancionou a Lei nº 3253/99, a qual criou o município de Mesquita.

LEI Nº 3253 de 25 de setembro de 1999
CRIA O MUNICÍPIO DE MESQUITA A SER DESMEMBRADO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Município de MESQUITA, com sede, em Mesquita, Centro, localizado no 5º Distrito do Município de Nova Iguaçu.

Art. 2º - O Território do Município de MESQUITA, com a circunscrição de 5º Distrito acima citado, é compreendido dentro dos seguintes limites territoriais:

LIMITES INTERMUNICIPIS:
 a) COM O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU: Serra de Madureira, segue pela linha de cunhada até a nascente do Rio Dona Eugênia, desce por este rio, à jusante, até encontrar o prolongamento da rua Imbros de Marinho, segue por esta rua e seu prolongamento até o ponto de

ferrövie de Rede Ferroviária Federal S/A, segue por esta até o prolongamento da rua Carlos Marques Rêgo, daí segue por esta rua até o Rio da Praia, desce por este rio, à jusante, até a travessia sob a Rodovia Presidente Dutra, e segue a Rodovia Presidente Dutra.

b) COM O MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO: Começa no ponto de travessia do Rio da Praia sob a Rodovia Presidente Dutra, segue por esta rodovia até o Rio Sarapuí.

c) COM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI: Começa no ponto onde a Rodovia Presidente Dutra cruza o Rio Sarapuí, segue por este rio, à montante, até a Linha de Alta Tensão da Light.

d) COM O MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS: Começa na travessia do Rio Coropuí, segue por esta travessia até o ponto de travessia da Light, segue por esta rua, à montante, até iniciar a rua que parte do Morro da Canela na Água Branca.

e) COM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: Começa no ponto do Morro da Canela, com a rua que parte do Morro do Gerencio ao Morro da Canela Praia na Estrada da Água Branca, daí segue em linha ao Morro do Gerencio e desce, em linha, ao Pico do Gerencio.

Art. 3º - O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro designará a data que serão realizadas as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, assim como a posse dos mesmos.

Art. 4º - O número de vereadores da primeira Legislatura será de 9 (nove) nos termos previstos no artigo 29, inciso IV, A, da Constituição Federal.

Art. 5º - A instalação do Município de Mesquita na forma prevista na Lei Complementar nº 191, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 6º - O Município de Mesquita, enquanto não contar com legislação própria, reger-se-á pela legislação do Município de Nova Iguaçu, com as alterações da Lei Complementar nº 29, de 22 de fevereiro de 1990.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1999
ANTHONY GAROTINHO
 Governador

Figura 2.14 – Trecho de matéria especial sobre a emancipação de Mesquita. – Imagem extraída do jornal *Mesquita Livre*, de 30 de novembro de 2011. Disponível em: <https://issuu.com/mesquitativre/docs/mesquita_livre_preview_4_1_>.

Somente em 15 de setembro de 1999 é votado o Projeto de Lei da Emancipação e, em seguida, em 25 de setembro de 1999, o governador Anthony Garotinho, sanciona a lei que cria o município de Mesquita⁵². Enfim, as forças políticas locais e estaduais finalmente chegam a um consenso e, assim, os moradores de Mesquita ganham um município só seu!

Porém há de se refletir: até que ponto a emancipação resolve os problemas da localidade? E quais argumentos são fortes suficientemente para sustentar o ponto de vista contrário à municipalização de Mesquita?

⁵² Lei nº 3523, de 25 de setembro de 1999, cria o município de Mesquita a ser desmembrado do município de Nova Iguaçu. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/143611/lei-3253-99>>.



Figura 2.15 – Festa da emancipação de Mesquita: Paixão recebe o governador Garotinho em Mesquita para celebrar a emancipação conquistada na presente data, em 25 de setembro de 1999. Foto extraída do acervo pessoal *online* de José Montes Paixão. Disponível em: <<https://www.facebook.com/prefeitopaixao>>.

Essa luta, apesar de ter sido travada com muitos embates, não se arrefeceu após o Estado legislar e aprovar a criação de Mesquita. Tal como Silva (2015) argumenta, o embate em torno do movimento emancipacionista durou décadas e desvencilhou uma verdadeira disputa de poder que se prolonga também ao longo dos primeiros anos de estruturação do novo município.

Portanto, podemos concluir que se tornar um município pressupõe a criação de um processo que envolve os mais diversos segmentos sociais para o bem e para o mal. Nesse caso, vimos o papel das forças locais e políticas, além das associações de moradores, que não apenas buscavam por meio dessa emancipação um legado para o município, como também uma consolidação do poder social e político que alguns líderes já exerciam nesta região:

[...] a trajetória do movimento emancipacionista se apresenta marcada por tensões e disputas de espaços de poder, caracterizada na heterogeneidade de posições e representações que circulam na cidade: se para uns constituía-se em depositário de transformações e conquistas, para outros prevalecia a ideia de que esta não resolveria os problemas crônicos da região, e sim, de grupos que necessitavam ter maior influência na política local; enquanto setores favoráveis à emancipação acreditavam que o município era viável do ponto de vista da sustentabilidade econômica, chegando até ao ufanismo, setores contrários a ela afirmavam justamente o oposto (SILVA: 2015, p. 2).

As primeiras eleições da cidade ocorrem em 2000, saindo-se vitorioso José Montes Paixão, que fazia parte do Comitê Pró-emancipação. E a cidade é instalada em 1.º de janeiro de 2001.

Politicamente, podemos entender essa luta a partir de alguns pensadores tais como Faoro (1992) e Le Goff (1997) quando procuram definir o que é modernização. E se para o primeiro a modernidade emerge “com a ruptura, construindo, sobre a ruína das autocracias, o desenvolvimento, capaz de se sustentar com movimento próprio, eliminando, juntamente com os males antigos, os males modernos” (p. 8), para o segundo pressupõe a desestruturação do antigo.

Ou seja, de algum modo podemos definir esse processo de municipalização como uma característica política da contemporaneidade que busca a todo custo romper com o passado e se constituir segundo uma lógica mais localista. Isto é, a modernização pode ser entendida como a urgência pela legitimação de novos municípios e novas identidades, o que causa toda uma fragmentação. Implica ainda a reafirmação de uma identidade social, cultural e política de um povo e/ou cidadão que quer ver seus direitos garantidos a partir da região onde nasceu, vive e/ou trabalha.

Se inspirando em outro pensador, Otávio Ianni (1997), podemos também rimar municipalização com globalização, quando afirma que: “a globalização rima com integração e homogeneização da mesma forma que com diferenciação e fragmentação” (p. 32). Isto é, existe no processo de municipalização uma dualidade: mesmo que se busque uma fragmentação e diferenciação, também se deseja uma integração e homogeneização a partir do grupo social que se reorganiza. E, sofisticando ainda mais esse debate, é possível entender essa mesma dualidade por meio dos conceitos de modernidade e modernização:

Na duplicidade, no desacordo, na separação (*Zwiespalt*) das pautas, uma linha, a da modernização, acumula, soma, progride (*Fortgehen, Fortgang*), enquanto a outra, a da modernidade, atualiza, aperfeiçoa, desenvolve (*Entwicklung* – são termos hegelianos, mas a terminologia não é, neste particular, uniforme). O movimento, no último caso, se de modernidade se trata, não é um reflexo, nem meramente uma transição, mas um processo que não depende de comandos externos para se realizar (FAORO: 1992, p. 18).

Logo, o que ocorre na Baixada e especificamente com Mesquita pode ser compreendido pelo modo como Faoro (1992) define a modernização que, para nós, aqui aparece travestida pelos processos de municipalização: uma via de mão dupla, sendo que primeiramente busca-se a diferenciação objetivando acentuar particularidades, distinções e especificidades para atribuir-se um reconhecimento com base no que lhe é próprio e particular, para que, em um segundo momento, se procure a superação dos contrapostos, uma homogeneização do quadro heterogêneo a fim de se instaurar uma nova identidade social no território recém-constituído.

Portanto, ao emancipar-se, Mesquita executa esse mesmo duplo movimento: ratifica sua posição diferenciada diante de Nova Iguaçu, não só quanto ao território, mas também em relação a questões de identidade, para em um segundo momento se constituir enquanto um município próprio com características próprias. Inclusive essa mão de via dupla acaba por permear suas instâncias públicas, como a própria rede pública de educação do recém-criado município.

Questionamentos sobre como essa nova configuração seria forjada são válidos, uma vez que, um sistema municipal de ensino não se organiza de um dia para o outro. E se a partir de 2000, Mesquita era o mais novo município do estado, torna-se urgente responder suas demandas nos mais variados setores da municipalidade, sendo o bem-estar público, tais como a educação, área em que iremos adentrar, historicamente, na próxima seção.

2.3 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS DE UM NOVO MUNICÍPIO

Tal como esta pesquisa pretende compreender a formação do sistema público de ensino municipal de Mesquita através da trajetória de alguns de seus professores, esta

seção do segundo capítulo tem em foco, mostrar o modo como se encontrava organizada a Secretaria Municipal de Educação de Mesquita, além da estrutura escolar do município em seus primeiros anos de existência.

Como já mencionado, a emancipação de Mesquita finalmente acontece em 1999. A partir do ano seguinte, começa o período de transição de distrito a município, no que diz respeito à organização da cidade, como por exemplo, as eleições municipais de 2000, a posse do primeiro prefeito, José Montes Paixão, em 2001, assim como a criação da prefeitura e de suas secretarias. Por fim, a Lei nº 001 de 13 de fevereiro de 2001 finalmente formaliza a existência da prefeitura, das secretarias e dos primeiros cargos comissionados⁵³:

Art. 1º Ficam criados os seguintes órgãos pertinentes à estrutura organizacional do Município de Mesquita: I – Gabinete do Prefeito; II Secretaria de Governo, Obras, Serviços Públicos e Urbanismo e Meio Ambiente; III – Secretaria de Administração; IV – Secretaria de Fazenda e Planejamento; V – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; VI – Secretaria de Saúde e Bem-estar Social; VII – Procuradoria-geral.

Mesquita se estrutura politicamente em 2001, mas no que se refere à educação, já pode contar com nove escolas municipais, que antes pertenceram à Nova Iguaçu, que se encontravam no território do antigo distrito, conforme quadro 4, a seguir. Seus professores que compunham o quadro de 127⁵⁴ professores concursados que, anteriormente, integravam o sistema municipal de Nova Iguaçu, passam no mesmo ano de 2000 a compor o novo quadro de professores do recém-criado município.

⁵³ Essa conquista não implica o fim dos problemas de Mesquita no que se refere a sua autonomia, uma vez que duas ações tentam impugnar seu processo de municipalização: a) em 2002, Nova Iguaçu tenta retomar Mesquita por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 2533-RJ, junto ao Supremo Tribunal Federal; b) em 2005 quando Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE-RJ) autua a Prefeitura de Mesquita, por meio da Ação Civil Pública n. 00940-2005-223-01-00-6 e, conseqüentemente, a Cooperativa Multiprof pela inconstitucionalidade em ter um quadro de funcionários públicos que se constituía, na sua maioria, por contratados.

⁵⁴ Não foi possível encontrar dados na Secretaria Municipal de Educação de Mesquita (Semed-Mesquita) acerca da quantidade de professores contratados nesse período. O número de professores oriundos de Nova Iguaçu por concurso público foi possível de ser encontrado graças às entrevistas aos concursados.

Quadro 4 – ESCOLAS HERDADAS (ORIUNDAS DE NOVA IGUAÇU)⁵⁵

ESCOLAS “HERDADAS”		LOCALIZAÇÃO
1	Escola Municipal Presidente Castelo Branco	Rua Porto Alegre, 105 – Juscelino, Mesquita.
2	Escola Municipal dr. Deoclécio Dias Machado Filho	Rua Carlos Frahia, 101 – Cosmorama, Mesquita.
3	Escola Municipal Governador Roberto Silveira	Praça da Revolução – Edson Passos, Mesquita.
4	Escola Municipal dr. Manoel Reis	Rua Emílio Guadagny, 700 – Edson Passos, Mesquita.
5	Escola Municipal Rotariano Arthur Silva	Rua Paraná, 443 – Centro, Mesquita.
6	Escola Municipal dr. Ely Baiense Vailante	Avenida São Paulo, 142 – Centro.
7	Creche Prof ^a . Marlene Peres Costa ⁵⁶	Rua Helio Mendes do Amaral, 220 – Santa Terezinha.
8	Creche Carmem Montes Paixão	Avenida São Paulo, 140 – Centro.
9	Escola Municipal da Chatuba ⁵⁷	Rua Magno de Carvalho, 2212 – Chatuba.

De imediato, Mesquita para se organizar enquanto um poder público municipal se utiliza, segundo nossa percepção, de uma série de táticas (CERTEAU: 1994). Ou seja, devido à “ausência de um próprio” (poder aquisitivo, infraestrutura etc.) no município, seu prefeito, recém-empossado, terá que lançar mão de uma série de expedientes – por exemplo, a contratação de pessoal, ao invés de concurso, por exemplo –, a fim de que suas diversas instâncias públicas executem suas próprias políticas.

Por conseguinte, a configuração do sistema municipal de educação de Mesquita já nasce com pelo menos dois grandes problemas: a) a distribuição de escolas municipais

⁵⁵ Informações coletadas em visita à Semed-Mesquita.

⁵⁶ É atribuído, atualmente, o nome de Cemei (Creche Escola Municipal de Educação Infantil) à cada uma das creches indicadas nesse quadro.

⁵⁷ Renomeada Escola Municipal Maria Dolores de Mello Porto, a partir de 20 de agosto de 2001. Lei Municipal nº 33, de 20/08/2001.

herdadas de Nova Iguaçu foi desigual, uma vez que não atendia a todos os bairros de Mesquita, tais como: Vila Emil, Cruzeiro do Sul, Jacutinga, Santo Elias, Coreia, Banco de Areia, BNH e Alto Uruguai; b) as escolas municipais que foram transferidas para Mesquita não ofertavam vagas suficientes de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Como solucionar, de forma plena e prática, a carência de níveis da Educação Básica? Como atender às demandas da população? De que modo estruturar esse sistema de ensino tendo apenas nove escolas municipais para ofertar a Educação infantil e o Ensino Fundamental, em um município de mais de cem mil habitantes? É o que, de imediato, nos questionamos.

De outro lado, ao mesmo tempo em que havia dúvidas em relação às questões acima, a estrutura física desse sistema de ensino, bem como a composição de seu quadro funcional também gerava outra série de dúvidas.

Como ficariam esses professores transferidos: eram docentes de Nova Iguaçu ou de Mesquita? Será que esses professores tiveram alguma consulta ou reunião para optarem por um dos municípios? Teriam esses professores tido o direito de escolha?

Se muitas dessas questões aprofundaremos no próximo capítulo, já de imediato podemos notar que a luta pela emancipação, implica outra luta igualmente difícil: a montagem administrativa de seu próprio sistema de ensino, bem como de seu quadro funcional. E frente aos problemas acima assinalados, a prefeitura tenta agir rapidamente, pois tem que atender às demandas educacionais daquela população, que a partir de 2001, passa a estar sob sua responsabilidade.

Para tal, entre 2001 e 2006, o prefeito, além de já contar com as escolas que pertenciam à Nova Iguaçu, procura ampliar seu sistema de escolas, seja por meio de aluguel, seja através de convênio⁵⁸ com instituições religiosas. Ou ainda, a prefeitura lança mão da rede privada, indo à busca de algumas escolas particulares que se encontravam principalmente nos bairros onde ainda não havia suas escolas, já que as que haviam pertencido a Nova Iguaçu não contemplavam todas as regiões de Mesquita.

⁵⁸ Entende-se por convênio, um acordo entre administração municipal e instituição particular sem fins lucrativos. No caso de Mesquita, houve convênio entre algumas entidades religiosas de modo a transformar seus espaços que já funcionavam como creches e escolas comunitárias em escolas públicas temporárias. Havia, inclusive, um decreto-lei municipal – a Lei nº 083 de 19/04/2002 – para regularizar o repasse de verbas do Poder Executivo a tais espaços comunitários. Embora o caráter temporário desse convênio se confirme não obtemos nenhum registro da data em que as escolas conveniadas deixaram de funcionar.

Portanto, o prefeito acreditava que assim poderia montar seu sistema de ensino que, de imediato, passa a ser composto não apenas pelas escolas municipais herdadas de Nova Iguaçu – quadro funcional concursado –, mas também pelas antigas escolas particulares que, desse momento em diante, tornam-se municipais, conforme quadro 5, que enumera o conjunto de escolas alugadas e conveniadas pelo município no período de 2001 a 2015.

Cabe aqui uma ressalva bastante relevante frente à condição dessas últimas escolas: além de seus funcionários, direção e *ethos* manterem-se como antes dessa conversão⁵⁹, também permanecem sob a condição de contratados⁶⁰.

Quadro 5 – ESCOLAS ADQUIRIDAS POR ALUGUEL OU CONVÊNIO

	ESCOLA	BAIRRO	LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO	VÍNCULO
1	Escola Municipal Bispo Janir Antunes de Azeredo	Juscelino	Lei nº 009 de 16/04/2001	Convênio com a Igreja Metodista Universal.
2	Escola Municipal Missionários	Jacutinga	Lei nº 010 de 16/04/2001	Convênio com a Sociedade Espírita dos Apóstolos Missionários a Serviço do Senhor.
3	Escola Municipal Professor Samuel de Souza Maciel	Centro	Lei nº 016, de 07/05/2001	Aluguel.
4	Escola Municipal Genair Ramos Gabriel	Chatuba	Lei nº 076, de 04/02/2002	Aluguel.

⁵⁹ Informações obtidas durante entrevistas com professores contratados e que exploraremos no terceiro capítulo.

⁶⁰ Essa situação se modifica por meio do primeiro concurso em 2006, na medida em que dá a chance para os contratados se efetivarem.

5	Escola Municipal Maria Isabel	Cruzeiro do Sul	Lei nº 077, de 04/02/2002	Aluguel.
6	Escola Municipal Ondina Couto	Coreia	Lei nº 078, de 04/02/2002	Aluguel.
7	Escola Municipal Vereador Américo dos Santos	Banco de Areia	Lei nº 079, de 04/02/2002	Aluguel.
8	Creche Municipal Margarida da Silva Duarte	Chatuba	Lei nº 114, de 11/09/2002	Aluguel.
9	Creche Municipal Vereador Nilo Dias Teixeira	Chatuba	Lei nº 120, de 04/10/2002	Aluguel.
10	Escola Municipal Expedito Miguel	Vila Emil	Lei nº 181, de 22/03/2005	Aluguel.

Portanto, por meio dessas aquisições, em 2005, a Secretaria Municipal de Educação já tinha uma rede composta por 19 escolas, sendo nove oriundas de Nova Iguaçu e dez alugadas ou conveniadas⁶¹.

Ao analisar as leis sancionadas pelo município, relativas à educação, encontramos a Lei n. 208, de 11 de outubro de 2005, que nos apresenta novos dados sobre os convênios estabelecidos pela prefeitura: a firmação de um convênio com instituições religiosas para que suas creches fossem incorporadas à rede municipal que se encontrava em construção e um repasse de R\$ 82.258,00 (oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais) para gastos de manutenção dessas creches conveniadas, assegurando-se assim, as matrículas na Educação Infantil⁶².

Tal medida protela a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Mesquita no que se refere ao atendimento da demanda na Educação Infantil, já que de imediato resolve esse problema por meio dos convênios.

⁶¹ Até 2002, o quadro geral de escolas municipais somava um total de 18 unidades. Em 2005, com o aluguel da última escola do quadro 5, E. M. Expedito Miguel, atinge-se um total de 19 escolas na rede pública municipal. Com a aquisição de novos convênios e prédios ainda em 2005 e em 2006, esse número se expande novamente, como veremos nos quadros a seguir.

⁶² A natureza do repasse desta verba se justifica no princípio de oferecer um espaço ao aluno já matriculado no sistema municipal de ensino, sendo necessária para oferecer a estrutura e os recursos necessários para tal.

Quadro 6 – CONVÊNIOS DE CRECHES COMUNITÁRIAS DE INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

ENTIDADES CONVENIADAS cf. Lei n. 208 de 11/10/2005	
1	Centro Comunitário Cristo Vive
2	Projeto Efraim
3	Associação Beneficente Heróis da Fé
4	Centro Comunitário Comunidade Viva
5	Centro Comunitário Apoio a Criança e Adolescente Futuro do Novo
6	Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu – Creche Padre Daniel
7	Serviço Social e Filantrópico de Mesquita
8	Creche Comunitária Nossa Senhora Aparecida
9	Associação Fluminense de Educação Especial
10	Associação Vida no Crescimento e na Solidariedade

Logo, com os novos espaços conveniados, o município expande novamente seu quadro de oferta de matrícula, principalmente na Educação Infantil, havendo nove escolas “herdadas” de Nova Iguaçu, 10 escolas alugadas ou conveniadas e 10 creches comunitárias sob convênio entre instituições religiosas e prefeitura, totalizando o conjunto de 29 espaços escolares⁶³ distribuídos pelo município.

Em 2005 e 2006, o município adquire prédios por compra e cessão do Estado, o que leva à criação de mais sete escolas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 7 – ESCOLAS CRIADAS COM COMPRA E CESSÃO DE IMÓVEIS

	ESCOLA	BAIRRO	LEI MUNICIPAL DE CRIAÇÃO	MODO DE AQUISIÇÃO
1	Escola Municipal Lourdes de Ferreira Campos	Coreia	Lei nº 227 de 29/12/2005	Compra.
2	Escola Municipal Ernesto Che Guevara	Chatuba	Lei nº 227 de 29/12/2005	Compra.
3	Escola Municipal Cecília Meireles	Santo Elias	Lei nº 227 de 29/12/2005	Compra.

⁶³ Considerando os convênios estabelecidos, embora fossem temporários.

4	Escola Estadual Municipalizada Santos Dumont	Santo Elias	Lei nº 227 de 29/12/2005	Cessão de imóvel do Estado.
5	Escola Estadual Municipalizada ⁶⁴ , anexa ao Colégio Pedro I	Santa Terezinha	Lei nº 227 de 29/12/2005	Cessão de imóvel do Estado.
6	Escola Municipal Paulo Freire	Banco de Areia	Lei nº 256 de 17/05/2006	Compra.
7	Escola Municipal Machado de Assis	Santa Terezinha	Lei nº 256 de 17/05/2006	Compra.

Como podemos perceber, há um aumento significativo de unidades escolares, o que expõe um crescimento intenso da rede municipal de ensino mesquitense. Se nos primeiros meses de município, em 2001, a rede contava com apenas nove escolas, em 2006 já são 26 escolas localizadas em todo o município – além de 10 creches comunitárias recebendo alunos matriculados na rede pública –, indicando uma progressão total de mais de 200%.

Outra ressalva que torna a discussão mais interessante ainda: mesmo contratando professores de escolas particulares, a prefeitura também efetua novos contratos de professores por um ano por outra via, ou seja, através da Cooperativa Multiprof (2001)⁶⁵, constituindo seu quadro funcional entre 2002 e 2005 a partir de três agrupamentos: a) professores concursados, oriundos da rede municipal de Nova Iguaçu; b) professores contratados procedentes de escolas particulares; c) professores, muitos deles, sem experiência, contratados por meio da Multiprof que armazenava um banco de currículos.

Dessa situação, é fato que se os contratados – da Multiprof e das escolas particulares –, em maior número, passaram a lecionar nas escolas alugadas – as antigas escolas particulares –, os professores concursados de Nova Iguaçu, agora em Mesquita, se concentraram mais nas escolas oriundas do município anterior. Daí já se percebe uma

⁶⁴ Renomeada como “Escola Municipal de Educação Infantil Pedrinho”, por meio da Lei nº 256, de 17/05/2006.

⁶⁵ Cooperativa cujo CNPJ é CNPJ: 01.466.841/0013- 95 e atuava junto à Prefeitura de Mesquita com contratos em diversas áreas.

cisão que exploraremos no capítulo a seguir: por exemplo, a existência de um *ethos* público e outro privado no que se refere ao perfil identitário dos professores.

Ou seja, a estruturação do sistema de ensino em Mesquita já começava marcada pela diferenciação e especificidades. Isto é, caso tenhamos em mente o debate acima sobre municipalização e modernização, concluímos que o poder municipal de Mesquita tinha uma árdua tarefa a cumprir a fim de que assim realizasse a unidade esperada de um sistema público de ensino: proporcionar o mínimo de interação entre os três grupos acima discriminados para que assim pudessem atuar como um só braço da Semed.

Outras ações foram tomadas pela Prefeitura de Mesquita no início de sua instalação e que refletiam diretamente na organização do Sistema Público de ensino do município, como:

- a) Lei nº 007, de 06/03/2001, que cria o Fundo de Educação e Cultura do Município de Mesquita;
- b) Lei nº 008, de 06/03/2001, que cria o Conselho de Educação do Município de Mesquita – CEMM;
- c) Lei nº 011 de 16/04/2001, que fixa o piso salarial de R\$ 600,00 aos professores e concede abono aos professores “colocados à disposição”⁶⁶ pelo Município de origem, que perceberem menos de R\$ 600,00 (seiscentos reais) de vencimento base, receberão a título de abono, uma complementação financeira, até atingir o valor do piso salarial fixado no artigo anterior;
- d) Lei nº 083 de 19/04/2002, que autoriza o repasse de verbas ao Poder Executivo de modo a celebrar Convênio com Creches Comunitárias de Mesquita, para fins de atendimento às crianças de 0 (zero) a 06 (seis) anos;
- e) Lei nº 090 de 25/04/2002, que cria os Conselhos Escolares.

Os atos acima juntamente com as tentativas de reverter a municipalização, conforme a 52ª nota de rodapé, e a própria miscelânea em que se constituía o quadro de

⁶⁶ Referência direta aos professores concursados de Nova Iguaçu que faziam parte da rede municipal de Mesquita por estarem locados em escolas municipais públicas herdadas do município-mãe, Nova Iguaçu. A partir da redação dessa lei, já se pode perceber um tom tenso em relação à presença destes professores no novo município, o que exploraremos com mais afinco no terceiro capítulo.

escolas, bem como de funcionários compõem ricamente a situação administrativa da Educação no município em seus primeiros anos. Faz-nos refletir sobre a validade ou não dos processos de municipalização, seus motivos e razões. E, nesse caso, nos vem em mente: Que interesses movem a defesa da municipalização? A quem interessa a municipalização? Será que vale a pena levar a cabo essa luta?

No caso específico da manutenção das contratações, na verdade, o município de Mesquita estaria se contrapondo ao princípio público de que os funcionários da esfera pública têm que ser concursados. Cabe então perguntar: por que não havia concurso público? Agora que já se havia consumado a municipalização de Mesquita, sua elite local já estaria satisfeita e, portanto, relaxando em seus compromissos com a população?

Pelo menos, o fragmento abaixo, retirado da Ação Civil Pública n. 00940-2005-223-01-00-6 lançado pelo governo do Estado, contra a Prefeitura de Mesquita, tenta responder em parte às interrogações acima. Resta saber, se o argumento abaixo é suficiente:

Então, Excelência, pedi este aparte apenas para enfatizar que a doutrina e a jurisprudência sempre fizeram referência ao fato de que a relação jurídico-administrativa não comportava nada de regime celetista, máximo em se tratando de situações posteriores à Constituição de 1988, em cuja norma, inicialmente redigida no artigo 39, não se poderia ter senão o regime estatutário ou o regime jurídico-administrativo” (BRASIL: 2005, p. 7).

A prefeitura, então, diante essa pressão se vê obrigada a legalizar a situação de inúmeros de seus funcionários através de realização de concursos. Assim, podemos perceber que, ao contrário do que aconteceu no momento em que Mesquita precisou alugar escolas para cumprir a demanda social, desta vez o movimento do poder público oriundo da esfera estadual, implicando em uma relação tempestuosa, obriga o município a cumprir com seus deveres públicos por meio da realização de concurso público no âmbito não apenas da Secretaria de Educação, mas também das demais Secretarias do município.

Ao atender às exigências do MPE-RJ e realizar o primeiro concurso público do município para a área da educação, Mesquita teve que atender ao que a Constituição Federal de 1988 versa sobre cargos públicos. Por essa problemática, acredito que a

realização do concurso mostra como a modernidade, caracterizada pela fragmentação, também inclui um projeto homogeneizante, que mostra como a interrupção de contratos no sistema educacional foi uma tática empreendida pelo município, pois lhe foi imposto agir para que a situação se tornasse regular e legitimada pelas demais esferas, evidenciando uma necessidade de tornar seu corpo de funcionários homogêneos: funcionários públicos. Exigência essa, advinda principalmente do próprio movimento social dos professores.

Após as considerações acima, concluímos que nessa configuração social nova – o recém-criado município de Mesquita –, surgiram alguns desafios que toda e qualquer nova municipalidade teria o dever de cumprir. Entretanto, a fragilidade como esse processo ocorre, demonstra que nem sempre as novas prefeituras estão prontas para agir conforme o esperado. Daí o surgimento de ações de diversos poderes públicos que, conseqüentemente, contribuíram para o forjar do sistema educacional que conhecemos atualmente.

**CAPÍTULO III – O CORPO DOCENTE: UM QUEBRA-CABEÇA DIFÍCIL DE
SER MONTADO**

Com a globalização, a identidade se torna um assunto acalorado. Todos os marcos divisórios são cancelados, as biografias se tornam quebra-cabeças de soluções difíceis e mutáveis. Entretanto, o problema não são as peças individuais desse mosaico, mas como elas se encaixam umas nas outras (BAUMAN: 2005, p. 54).

Nessa nova configuração social – o recém-criado município de Mesquita – aparecem algumas questões relativas à concretização de seu sistema de ensino, bem como da consolidação da sua própria municipalidade. Sabemos, inclusive, das emergências que surgiram com a emancipação, assim como das ações sofridas pela Prefeitura de Mesquita e pela Semed que, de imediato, buscaram resolver esses problemas a seu modo, conforme descrito no capítulo anterior.

Desse modo, como já salientado, as alternativas para fazer com que esse sistema de ensino acontecesse de forma plena, não se restringiam a obtenção de uma simples estrutura física, cabendo lembrar que, prioritariamente, havia a necessidade de formar um quadro funcional de professores aptos a atuar nas escolas de educação básica do município, mas que, de imediato, por se constituir de modo heterogêneo, acabou sendo composto por professores oriundos de trajetórias e identidades diversas, como relembramos a seguir: a) professores concursados de Nova Iguaçu que foram transferidos para as escolas municipais de Mesquita após sua emancipação, uma vez que as escolas geograficamente passaram a fazer parte de Mesquita; b) professores da rede particular de ensino, que foram contratados pela Semed e, que já trabalhavam em uma escola “alugada”; c) professores contratados pela Cooperativa Multiprofissional de Serviços (Multiprof).

Portanto, neste terceiro capítulo nos propusemos a realizar uma análise das trajetórias de alguns professores que compuseram os três grupos acima descritos. Pretendemos por meio de entrevistas com oito professores do Ensino Fundamental, que atuaram nas escolas municipais de Mesquita, durante os seis primeiros anos de existência do município (2000-2006), mostrar não apenas o modo como essas trajetórias se constituem, mas principalmente, a maneira como expressam a própria identidade do sistema de ensino municipal que acaba de ser criado. Ou seja, nos interessa aqui evidenciar como as identidades profissionais dos professores entrevistados sintetizam o

próprio modo como a Secretaria Municipal de Mesquita é forjada nos seus primeiros anos de existência.

Compreender suas trajetórias nos leva a observar tensões e negociações entre os docentes, gestores e até mesmo prefeitos. Com tantas “peças” diferentes, como montar esse quebra-cabeça? Como criar oportunidades para amenizar as tensões e fazer com que esse quebra-cabeça difícil de ser executado seja superado? E até onde se esgotam tais tensões?

Portanto, reafirma-se aqui a crença de que essa heterogeneidade ao mesmo tempo em que provocou disputas e tensões, também gerou a consolidação do próprio sistema público de ensino mesquitense, na medida em que, com o tempo, as diferenças acabam se matizando.

3.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Conforme Rosa e Arnoldi (2006), a entrevista é um recurso metodológico imprescindível para se trabalhar o contexto social. Poder compreendê-lo pelas falas dos entrevistados, suas atitudes, valores e crenças implica entender essa conjuntura partir de uma materialidade que pressupõe o próprio indivíduo envolvido na situação que se quer analisar.

Tal como defende Elias (1994): “[...] as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto” (p. 38); o que reafirma aquilo que prevíamos desde o início desta pesquisa: a necessidade de realizarmos entrevistas com os “primeiros professores” de Mesquita, uma vez que por meio de suas falas seria possível não apenas definir suas identidades, mas melhor compreender como se deu a própria constituição do sistema de ensino mesquitense.

Isto é, através desse trabalho foi possível perceber como as trajetórias individuais diversas inseridas naquela configuração social (ELIAS: 1994), de certo modo, contribuíram para o amalgamento do sistema municipal de ensino de Mesquita, entendido aqui como uma rede de interconexão de indivíduos.

E, de acordo com Freitas (1998):

Fazer dos professores narradores de suas histórias, poderá nos ajudar a compreender não só o que pensam, como agem e se desenvolvem profissionalmente, mas também conhecer melhor o contexto em que vivem, a analisar de um outro ângulo, o ambiente educacional. Ao focalizarmos suas vidas de professores em suas singularidades, estaremos também identificando temas coletivos que atravessam sua trajetória e refletem a estrutura social nas quais suas vidas estão imersas (p. 76).

Enfim, o material obtido por meio das entrevistas foi muito rico e nos permitiu ir além de discursos oficiais e procurar, na opinião expressa e na memória resgatada (POLLAK: 1992) pelos entrevistados, entender as várias etapas desse processo de consolidação do município e da organização de seu sistema educacional.

Muitos professores que participaram da entrevista se surpreenderam com o resultado da mesma, já que eles se lembraram de tantas coisas que aconteceram, tantos momentos e sentimentos vivenciados nesta docência e que se encontravam guardados em algum lugar da memória e que a entrevista resgatou (idem). Daí, podemos perceber a relevância do uso da memória para este tipo de trabalho, pois ela é: “[...] mais do que simples arquivo classificatório de informação a reinventar o passado, é um referencial norteador na construção de identidades” (MORAIS: 2008, p. 38). Ou seja, a memória, para nós, tornou-se um elemento único para nosso trabalho sobre identidade: “[...] na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK: 1992, p. 204).

Quanto mais os entrevistados contavam sobre o período em que trabalharam no município, maior era abundância de detalhes, ficando ali exposto que as escolhas que fizeram era a expressão do que haviam passado e do que poderiam nos contar sobre a própria montagem da rede municipal mesquitense. Nesse caso, esse exercício de memória através da entrevista ainda serviu para nos indicar pistas sobre os modos de construção social do sistema de ensino e do município, segundo um passo a passo, muitas vezes difícil de ser captado (ROLLEMBERG: 2003). Inclusive, o rico material obtido por essas entrevistas nos permitiu vislumbrar várias possibilidades de estudo que, com certeza, serão exploradas em uma tese de doutorado.

Como já mencionado, procuramos realizar as entrevistas em locais neutros, onde

os entrevistados pudessem responder sem se sentirem pressionados. No entanto, em algumas delas fora necessário aproveitar o espaço de trabalho dos entrevistados, por questões de disponibilidade de agenda. E, felizmente, não encontramos resistência e falas institucionalizadas (POLLAK: 1989), havendo, segundo meu entendimento, opiniões bastante contundentes sobre a época em que tais professores ensinaram em Mesquita.

O quadro docente de Mesquita teve sua origem em três grupos, como já sabemos. Entretanto, se por um lado, o quadro de professores parece ser basicamente estruturado e classificado pela origem da contratação ou do vínculo institucional, por outro, foram, ainda, encontrados outros aspectos que caracterizam cada um dos grupos, que serão explorados nesse item.

Os diferentes perfis dos professores estão dispostos nas tabelas a seguir, que apresentam os entrevistados em seus respectivos grupos à época em que começaram a trabalhar no município:

Quadro 8 – PROFESSORES CONCURSADOS DE NOVA IGUAÇU

	ALICE⁶⁷	BRUNA	GUILHERME	SARA
Função	Professora II	Professora II	Professor I – Biologia	Professora I – Biologia
Idade⁶⁸	32	35	36	31
Formação	Ensino Médio Normal (Iserj) Pedagogia (Unisuam)	Ensino Médio Normal (Ierp) Direito (Unig)	Biologia (Unig)	Biologia (Unig)
Cidade em que morava	São Cristóvão – Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	Mesquita	Nova Iguaçu
Formação da mãe	Alfabetizada	Direito (Unig)	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Formação do pai	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Ano em que começou a lecionar	1987	1992	1992	1990

⁶⁷ Os nomes dos entrevistados são fictícios e criados especialmente para resguardar suas identidades, conferindo seu anonimato e sigilo.

⁶⁸ O item se refere à idade em 2001, quando as atividades da educação oficialmente começam no município, por conta da instalação da secretaria e da prefeitura no município recém-criado.

Período na rede pública de Mesquita	1999-Dias atuais	1992-Dias atuais	1993-Dias atuais	1993-Dias atuais
Trabalho anterior ao regime estatutário em Nova Iguaçu/Mesquita	Professora na Creche Pato Donald e no Colégio Pio Americano (São Cristóvão – RJ)	Estagiária em escola particular	Biólogo de análises clínicas/ Professor de biologia em escola particular	Professora de biologia em escola particular

De acordo com o quadro acima, o grupo de concursados se constituiu por duas professoras II e dois professores I de biologia⁶⁹, mas originalmente, eram 127 professores concursados de Nova Iguaçu trabalhando em escolas herdadas por Mesquita.

Cabe aqui uma ressalva que já de imediato anuncia a complexidade da montagem do sistema de ensino de Mesquita: os 127 professores concursados de Nova Iguaçu que a partir da emancipação de Mesquita estavam trabalhando em escolas que geograficamente passaram a pertencer a esse município, se viram, “de uma hora para outra”, diante uma instabilidade profissional bastante grande. Não sabiam para quem estavam trabalhando, Mesquita ou Nova Iguaçu? Ou seja, se as reuniões para esse tipo de esclarecimento praticamente não existiram, pude, porém, apurar que até 2005, tais professores foram transferidos entre os dois municípios conforme decretos-lei que saíam em diário oficial, ordenando-os a ficar sob a delegação de uma das prefeituras, Mesquita ou Nova Iguaçu.

Entretanto, também constatei que alguns concursados por Nova Iguaçu que foram transferidos para Mesquita, retornaram a Nova Iguaçu, logo em 2001, ainda que sem consulta, mas obedecendo alguns critérios estabelecidos pela Semed/NI que tentava por uma certa ordem diante esse impasse entre ser professor de Mesquita ou de Nova Iguaçu.

⁶⁹ Os professores I, apesar de não fazerem parte do recorte, inicialmente, permaneceram no quadro porque foram os primeiros entrevistados. Além disso, suas entrevistas forneceram-me um panorama sobre o processo de transferência de professores de Nova Iguaçu para Mesquita, bem como deram outras informações importantes sobre essa questão.

Assim ficou determinado que professores prestes a se aposentar ou que se encontravam em estágio probatório eram vistos como responsabilidade de Nova Iguaçu; ou seja, os professores delegados a Mesquita, seriam apenas os servidores que se encontravam “no meio do caminho” de suas trajetórias.

Porém, a definição desses critérios não colocou fim a esse impasse, na medida em que em um momento posterior, de quase finalização do processo de montagem da rede municipal de ensino de Mesquita, alguns daqueles professores que haviam retornado a Nova Iguaçu, são devolvidos outra vez para Mesquita. Enfim, essa indefinição marcada por um “vai e vem” de professores entre os municípios de Mesquita e Nova Iguaçu nos revela não apenas o emaranhado desse quebra-cabeça, mas também o nível de tensão entre aqueles que viveram essa situação.

Após essa ressalva esclarecedora sobre esse agrupamento, pudemos ainda notar a partir das entrevistas que se todos os concursados já possuíam Ensino Superior, os pais deles, com exceção da mãe de Bruna, ao contrário, haviam apenas concluído o Ensino Fundamental ou a Alfabetização⁷⁰, indicando que especificamente esses entrevistados compõem a primeira geração de suas famílias que chega à universidade; fenômeno ainda não tão comum nos anos 1980, período em que esses professores deveriam estar na universidade.

Entretanto, cabe ressaltar, que essa formação universitária ocorre em instituições particulares de ensino: três entrevistados cursaram graduação na Universidade de Nova Iguaçu (Unig), enquanto uma entrevistada cursou no Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam). Universidades da própria Baixada!

As duas professoras II fizeram seu Ensino Médio Normal em escolas públicas do Estado, em Mesquita e Nova Iguaçu: Colégio Estadual Brasil e/ou Instituto de Educação Professor Rangel Pestana (Ierp), um dos melhores institutos de educação da Baixada Fluminense.

Quanto ao trabalho anterior desses professores, fica claro que a maioria teve alguma experiência docente antes de se tornar um professor concursado, atuando em escolas particulares ou até mesmo em outro município. Porém, o que chama mais a atenção nesse grupo é que dentro da média etária de 33,5 anos, todos já acumulavam uma

⁷⁰ Característica, inclusive, dos pais dos outros dois agrupamentos.

experiência docente considerável – 10 ou 7 anos e meio – quando assumiram, em 2001, o cargo em Mesquita.

Quadro 10 – PROFESSORES CONTRATADOS PELA PREFEITURA – ORIUNDOS DE ESCOLAS PARTICULARES “ALUGADAS”

	BEATRIZ	ROBERTA
Função	Professora II	Professora II
Idade⁷¹	25	31
Formação	Ensino Médio Normal (C. E. Brasil)	Pedagogia (Unig)
Cidade em que morava	Mesquita	Mesquita
Formação da mãe	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Formação do pai	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Ano em que começou a lecionar	1995	1989
Período na rede pública de Mesquita	2001-2005 (Contrato direto com a Prefeitura de Mesquita)	2001-2005 (Contrato direto com a Prefeitura de Mesquita)
Trabalho anterior ao contrato em Mesquita	Professora II em escola particular, em Mesquita	Professora II em escola particular em Mesquita; Professora II em CIEP em Caxias por contrato.

Essas duas professoras II entrevistadas enquanto parte do grupo de professores contratados pela Prefeitura Municipal de Mesquita – oriundos de escolas particulares “alugadas” pela prefeitura – tiveram uma trajetória menos turbulenta, mas igualmente marcada por expectativas, dúvidas e incertezas, na medida em que o contrato com a prefeitura, permite que vislumbrem uma possível efetivação no futuro.

Enquanto uma delas cursou apenas o Ensino Médio Normal, a outra é formada em Pedagogia; em cursos de instituições de ensino da Baixada Fluminense. E com a faixa etária de 28 anos, as duas professoras somam uma experiência prévia média de nove anos, lecionando em escolas particulares.

⁷¹ O item se refere à idade em 2001, ano em que os contratos pela prefeitura começaram.

Quadro 9 – PROFESSORES CONTRATADOS PELA MULTIPROF

	MARA	GABRIELA
Função	Professora II	Professora II
Idade⁷²	45	26
Formação	Ensino Médio Normal (C. E. BRASIL)	Ensino Médio Normal (Ierp)
Cidade em que morava	Mesquita	Mesquita
Formação da mãe	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Formação do pai	Ensino Fundamental	Ensino Fundamental
Ano em que começou a lecionar	1991 (dez anos como bolsista); 2001 (contrato).	1987 (aulas de apoio, em casa); 1998 (escola particular).
Período na rede pública de Mesquita	2001 (Multiprof); 2002-2005 (Contrato direto com a Prefeitura de Mesquita).	2001 (Multiprof); 2002-2005 (Contrato direto com a Prefeitura de Mesquita).
Trabalho anterior ao contrato em Mesquita	Professora bolsista em Ciep de Japeri.	“Explicadora”/Professora II em escola particular de Mesquita.

O grupo de professores contratado pela Multiprof para atuar em Mesquita é aqui representado por duas professoras que estiveram sob esse contrato como professoras II até o final de 2005, logo após ocorrer a primeira mudança de prefeito – por eleição⁷³ – no município. E se ambas passaram a pleitear vagas docentes em escolas particulares da região, após o término de seu contrato, o agrupamento como um todo, assim como os professores oriundos das escolas particulares, acreditou que talvez pudesse, no futuro, ser efetivado. Aspecto esse que é levado a cabo por meio de abertura de processo por muitos dos docentes contratados dos dois grupos⁷⁴.

Diferentemente dos demais profissionais, nenhuma das duas professoras desse agrupamento cursou uma universidade e, portanto, possuem apenas a formação mínima para assumir o cargo no magistério, Ensino Médio Normal. Ambas também frequentaram

⁷² O item se refere à idade em 2001, ano em que os contratos pela Multiprof foram efetivados.

⁷³ Após a morte do primeiro prefeito José Montes Paixão, o vice-prefeito – Framínio Gonçalves – assumiu o município. Só após a vitória de Artur Messias nas eleições municipais de 2004 que Mesquita tem um novo prefeito eleito.

⁷⁴ Infelizmente não consegui entrevistar nenhum professor que vivenciou essa situação.

escolas estaduais locais que ofertavam essa modalidade: o Colégio Estadual Brasil e o Ierp.

Com a média de 35,5 anos de idade, esse grupo apresentou pouca experiência profissional ao iniciar o contrato, sendo inclusive o primeiro trabalho “oficial” das duas, caso desconsiderarmos atividades autônomas como aulas particulares e atuação como bolsista.

Para concluir essas primeiras impressões, resta ainda, a partir dos três quadros acima, mostrar um próximo que evidencia um aspecto bastante interessante sobre esses professores: tempo de experiência na profissão. Enquanto os docentes concursados possuem entre nove e quatorze anos de experiência, os contratados oriundos das escolas particulares, com seis e doze anos, compõem juntos agrupamentos com larga experiência profissional. Já os professores oriundos da Multiprof não possuem praticamente nenhuma experiência na carreira.

Além disso, caso tenhamos em mente a informação relativa à escolaridade dos entrevistados indicada nos três quadros acima, o quarto a seguir nos sugere outro comentário: ambos os professores concursados e os oriundos da escola particular já possuem uma identidade profissional docente constituída seja na prática – anos de magistério –, seja por meio de uma formação; lembrando aqui que quando nos referimos aos concursados, essa formação pressupõe um curso universitário.

Quadro 11 – ANOS DE EXPERIÊNCIA EM DOCÊNCIA EM 2001

	EXPERIÊNCIA (ANOS)	ORIGEM
ALICE	14	Concurso
BEATRIZ	06	Contrato
BRUNA	09	Concurso
GABRIELA	03	Multiprof
GUILHERME	09	Concurso
MARA	0	Multiprof
ROBERTA	12	Contrato
SARA	11	Concurso

Diante essas amostras, podemos levantar algumas outras questões: a) com exceção de Alice, a moradia e as escolas frequentadas pelos entrevistados como alunos, encontram-se na Baixada, aspecto esse que nos faz lembrar o quanto essa região tornou-se autossuficiente; b) a origem social do quadro docente de moradores de Mesquita, depreendida pela escolaridade dos pais, não destoa muito das imagens sociais da Baixada Fluminense, como um todo. Mostra que se trata de uma região composta em grande parte por trabalhadores que executam tarefas braçais, com índices significativos de analfabetismo e evasão escolar, trabalho informal, entre outras características, conforme as notícias abaixo:

- a) “Cerca de 200 mil pessoas estão desempregadas na Baixada Fluminense: mais de 600 mil ocupam alguma atividade informal ou sem carteira assinada”. Disponível em: <<http://noticias.sitedabaixada.com.br/cidadania/2016/01/26/cerca-de-200-mil-pessoas-estao-desempregadas-na-baixada-fluminense/>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.
- b) “Cinco cidades da Baixada têm mais de 50% da população sem instrução, apontam números do IBGE”. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense/cinco-cidades-da-baixada-tem-mais-de-50-da-populacao-sem-instrucao-apontam-numeros-do-ibge-5443703.html#ixzz49zjtr348>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.
- c) “Baixada Fluminense: os dilemas de uma população numerosa e carente de serviços básicos”. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-servicos-basicos-13968398>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.
- d) “Baixada Fluminense no Ideb: municípios mantêm escolas precárias e notas ficam abaixo da meta”. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/baixada-fluminense-no-ideb-municipios-mantem-escolas-precarias-notas-ficam-abaixo-da-meta-13930021.html#ixzz49zkPCP3u>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.
- e) “1,6 milhão de pessoas não concluíram o ensino médio na Baixada: evasão escolar chega a quase 4% em algumas cidades”. Disponível em: <<http://noticias.sitedabaixada.com.br/geral/2016/01/19/16-milhao-de-pessoas-nao-concluiram-o-ensino-medio-na-baixada/>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.
- f) “Evasão escolar atinge 52 mil crianças no Grande Rio”. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/riosemfronteiras/2014-08-17/evasao-escolar-atinge-52-mil-criancas-no-grande-rio.html>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

Frente às considerações acima podemos concluir que havia nos professores, apesar dos perfis diversos, um objetivo comum: a realização de um projeto profissional – ser professor –, mas, acima de tudo, como veremos posteriormente, manterem-se ou tornarem-se funcionários públicos, possibilitando assim uma supervalorização de seu *status* profissional. Nesse sentido, essa afirmação nos indica uma interrogação: será que os professores menos experientes, principalmente os oriundos da Multiprof, receberam mais “olhares tortos” do que os que já tinham acumulado mais tempo de magistério e que já eram funcionários públicos?

Por isso, pode-se dizer que alguns desses entrevistados não buscavam apenas um local para trabalhar, mas também construir a sua própria identidade profissional, pela socialização secundária, uma vez que, segundo Dubar: “[...] só a socialização secundária pode produzir identidades e atores sociais orientados pela produção de novas relações sociais e suscetíveis de se transformarem elas próprias” (2005, p. 78). A identidade não nasce com a pessoa (*idem*), sendo uma construção resultante das socializações e configurações sociais (ELIAS: 1994) nas quais está inserida.

Concluímos, então, que essas primeiras impressões além de nos indicar diferenças e semelhanças entre os professores e seus agrupamentos, também nos fornecem caminhos possíveis para entender como cada peça – professor – desse quebra-cabeça – quadro docente – contribuiu para a formação de uma identidade profissional mesquitense e, conseqüentemente, do próprio sistema municipal de ensino.

Os subitens a seguir darão continuidade a montagem desse quebra-cabeça e, inclusive, nos mostrarão que as diferenças existentes, apesar de gerarem certa desestabilização, levarão à consolidação de um sistema mais “azeitado” e menos cindido.

3.2 DÚVIDAS E ANGÚSTIAS DE QUEM “CHEGOU LÁ”

Conforme Elias (1994), para compreender como o município se constituiu pela identidade dos professores, devemos considerar a imbricação entre os indivíduos – entrevistados – e a configuração social que aqui investigamos, o recém-criado município de Mesquita. Ainda segundo o autor, a metáfora que aqui exploramos como uma rede de interconexão de indivíduos se refere à configuração desse sistema de ensino tecido por

muitos fios que se ligam uns aos outros, de maneira recíproca.

Acreditamos, nesse caso, que o sistema de ensino de Mesquita seja fruto das interrelações sociais que se estabelecem entre os sujeitos – professores, secretário municipal de educação, diretores de escolas, alunos, pais e funcionários em geral – que se encontram envolvidos na configuração comunitária em pauta, o sistema de ensino de Mesquita. E, sem dúvida, nossos entrevistados compõem essa rede!

Portanto, para nós, os professores não “ocuparam” simplesmente uma vaga. Ademais, as relações interpessoais estabelecidas pelos professores nas escolas em que foram trabalhar não ocorreram de maneira simplória, pois segundo nossa hipótese, os mecanismos socializantes ali produzidos pressupõem a formação de um *ethos* profissional próprio que diz respeito aquele fabricado em Mesquita e não em Nova Iguaçu ou Caxias, por exemplo.

Assim, nossa hipótese é que o processo de socialização profissional desses professores se fez de maneira bastante específica, segundo as regras do jogo daquela configuração também particular– Secretaria Municipal de Mesquita.

Nesse sentido, conforme Elias (idem), toda rede social forjada em uma configuração, encontra-se sempre em constante movimento: “[...] como um tecer e destecer ininterrupto das ligações. É assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar” (p. 35).

Além disso, essa perspectiva teórica metodológica nos permite entender a constituição tanto de perfis sociais quanto individuais (LAHIRE: 2004), na medida em que as semelhanças e diferenças de origem, trajetória e formação indicam a montagem de um quebra-cabeça que apesar de se forjar como um sistema público municipal de ensino se concretiza de modo bastante matizado.

Cabe aqui ressaltar que dos três grupos de magistério entrevistamos, aqueles que trabalharam sob contrato compõem nosso principal alvo, uma vez que as razões e os episódios descritos por esses professores são bastante elucidativos para a montagem do nosso enigma – Sistema Municipal de Educação de Mesquita. E, nesse caso, é fato que, com a emancipação de Mesquita, novos rumos profissionais foram possíveis para vários desses professores, tanto para aqueles que já atuavam em escolas, quanto para os recém-formados e ainda formalmente desempregados, como os professores da Multiprof.

De outro lado, de início, os professores concursados – que atuaram nas nove escolas municipais de Nova Iguaçu e que passaram a pertencer à Mesquita com a emancipação – experimentaram tempos incertos em relação ao seu destino e locação, segundo breve explanação do capítulo dois: o servidor seria lotado no novo município – onde estava sua escola – ou iria para outra escola no município de Nova Iguaçu, para o qual havia feito concurso?

[...] a primeira coisa que [nos] afetou foi a incerteza, né, porque nós não sabíamos o que ia acontecer conosco, porque a gente tinha sido concursada, chegou concursada e, de repente, ninguém avisou a gente que Mesquita tinha sido emancipado, e nós fomos lotados, e de repente o município ia passar pra outro, deixava de ser Nova Iguaçu e nascia um novo município. Então a incerteza nessa época foi muito grande (Alice – Professora II, concursada).

Em meio a tantas incertezas, como relata Alice acima, os professores concursados se utilizaram de algumas estratégias e táticas (CERTEAU: 1994) junto ao Sepe, as duas prefeituras e secretarias para obterem o que acreditavam ser seu direito: ter a chance de escolher seu local de trabalho – Nova Iguaçu ou Mesquita –, bem como o estabelecimento de um calendário de discussão sobre seu futuro. Afinal, ninguém sabia informar ao certo como ficariam esses servidores.

E se Guilherme e Sara – professores I concursados, oriundos de Nova Iguaçu – participaram de algumas reuniões – marcadas com muito custo, devido a reclamações de professores I (que atuavam nas séries finais do Ensino Fundamental) – para escolher em qual município queriam ficar, suas escolhas. Porém, foram ignoradas, segundo relato de ambos.

A fala de Sara, a seguir, ainda nos mostra que as reuniões tiveram apenas um caráter formal e que não houve, na realidade, uma consulta para alocar os servidores, mas sim reuniões com a presença de muitas pessoas ligadas à política local:

[...] no caso, o Paixão [prefeito], o Sepe, advogados, não sei mais quem, um monte de gente. E aí aquilo ali foi só pra dizer que houve uma consulta aos professores, que a gente sabe que não houve. Nós assinamos listas e listas com a nossa opção, e ele optou por ficar em

Mesquita, e eu optei ir pra Nova Iguaçu. Eu e outras pessoas, nós ficamos aqui. Aí eles usaram assim como critério: quem estava perto de se aposentar, eles colocaram pra Nova Iguaçu; quem estava iniciando, foi pra Nova Iguaçu; quem estava no meio do caminho – como era o meu caso, e o caso dele⁷⁵, ficamos aqui em Mesquita (Sara, professora concursada).

Se os professores I – que ainda foram “consultados”, de certo modo, quanto as suas preferências – segundo Sara puderam concluir desde o princípio que: “[...] houve uma coisa assim “mascarada”, o que aconteceu com os professores II (que atuavam nas séries iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil) foi considerado mais grave, aumentando ainda mais o sentimento de frustração e de desigualdade no atendimento do servidor concursado.

Considerando os relatos das professoras II concursadas, Alice e Bruna, para esse agrupamento, além de não ter havido convocatória para reuniões de esclarecimento, a falta de informações gerou mais incertezas. Bruna reafirma esse abandono ao servidor, como se estivesse à própria sorte:

[...] a mim ninguém perguntou nada, não. Simplesmente fui ficando. Agora houve pessoas que tomaram iniciativa, sim, se revoltaram, né, com aquele... Com aquele remelexo todo e fizeram... Pediram... Fizeram ofício “pra cair fora”. [...] Quer dizer, eu poderia ter tomado a iniciativa [...]. Algumas pessoas, como eu vi, faziam o ofício⁷⁶ e pediam pra estar retornando em Nova Iguaçu como se fosse naquela briga, né, de prefeito e tal. Mas eu não, eu fiquei quieta, me calei ali, fiquei. Eu gostava da escola de coração, e fiquei lá até... Quer dizer, fiquei lá até 2002 (Bruna, professora concursada).

⁷⁵ A entrevista de Sara aconteceu ao mesmo tempo em que a de Guilherme, uma vez que os dois possuíam a mesma disponibilidade e trabalham na mesma escola. Em sua fala, Sara se refere aqui a Guilherme, uma vez que ele não teve sua opção atendida: “o professor Guilherme assinou em todas as listas que queria ficar em Nova Iguaçu, porém, teve que continuar em Mesquita”.

⁷⁶ Não conseguimos acesso a tais ofícios, nem encontramos, a tempo da finalização da pesquisa documental desta pesquisa, os diários oficiais e convocatórias de professores para as reuniões da época. Estes documentos sinalizaram um ponto de dificuldade em resgatar essa parte da história apenas por pesquisa de arquivos. Segundo funcionários, alguns arquivos da prefeitura, que datam de 2000-2002, sumiram ou sofreram deterioração, devido a infiltrações no espaço documental “improvisado” desses primeiros anos de prefeitura.

Aqui, novamente nos lembramos de Elias (1994), quando afirma que: [...] a pessoa que precisa agir e tomar decisões dentro da trama de sua época tem maior probabilidade de perceber outra característica reticular igualmente importante: sua extraordinária elasticidade (p. 47). Ou seja, entendemos que o professor ao buscar soluções para o não cumprimento de seus direitos – de alocação, informação e escolha de município –, estará fugindo à regra dos automatismos e pressões sociais criadas pelas próprias autoridades simbolizando aqui o próprio Estado.

No entanto, se por um lado, o professor II não teve convocatória para reuniões, e muitos outros tiveram que se contentar com as ordens que vinham da Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu (Semed/NI) para ir para Mesquita; por conseguinte, os critérios elencados por Sara em sua entrevista pareceram, de modo geral, válidos para o professor concursado: diferentemente dos docentes mais antigos de Nova Iguaçu, os professores oriundos de concurso mais recente, que tinham acabado de começar a trabalhar nesse município e estavam alocados em escolas no [agora] território de Mesquita, foram realocados em outras escolas, na própria cidade de Nova Iguaçu: “foi uma surpresa, porque nós estávamos chegando ao município, então nem sabíamos do que se tratava. E aí... [...] acordamos com o *Diário Oficial*, depois da emancipação, [dizendo] que devolveram a gente pra Nova Iguaçu” (Alice, professora concursada).

A mesma entrevistada, ainda, afirma que se por um lado o Sepe se envolveu nas negociações entre os professores e as prefeituras, por outro, suas ações não pareciam ser realmente eficientes e a favor dos professores, salientando que talvez, essa tensão na alocação – que exploraremos ainda mais no item 3.3 – fosse fomentada por outros interesses:

[...] ele (o Sepe) dizia que estava nos defendendo, mas nós sentíamos que tinha algum interesse além dali, porque tinham reuniões que nós não éramos convocados, e acontecia, uma pessoa sabia, ligava para as outras, a gente aparecia lá e assim que foi, né. Sendo jogado de um lado pra outro igual peteca, igual *ping-pong*; assim que nós fomos tratados (Alice, professora concursada).

Em resumo, quase todos os professores concursados foram delegados como responsabilidade de Mesquita, mesmo a contragosto de alguns. Nesse período, marcado

por turbulência, a maioria deles trabalhou sob um clima de incertezas temendo que novas mudanças de alocação e interrupções no trabalho pudessem vir a ocorrer, fato esse que, conforme descrito no segundo capítulo, aconteceu por várias vezes.

De todo modo, é certo que o processo pós-emancipação e de organização da rede municipal de ensino não parece ter sido fácil para nenhum dos três grupos de professores entrevistados. Por exemplo, as professoras contratadas pela cooperativa Multiprof – Gabriela e Mara – contam que souberam do processo seletivo por indicação de pessoas que trabalhavam com políticos locais ou na própria Prefeitura Municipal de Mesquita, recém-criada:

[...] fiquei sabendo [do contrato] pelo meu ex-marido, aí eu fui lá na prefeitura fazer a inscrição. Só fiz a inscrição como professora. Eu não sabia se era pela prefeitura, se era por contrato. Depois que eu fiquei sabendo que nós estávamos sendo selecionada [sic] pela Multiprof (Mara, professora da Multiprof.).

Ah, na verdade me indicaram. Me indicaram. Foi um vereador na época. Foi um vizinho [...] que me indicou. Ele conhecia o Paulinho Paixão que era vereador na época. [...] Meu vizinho [...] sabia que eu trabalhava, que eu era uma boa profissional e me indicou. Eu levei o meu currículo e eles me aceitaram, e eu fui. Aí eu fiz parte um ano da Multiprof e depois engajei [sic] no contrato (Gabriela, professora da Multiprof).

As informações sobre como conseguir um contrato diretamente com a prefeitura também foram privilegiadas, não sendo amplamente divulgadas aos contratados da cooperativa. De acordo com as entrevistadas, as mesmas pessoas que as avisaram sobre a possibilidade de serem contratadas pela Multiprof passaram também a informação a respeito do novo processo seletivo⁷⁷ que haveria na prefeitura:

Foi só o currículo, meu bom desempenho, eu acho também na época da Multiprof, que, porque teve esse processo que eu estou falando que muita gente não ficou, não continuou. Então teve a entrevista. Eu acho que a gente foi avaliado bastante durante esse um ano da Multiprof e eu

⁷⁷ Análise de currículo, experiência docente e tempo de trabalho foram os itens levados em conta neste processo.

não dei mole, não faltei hora nenhuma, sempre fiz um bom trabalho. Então eu acho que é por isso que eu continuei (Gabriela, professora da Multiprof).

Mara, porém, relata uma situação bem diferente da de Gabriela: após o término de seu contrato com a Multiprof, teve seu contrato renovado automaticamente, sem precisar passar por um processo seletivo, como Gabriela. Ou seja, Mara ao ter precisado apenas comparecer à prefeitura, nos obriga a questionar: por que procedimentos diferentes para ambas as professoras? Que critérios definiram a necessidade da entrevista para uns e não para outros? Capital social, conforme Bourdieu (1989)?

[...] a diretora avisou que a gente tava já pela prefeitura. Eu não me lembro se eu fui lá pra assinar alguma coisa, algum documento. Eu acho que nós fomos pra prefeitura, sim, assinar algum documento, isso mesmo, algumas folhas de contrato (Mara).

Logo, percebemos que o município comandou diferentes formas de entrada para aqueles que desejavam se tornar parte de seu quadro de professores, nos levando a crer que essa prática pode ter fermentado tensões entre os professores.

Já as professoras de escolas particulares entrevistadas – Beatriz e Roberta – relataram que não tiveram a chance de mudar de escola no momento em que assinaram o contrato com a prefeitura. Os professores sequer se inscreveram voluntariamente para serem contratados, uma vez que o que contou foi o fato de a prefeitura estar alugando as escolas onde já se encontravam trabalhando. Logo, havia apenas duas alternativas a este grupo de professores: ou continuavam lecionando na mesma escola agora sob contrato com a prefeitura ou assinavam sua demissão:

Essa proposta... [...] o prefeito na época, que era o Paixão, ele estava fazendo a campanha dele, né. E nessa campanha, o Paulinho Paixão, que era o sobrinho dele, que era vereador na época, acompanhou a visita às ruas. Daí ele conheceu que a escola, eram escolas... Mesmo sendo

numa rua próxima ao 20⁷⁸, era uma escola muito... Era pequena, era escondida. Então, ele estava fazendo [...] uma caminhada pelas ruas. Daí ele conheceu. Conheceu a escola e depois ele veio sozinho fazer a proposta para a diretora [...], que era muito influente. Então, ele viu a influência e quis fazer essa proposta. Daí, dessa proposta veio que a gente... Nós ficamos muito preocupados, porque nós não tínhamos nenhum apoio político. Nós não conhecíamos nenhum vereador, nós não conhecíamos o prefeito. Não conhecíamos ninguém para que a gente... Nós permanecêssemos nessa escola. Daí, veio que a diretora, ela fez a proposta para ele: “eu fico. Eu deixo fazer a municipalização da minha escola, mas no contrato, eu preciso que você fique com os seis profissionais que eu tenho... Os que eu não deixaria de permanecer na escola. Que eu tenho de confiança”. Daí eles cumpriram o acordo e nós continuamos. Somos seis... Fomos cinco professores e uma servente. Então, [...] “pra” o nosso caso foi muito bom, porque nós recebemos mais, né. Era assim, um meio de continuar e saber que não íamos sair, assim. Porque, se nós continuássemos no particular, nós saberíamos que a escola ia falir e nós íamos ter que arrumar outro emprego (Beatriz, professora oriunda da escola particular).

Neste caso, também não houve um processo seletivo, sendo as professoras indicadas pela direção das próprias escolas alugadas, que, por sua vez ao se transferirem para a prefeitura, também absorveram sua direção. Ou seja, pelos termos do aluguel das escolas particulares, a maioria das escolas continuou a ter a mesma direção, uma vez que grande parte destas diretorias era composta pelos próprios donos das escolas particulares que, por várias razões, aceitaram a proposta do prefeito de Mesquita. Inclusive, puderam escolher manter a sua equipe de professores e funcionários de apoio.

Os contratos, segundo as professoras entrevistadas, eram renováveis a cada ano e pareciam transmitir uma sensação de “estabilidade”:

Era sempre de ano em ano. Mas, ele (prefeito) sempre falava que: “Não, vai prorrogar por mais um ano”, e prorrogava. Sempre foi certinho. Tínhamos o período de férias que... Assim, ele (ano letivo) começava num período e terminava em dezembro, depois só voltava... Daí nós perdíamos janeiro, fevereiro, né. Depois começava, quando o ano letivo realmente começava, que voltava, né, o contrato. Lá por volta de março. Mas, era tudo certinho. Era quando realmente determinava (Beatriz, professora oriunda da escola particular).

⁷⁸ 20º Batalhão da Polícia Militar, ponto de referência do bairro Cruzeiro do Sul.

Ou seja, se quem – político local – indicou esse professor ou diretor ao cargo continuasse exercendo forte poder na prefeitura mesmo após os primeiros anos de existência do município, seja a diretora da escola alugada, seja o professor dessa escola passaram a sentir uma espécie de “segurança ontológica”, que se compreende como:

[...] a crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e a constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação de fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica; daí os dois serem relacionados psicologicamente de forma íntima (GIDDENS: 2002, p. 92).

Entretanto, um mundo multifacetado, um município em construção, marcado pelo embate entre o risco e a certeza, são *lôcus* incompatíveis para existência de tal segurança. Assim, é fato que essa confiança ou “segurança ontológica” seriam imediatamente abaladas – como, de fato, foram – caso emergisse uma nova configuração social ou política na rede municipal.

De certo modo, todos os entrevistados que trabalhavam como contratados tinham essa sensação de “segurança repentina”, pois das quatro professoras entrevistadas, apenas uma – Beatriz, que era contratada oriunda de escola particular – não prestou o primeiro concurso público elaborado pelo município, em 2006. Acreditavam que não precisariam passar por esse ritual para serem efetivadas.

Por outro lado, os concursados que deveriam se sentir “mais seguros”, viviam tempos de indecisão, sem saber onde deveriam atuar, como lidar com a situação e a quem recorrer – principalmente no caso de Alice (do grupo de concursados), que era uma docente recém-empossada (1999) pelo município de Nova Iguaçu.

Acreditamos, entretanto, que essa insegurança talvez faça parte do mundo atual, já que como aponta Mattos (2010), viver hoje implica estarmos mergulhados em uma gama de possibilidades que, justamente, faz com que o sentimento de segurança seja na atualidade algo incongruente.

Portanto, é fato que o quadro docente de Mesquita não apenas estava se constituindo, mas principalmente sua montagem implicava embate político, apadrinhamento, trajetórias, práticas e experiências docentes muito distintas, como

veremos a seguir.

3.3 UM BALAIO DE TENSÕES

Tendo em vista que o processo de constituição da identidade social ou profissional pode ser percebido através da metáfora do campo de batalha, segundo Bauman (2005), ao adentrarmos neste item veremos que as tensões aqui descritas expressarão perfis identitários diversos dessa primeira geração de professores de Mesquita.

Esse aspecto é algo tão marcante na história do município que essas diferenças não se desfazem com o fim do processo de municipalização do local. Portanto, o início da administração de sua secretaria municipal remonta a um momento de turbulências, em diferentes esferas, até que ao fim pode ser percebida a estruturação de um sistema de ensino municipal propriamente dito.

E se o cerne desta investigação sobre as tensões estava centrado nos docentes mesquitenses, que, de imediato, nos mostrou a constituição de uma rede de sujeitos que conforme suas posições ressignificavam a própria secretaria educacional, segundo o conceito de configuração social (ELIAS: 1994) aqui utilizado; mais tarde pudemos notar outros níveis de tensão, que devido à escassez do tempo serão trabalhadas posteriormente em outros estudos.

3.3.1 AS TENSÕES ENTRE OS *ETHOS* PROFISSIONAIS

Compreendemos *ethos* como: “[...] os valores em estado prático, não consciente, que regem a moral cotidiana (diferente da ética, a forma teórica, argumentada, explicitada e codificada da moral)” (THIRY-CHERQUES: 2006a, p. 33).

Logo, entendemos que o *ethos* é um conjunto de disposições morais, de princípios práticos, apenas desenvolvidos na vivência de cada um e na relação com o outro: “[...] le système de valeurs implicites que les gens ont intériorisées depuis l’enfance et à partir duquel ils engendrent des réponses à des problèmes extrêmement différents” (BOURDIEU: 1984, p. 228).

Aqui, trataremos do *ethos* profissional, que são: “[...] dispositions acquises, par expérience et relatives à ce qui vaut plus ou moins sur toute dimension (épistémique, esthétique, sociale etc.) pertinente dans l’exercice d’un métier” (ZARCA: 2009, p. 352). Isto é, nos remete àquelas experiências e comportamentos assimilados pelos docentes de Mesquita em seu dia a dia e que acabaram por ser incorporadas em sua própria trajetória docente.

Portanto, no que se refere à construção da identidade destes professores, acreditamos que os professores que compuseram aquela primeira geração de funcionários possuíam um *ethos* profissionais diferenciados, construídos, tal como um currículo oculto, tanto na interação docente entre os diferentes sujeitos e seus *backgrounds*⁷⁹, quanto no modo como o ambiente de trabalho era administrado.

Além disso, quando analisamos as classes de trajetória (DUBAR: 2005) dos professores a fim de compreender seu *ethos* profissional, consideramos suas disposições profissionais (LAHIRE: 2004), identidades anteriores à sua condição de docente de Mesquita e os elementos sociais da sua experiência docente no período em que atuaram em Mesquita.

Portanto, de acordo com as entrevistas, essa diferença entre o *ethos* pode ser notada entre os professores concursados e os professores contratados, de modo geral, na medida em que possuíam formas diferenciadas de encarar sua carreira, bem como sua prática profissional. Como se fossem dois “guetos”, no sentido de que praticavam sistemas de valores diferenciados em seu dia a dia profissional; o que nos leva a crer que se os concursados e os contratados oriundos da escola privada, em certa medida, se afinavam porque já haviam construído uma experiência docente anterior, e se distanciavam dos contratados da Multiprof, sem experiência; em outros diferenciavam-se, uma vez que possuíam trajetórias prévias distintas – forjadas em escola pública e privada.

O *ethos* de funcionário público do primeiro grupo de professores também foi construído ao longo de sua trajetória atuando na esfera pública:

⁷⁹ Referência à origem e às experiências prévias do professor.

Ela saiu de uma sala de formação de professores onde ela estudava, no Monteiro Lobato⁸⁰, e foi dirigir uma escola. Foi dirigir uma escola, então ela não sabia... Ela nunca tinha dado nem aula, então ela não sabia como administrar uma escola. Então todos os problemas, tudo, a gente que ajudava a resolver. A secretária tinha experiência pra caramba também, e ajudava muito (Sara, professora concursada, comentando sobre a experiência inicial dela e de Guilherme, professor concursado, que já chegaram ajudando a diretora “indicada politicamente” a organizar a primeira escola em que trabalharam em Nova Iguaçu, que fica no atual território de Belford Roxo).

Dessa fala, concluímos que esses professores por terem chegado às escolas como concursados e, em seguida, terem ajudado a diretora a desempenhar suas tarefas, foram aos poucos desenvolvendo um tipo de *ethos* profissional público em sua identidade docente. Ou seja, desde cedo se envolveram em decisões de gestão, participando ativamente das deliberações diárias de sua escola, o que lhes proporcionou um conhecimento sobre o modo de gerir uma instituição educacional na esfera pública, em Mesquita.

Por outro lado, através da fala de Beatriz – professora oriunda de escola particular –, notamos a presença de um *ethos* profissional que chamaremos de privado e que se encontra muito marcado em sua prática. E, nesse caso, já sabemos que se a identidade profissional desses docentes foi se constituindo nas escolas particulares em que atuaram, sua atividade profissional encontrava-se, então, carregada por essa disposição:

Quando nós saímos do colégio particular, nós continuamos [trabalhando da mesma forma] ... Porque, assim, as pessoas, elas têm na mentalidade que se saiu do particular, e vai para o público, é diferente. Particular é mais cobrança e o público: “Ah, faz de qualquer jeito”. Eu acho que nós não tínhamos essa mentalidade. Quando eu digo nós, eram poucas as professoras, né, que pensavam desse jeito. Por quê? O meu primeiro ano de trabalho como professora foi nessa escola. Então, tudo que eu aprendi... Claro, que eu tinha o meu pouco conhecimento. Porque quando você começa, você não tem conhecimento nenhum. A diretora me ensinou muito, ela foi muito boa em relação a isso. Porque ela ensinou do jeito dela. Então, nós aprendemos do jeito dela. O jeito dela era o jeito certo (Beatriz,

⁸⁰ Escola municipal de Nova Iguaçu, que costumava fornecer o curso Normal no Ensino Médio. Até hoje, é uma das escolas municipais de referência deste município.

professora oriunda da escola particular).

É importante salientar que a ideologia da escola privada se faz presente na identidade docente dos professores ainda após o fim dos aluguéis, uma vez que os diretores dessas escolas também permanecem no cargo após as escolas serem, de vez, incorporadas ao rol das escolas municipais. Nesse sentido, acima da “municipalização” da sua instituição de ensino, esta acaba se constituindo como um nicho privado – seu *ethos* – dentro do sistema público de ensino de Mesquita.

Essa postura, inclusive, fornece motivo para a formação de certas tensões que podem ser percebidas quando Beatriz sinaliza que os professores da escola particular não fizeram o mesmo que – por credence popular – muitos professores da escola pública “fazem”, que é “dar aula de qualquer jeito”⁸¹. Enfim, entendemos que neste momento ocorre uma cisão representativa do magistério público e privado, uma identidade de si (oriunda do *ethos* privado) e uma identidade do outro (relacionada ao *ethos* público) em tensão (DUBAR: 2005).

De outro lado, os professores cooperados – contratados pela Multiprof – chegaram ao município com uma trajetória profissional “zero”, por serem recém-formados e/ou nunca terem trabalhado em escolas antes. Segundo relatos das entrevistadas, a maioria dos professores da Multiprof começou a trabalhar nas escolas herdadas, junto aos professores oriundos de Nova Iguaçu.

Portanto, os professores da Multiprof – que só possuíam um *ethos* de formação – entram de imediato em contato com o *ethos* do funcionalismo público, desenvolvendo uma identidade profissional mais próxima a dos professores concursados. No entanto, como veremos no item a seguir, essa convivência não foi, de modo geral, harmoniosa, havendo tensões entre os professores na construção dessa identidade profissional, o que nos remete a Bauman (2005), quando este afirma que a construção da identidade (neste caso, a profissional) se dá como em um campo de batalha.

Após o término do contrato da Multiprof – que durou apenas o ano de 2001 –, os professores – cooperados que participaram e foram aprovados no processo seletivo de contrato pela prefeitura (como foi o caso de Gabriela) ou foram diretamente indicados

⁸¹ Uma alusão equivocada à autonomia de metodologias e planejamento do professor no ensino público.

pela direção (como aconteceu com a professora Mara) para esse novo contrato – precisaram, em sua maioria, ser redistribuídos, pois havia mais escolas disponíveis para a alocação, como, por exemplo, as escolas alugadas. Entretanto, quando algum desse professor ia para uma escola que fora alugada, já se incorporava a ela com uma experiência anterior, vivenciada junto a professores oriundos de Nova Iguaçu, funcionários públicos.

Nessas escolas particulares alugadas, portanto, a tensão entre os *ethos* era ainda mais explícita, já que havia uma verdadeira colisão de *ethos*: professores contratados pela prefeitura oriundos de escolas particulares, acostumados a desenvolver um estilo de docência mais ligado aos princípios privados; e novos professores contratados recém-chegados às escolas particulares alugadas, ex-contratados pela cooperativa Multiprof – e que já haviam atuado junto a professores concursados oriundos de Nova Iguaçu –, desenvolvendo um *ethos* público nessa experiência.

Por fim, percebemos que essa questão do *ethos* ainda possui outros desdobramentos, caso nos atentemos para a fala de Guilherme – professor concursado – ao se referir aos contratados pela Multiprof: “[...] Eles eram comprometidos com político, e nós éramos comprometidos com o ensino”. Daí se depreende que os professores concursados teriam sua prática marcada por um *ethos* pedagógico e educacional, já que, além de terem passado por um concurso, também teriam a seu favor tempo de sala de aula. Os professores da Multiprof, por outro lado, teriam apenas o seu cacife político, portanto uma prática carregada de “politicagem”.

Logo, percebemos que o amalgamento dos três agrupamentos de professores não se desenvolveu sem fissuras, como veremos a seguir ao explorarmos outra questão desse mesmo “quebra-cabeça”.

3.3.2 TENSÕES ENTRE PREFEITOS

Outra tensão que também se mostrou interessante de ser ressaltada para um melhor entendimento de nosso objeto de estudo diz respeito àquela que foi estabelecida entre os prefeitos de Nova Iguaçu e Mesquita – Nelson Bornier e José Montes Paixão,

respectivamente – durante os primeiros dois anos do município de Mesquita (2001-2003), na medida em que afetaram principalmente os professores concursados oriundos do município-mãe.

Portanto, além de perder mais uma parte de seu território com a emancipação de Mesquita, Nova Iguaçu sofreu uma redução de nove escolas em sua rede municipal de ensino, visto que as nove unidades – conforme Quadro 4 – que estavam no território de Mesquita, ficaram sob tutela da cidade emancipada. E, com certeza, esse acontecimento não foi bem aceito pela administração de Nova Iguaçu.

Porém, a questão mais difícil ainda estava por vir: o que aconteceria com os professores concursados – oriundos de certames públicos anteriores a 2000 – que integravam, até antes da emancipação, o quadro docente iguaçuano? A falta de resposta para essa questão, conforme descrito anteriormente causou atritos e estranhamentos entre prefeituras e concursados, envolvendo até o Sepe na luta pelo direito dos professores em obter essa resposta; e que como um “segredo de Estado”, ninguém queria revelar:

A princípio foi uma briga de prefeito. O Bornier, na época, que era prefeito de Nova Iguaçu votou um decreto dizendo que nós éramos de Mesquita; o prefeito de Mesquita mandou um decreto dizendo que nós éramos de Nova Iguaçu. Foi esse o nível da conversa. E aí foi uma loucura, porque nós não sabíamos pra onde iríamos, não sabíamos como ia fazer, não sabia nada. E nós perdemos nossas férias inteiras naquele ano de 2001, de 2000 pra 2001 correndo atrás disso, sem saber pra onde nós íramos (Alice – Professora concursada).

Como já visto, os quatro professores entrevistados desse grupo relataram que a emancipação trouxe insegurança e angústia para os 127 professores que se encontravam nas escolas herdadas em território mesquitense. A incerteza sobre os próximos passos a respeito da municipalização tanto motivou professores a reclamar seus direitos em reuniões e ofícios, quanto levou alguns a se acomodar e aceitar a nova condição: ser um funcionário concursado de uma cidade recém-criada, apesar de saber que não haveria garantia de preservação de seus direitos enquanto professor concursado por outro município⁸² – a respeito de plano de carreira, estatuto municipal do servidor público, lei

⁸² Conforme a Lei nº 3523, de 25 de setembro de 1999, Art. 6º – O Município de Mesquita, enquanto não contar com legislação própria, reger-se-á pela do Município de Nova Iguaçu, obedecidas as disposições da

orgânica –, já que prefeitura e secretarias de Mesquita se encontravam ainda em um estágio de desenvolvimento.

Portanto, se por um lado, ao ter seu quadro de escolas municipais reduzido, a Semed-NI não tinha a certeza de obter novas 127 vagas, referentes ao número de professores que perdera para a Semed-Mesquita, por outro, a recepção a esses concursados que foram para Mesquita não foi a mais calorosa de todas, uma vez que eram considerados “forasteiros” pelas autoridades mesquitenses, que os julgavam ser uma ameaça à identidade local, recém-constituída. Uma espécie de “câncer”⁸³:

E nós éramos os foragidos, porque nós estávamos tirando vaga de cabo eleitoral dos políticos [...]. Então, por exemplo: eles queriam porque queriam tirar a gente daqui, só que a cidade ela é obrigada pela lei, que regia a emancipação⁸⁴, a absorver, um percentual de funcionários que trabalham naquele município. E nós estávamos enquadrados dentro dessa lei, dentro da nossa vontade. Só que, a gente enfrentou barras violentíssimas, porque aqui tinha funcionário fantasma; aqui tinha pessoa que não precisava... Tinha amantes de políticos; aqui tinha tudo o que não prestava. Mas quando o prefeito vinha na escola, ele era Deus, né. A secretária já vinha na frente, apavorada, que tinha que preparar o banquinho real para receber (Guilherme – Professor I, concursado).

Nesse caso, percebemos que esse tipo de processo gerou além de tensão, descontentamentos bastante fortes que ao mesmo tempo expressavam as entranhas de como foi levado a cabo esse tipo de política. Mostram que a montagem dessa engrenagem sempre “sai caro” para alguém.

Consequentemente, essa tensão entre administrações públicas que ao mesmo tempo atingiu seus próprios funcionários pode, inclusive, ser percebida a partir de dois lados em contraste: enquanto os funcionários públicos buscavam legitimar seus direitos, a administração pública era quem decidia se atendia às suas reivindicações regulando a

Lei Complementar 59 de 22 de fevereiro de 1990. Embora esse artigo esclareça que o município criado continuava a seguir as leis de seu município-mãe enquanto não tivesse suas próprias legislações, o medo e a incerteza – frente às mudanças e pressões sofridas pelos concursados – eram maiores do que tal observação.

⁸³ Expressão frequentemente repetida pela professora Alice em sua entrevista. Guilherme e Sara também fizeram alusão ao concursado ser visto como “uma doença”.

⁸⁴ Tal referência não foi encontrada na lei que rege a emancipação de Mesquita e não foi encontrada nenhuma lei complementar ou emenda – como visto em pesquisa sobre a emancipação de outros municípios brasileiros –. O professor se refere a leis complementares e emendas que assegurem que, no mínimo, 50% do funcionalismo público alocado no novo território permaneça na cidade emancipada.

forma como as questões solicitadas seriam solucionadas; ou seja, dois lados da moeda, dois pontos de vistas – a reivindicação do funcionário e o que é ou não concedido pela prefeitura – que quase sempre não estão de acordo.

Além disso, já deixamos claro anteriormente que essa questão ainda implica a diferença crucial no atendimento ao professor II e professor I – havendo reuniões para atender a apenas uma das categorias (PI), enquanto para a outra categoria (PII) as informações sobre tais reuniões eram difíceis de serem obtidas, segundo a fala de Alice.

Quanto à trajetória no funcionalismo público de cada entrevistado, pudemos perceber que, mesmo Sara, Guilherme e Bruna – que já possuíam alguns anos trabalhando como servidores públicos e uma trajetória profissional maior –, com anos de magistério em Nova Iguaçu, não se enquadraram no grupo dos que retornaram à Nova Iguaçu após uma rápida passagem por Mesquita, já que não estavam perto da aposentadoria, nem estavam cumprindo estágio probatório. Então, por que voltaram a Nova Iguaçu, se não atendiam os critérios para esse retorno?

Já Alice, recém-concursada por Nova Iguaçu e em estágio probatório, portanto, devendo retornar ao município-mãe, aceitou esse critério a contragosto; o que a fez participar de várias ações para conseguir seu direito de permanecer em Mesquita. Inclusive, recorre a uma liminar judicial coletiva:

Essa liminar foi, mas aí teve uma história antes. O que aconteceu? Iniciamos as aulas, e aí nós forçamos um início das aulas, porque a gente queria entrar em sala de aula no exercício pra garantir a nossa estada no município; Aí quando nós entramos na turma, no ano... eu peguei um 4º ano com 60 alunos na sala, o meu diário era completo, e entramos pra sala. No meio da aula veio a diretora dizendo que a gente tinha que sair da sala de aula, que nós tínhamos que sair. E a gente dizia: “Não, nós vamos ficar, nós somos funcionários”. E aí fomos pra prefeitura, o prefeito José, a secretária nos atenderam dizendo que nós pertencíamos a Nova Iguaçu, e era pra lá que tínhamos que voltar. E a gente dizia que não, que ele emancipou, pegou os prédios, pegou tudo e tinha que pegar a gente também. E aí nós fomos para a luta, para a briga, e foi uma briga muito desleal, porque a gente ficou sem saber pra onde correr. E o Sepe fazendo uma reunião, eu lembro muito de alguns vereadores que tentaram nos defender, outros não se envolveram. E a gente começou, quem tinha conhecimento, buscar esses vereadores, esses políticos; nós que não tínhamos conhecimento, ficávamos à mercê da decisão dos prefeitos. E aí nós fomos nessa reunião com um prefeito, saímos muito triste e ele decidiu: quem recebeu o pagamento, é de Mesquita; quem não recebeu, é de Nova

Iguaçu. Nesses termos, assim que foi dividida a nossa vida. Eu não recebi pagamento, aí eu tive que voltar pra Nova Iguaçu. Fui chorando, nós nos abraçávamos, foi uma choradeira, quem teve que ir, e as pessoas nos defendendo. Os professores mais antigos, eles não ficaram mesmo; muito antigos, perto de se aposentar, porque em Mesquita estava nascendo, como já ia ficar um professor aposentado? Esses tinham que ir mesmo. Então fomos, assim, numa comoção muito grande, sabe. E aí chegamos em Nova Iguaçu. Aí o pessoal: “Calma, acabou. Acabou, acabou. Agora a gente vai lotar vocês e tudo (Alice, professora concursada).

Nessa “briga de prefeitos” como Alice destaca, os professores concursados viveram um período de desestabilizações, sendo remanejados de município sempre que um novo decreto-lei era publicado, devolvendo-os, assim, para Nova Iguaçu ou para Mesquita.

A mesma entrevistada relata que diretores⁸⁵ de escolas herdadas, em Mesquita, chegaram a expulsar professores concursados, oriundos de Nova Iguaçu de sala de aula. A hipótese que pode justificar esse tipo de prática é a de que para os mesquitenses, talvez fosse necessário criar novas vagas de professores, para alocar os contratados cooperados, grupo composto por professores moradores de Mesquita, indicados por políticos locais; e não compor um conjunto de professores cuja procedência fosse justamente aquela de quem os mesquitenses queriam se separar: Nova Iguaçu.

Segundo nossa percepção essa prática acaba gerando uma inversão de valores: enquanto concursados⁸⁶ eram “convidados a se retirar” de Mesquita, contratados, indicados politicamente e inscritos na cooperativa Multiprof, chegavam às escolas.

Esse fato e a forma como os professores concursados eram vistos – como os “intrusos” de Nova Iguaçu –, nos leva a crer que, naquele momento, o prefeito de Mesquita e os seus vereadores buscavam fortalecer uma identidade local a partir de sua própria rede social e política, negando interferências de sujeitos “forasteiros”, como os professores que não residiam em Mesquita, apesar de serem concursados. Principalmente demonstra o modo de se fazer política entre os municípios que buscam sua emancipação:

⁸⁵ Cargo comissionado, indicado por políticos locais.

⁸⁶ Tal fato é relatado por todos os entrevistados como uma denúncia ao interesse particular do prefeito e de vereadores em manter um “bairrismo”. Ou seja, a preferência em ter como funcionário, o “protegido” político do próprio município ao invés do concursado oriundo do município-mãe, que, dentro dessa lógica, não teria a confiança dos políticos do município recém-criado.

Aí tinha o grupo dos efetivos e o grupo dos contratados, e eu entrei ali, em maio, naquela situação. [Acha graça]. E pior, o salário era diferenciado: os efetivos tinham o salário de Nova Iguaçu, que na época era R\$ 400,00; e o contratado tinha o salário de Mesquita, que na época era R\$ 600,00. E o que fazer numa situação revoltante dessa, né? Trabalhar. Começamos a trabalhar e reivindicar, que nós queríamos os mesmos direitos e sempre a mesma fala: “Vocês não são daqui, vocês são de Nova Iguaçu, vocês não pertencem à Mesquita”. Essa fala nós ouvimos muito, muito mesmo. E aí a gente começou a se defender: “Não, nós somos daqui, sim. Somos concursados, não tivemos culpa de quem foi emancipado e somos daqui, sim, e temos direito, sim”. E aí fomos pra briga, e aí alguns vereadores do Sepe conseguiram a equiparação salarial e passamos a receber no mesmo dia, porque até o dia era diferenciado, e com o mesmo salário, mas tudo com muita luta (Alice, professora concursada).

Talvez assim, mantendo apenas prioritariamente os professores contratados – e desestimulando os professores concursados, encarados como “resquício de Nova Iguaçu” –, que eram moradores de Mesquita, na secretaria, fosse o modo mais fácil e prático de garantir o seu domínio sobre seus funcionários e, desse modo, ainda exacerbar um localismo (SANTOS: 1997) pelo fortalecimento pelas suas próprias forças locais.

Nesse caso, podemos afirmar que esse tipo de prática estaria garantindo a formação de um funcionalismo que, apesar de se constituir a partir de três agrupamentos – concursados, contratados oriundos de escolas particulares e contratados cooperados da Multiprof – seria, segundo o desejo da administração de Mesquita, forjado, prioritariamente por aqueles professores nomeados por políticos locais. Assim, essa diversidade dos grupos seria aos poucos homogeneizada por conta de um expediente político. Ou ainda, acima da diversidade identitária profissional dos três grupos, a administração de Mesquita produz uma identidade profissional política – os contratados e indicados por políticos de Mesquita – que passa a ter o maior valor no município.

Os professores concursados entrevistados, portanto, depois de muita pressão, por desejarem ficar em Mesquita, retornam a suas escolas de origem – apesar de alguns, que haviam optado por Nova Iguaçu, como Guilherme, irem a contragosto, nos mostrando que esse impasse perdura por algum tempo.

Essa situação, no entanto, só foi regulamentada em Mesquita pelos Decretos nº

313/314, de 13 de outubro de 2005, assinados pelo prefeito Artur Messias⁸⁷, que decide pôr fim a essa indefinição.

Entretanto, apesar dessa decisão do novo prefeito, a prefeitura não se vê livre de contratações, já que no mesmo ano juntamente com a Multiprof – cooperativa que geria empregos por contrato, em secretarias e prefeitura –, sofreram um processo do MPE-RJ, pela inconstitucionalidade em ter um quadro de funcionários públicos que se constituía, na sua maioria, por contratados.

Nesse caso, nos perguntamos: seria essa regulamentação dos funcionários concursados por Nova Iguaçu, um sinal do apaziguamento das tensões entre prefeitura e concursados ou apenas uma lei “para inglês ver”, de modo a constar nos censos educacionais um número menos inconstitucional de contratados? Ou seria esse o sinal de mudanças políticas promovidas pelo novo prefeito, que já encontrava um município mais estruturado e pronto para realizar seu primeiro concurso público?

3.3.3 TENSÕES ENTRE CONCURSADOS E CONTRATADOS DA MULTIPROF

Uma terceira tensão também interessante e que mostra a montagem do nosso quebra-cabeça é aquela que existiu entre concursados e contratados da Multiprof durante o período de 2001-2005, havendo, inclusive, alguns choques de *ethos*, como destacado anteriormente.

Daí que ao mesmo tempo em que Alice, concursada por Nova Iguaçu, ao se fixar em Mesquita afirma em relação aos contratados “somos todos professores”, Guilherme, outro concursado, percebe uma diferença no interior deles próprios e acirra as tensões quando se refere aos contratados da Multiprof: “[...] eles eram comprometidos com político, e nós éramos comprometidos com o ensino”.

Aqui percebemos claramente o que Dubar (2005) quer dizer com uma identidade profissional visada em contraposição às identidades reais do “ser professor”. Ou seja, o

⁸⁷ O prefeito Artur Messias foi o segundo prefeito eleito em Mesquita. Político que cresceu na cidade de Mesquita e ex-professor do estado, Artur adotou uma postura mais aberta ao diálogo com os professores concursados oriundos de Nova Iguaçu, reconhecendo-os, conforme decretos explicitados, sua contribuição para com Mesquita e assim, como professores deste município.

concurso público não só legitima a identidade docente, como também o coloca como um pré-requisito para a conquista de uma identidade profissional visada: aquela comprometida com o ensino e a educação e não com os políticos.

Em meio a toda essa história, enquanto alguns concursados foram devolvidos à Nova Iguaçu devido à força da política local mesquitense que queria que seus funcionários fossem fieis à Mesquita, algumas turmas ficaram sem professor, “obrigando” a prefeitura de Mesquita a criar novas escolas por meio de aluguel e, conseqüentemente, contratar novos professores, conforme seu desejo. Ou seja, encontrou-se assim a justificativa perfeita para a formação de um processo seletivo para contrato de professores, pela cooperativa Multiprof e, posteriormente, por contrato de escolas particulares; gerando a partir daí uma verdadeira “guerra”, conforme palavras de Sara – professora concursada oriunda de Nova Iguaçu – quando se refere aos contratados da Multiprof:

Era uma guerra total. Eles achavam assim, que a gente estava aqui como intruso, porque nós não deveríamos ter ficado aqui, porque nós estávamos ocupando um lugar que seria deles, E... Não era. [...] O efetivo é aquele professor que sempre, assim: criava problemas, entre aspas, porque o que estava errado a gente sempre falou. Tudo o que está errado, a gente sempre apontou. Todo mundo teve a liberdade de abrir a boca e dizer: “Está errado, a gente tem que fazer de outro jeito”, né. Isso não pode acontecer, a gente não pode se calar, sabe, fingir que não está vendo. Ter o direito de discordar, e isso acabava incomodando quem queria, (Sara, concursada por Nova Iguaçu).

Acreditamos que se os professores da Multiprof puderam desenvolver seu *ethos* pedagógico junto aqueles concursados que já possuíam uma visão pública da educação, de modo geral essa convivência não foi fácil, pois segundo as afirmações acima e as abaixo, concursados e contratados, em sua maior parte, utilizaram-se nesse momento de algumas palavras-chave – “desigualdade”, “perseguição” e “olhares tortos” – que descreve bastante bem a relação entre eles. Porém, como eles próprios resumem, “culpado é o próprio sistema”:

Vou falar até da gestão do prefeito Paixão quando ele criou o contrato. Meu Deus, aquilo foi assim, horrível. Apesar de eu não ter sido contratada, eu senti que ali havia muita desigualdade, assim: o grupo

dos contratados e o grupo dos efetivos. Aquilo eu sentia uma perseguição, sabe, fora de série. Quer dizer, elas não eram nem culpadas, né. Culpado é o próprio sistema. Mas então é aquele caso: Elas tinham que fazer um trabalho bem feito porque havia o relatório etc. e etc., e a gente não. Quer dizer, não era bem assim – claro que a gente estava ali, era um conjunto, foi colocado assim várias cotas, vários conselhos, várias reuniões pedagógicas que a gente tinha que participar, lógico, do contexto que a gente estava, realmente, querendo a mudança. Mas eu sentia muito a perseguição na pele por causa desse nome (Bruna – professora II concursada).

No primeiro ano, tinha alguns funcionários que eram efetivos de Nova Iguaçu, que olhavam a gente com discriminação, porque não éramos concursados e então eu sentia que não era, não tinha o acolhimento, não tinha aquela integração do grupo. Não era assim, era dividido. Eram contratados cooperados de um lado e concursados de outro, que eram o pessoal de Nova Iguaçu. Ficou muita gente no município que eu não tenho até hoje. Eram os oriundos de Nova Iguaçu que ainda estão até hoje (Gabriela – contratada pela Multiprof).

Tinha aquelas panelinha [sic]. A gente chegava contratada. Viravam a cara, aqueles negócios todos, sabe? [...] Eles [concurados] ficavam na boa vida e a gente que trabalhava era muito. A gente ralava, mas ralava era muito, até... Festa, então, a gente é que fazia. Dava o sangue nas festas. E isso tinha, essa diferença aí legal (Mara – contratada pela Multiprof).

As disparidades aqui entre os contratados oriundos da Multiprof e os concursados eram sentidas no dia a dia escolar, pois, ainda que os contratados tivessem uma trajetória profissional curta, precisavam “dançar conforme a música”, uma vez que enfrentavam ameaças de terem seu contrato cancelado, caso não cumprissem as metas estabelecidas pela direção escolar e Secretaria de Educação, de “fazer aquela escola maravilhosa”, ou seja, com o nível de ensino de uma “escola particular”.

Aspecto que pode ser entendido a partir de Mara e Bruna a seguir: Mara se referindo a ameaças ouvidas em sua escola e Bruna nos mostrando que quem deveria provar que poderia construir uma escola de qualidade era os contratados, já que segundo o senso comum, os concursados não precisariam provar nada, uma vez que o concurso já legitimara anteriormente a competência desse professor:

Ó, vai chegar – como é que se fala? – Inspeção! Vocês cuidado, que não sei o quê, cuidado!” – Como é que é? “Esse contrato, manda ela embora,

leva embora”, que não sei o quê... Era assim, era através de chibatada (Mara – professora contratada pela Multiprof, relatando ameaças que costumava ouvir de diretores na escola em que trabalhava, na época do contrato).

Porque é como se eles não falassem a nossa língua. Eles já nos vissem – é vissem, né? – diferentes. É aquele caso que eu te falei: como se existisse dois grupos, nós efetivos e eles, contratados. Como se fossem os efetivos x contratados. Então eles tinham que fazer aquela escola maravilhosa, como se a gente não precisasse disso. Lógico, eu estava no mesmo barco, é pra remar do mesmo jeito. Mas eu percebi que eles queriam fazer daquela escola – não sei se em outra escola é também assim – uma escola particular, uma escola pra mostrar, e não uma escola que desse conta do ensino, da aprendizagem. Lógico que isso inicialmente estava no contexto, mas era muito difícil, nossa senhora. Eu acho que eles vinham mesmo de escola particular e queriam fazer de uma escola pública, uma escola particular. Sabia que tinha casos de crianças que não aprendiam... (Bruna – professora II, concursada).

Logo, essa tensão revelava uma distinção entre uma identidade docente já firmada – concursados e oriundos de escolas particulares – e outra ainda a ser construída (professores da Multiprof). Enquanto alguns já possuíam um saber prático – experiências prévias em rede pública e privada, criando uma dicotomia no modo como concursados e oriundos da escola particular encaravam seu *métier* –, outros – cooperados da Multiprof – encontravam-se em processo de iniciação à docência na rede pública. Uma oportunidade de obterem uma socialização profissional (DUBAR: 2005) juntamente com os professores concursados, o que implicaria a possibilidade de desenvolverem um *ethos* pedagógico similar ao do professor da rede pública.

Porém, se os professores da Multiprof. Tem condições de criar um *ethos* profissional vinculado às experiências que vivenciaram junto aos concursados, esse encontro reverbera novas tensões, no momento em que o contrato pela Multiprof é cancelado e se inicia um processo seletivo de contrato assinado⁸⁸ diretamente com a prefeitura.

⁸⁸ O contrato pela Cooperativa Multiprof dura apenas o ano de 2001. Os contratos diretos pela prefeitura ocorrem do ano de 2002 até o final de 2005.

3.3.4 TENSÕES ENTRE CONTRATADOS

Podemos compreender que parte de toda tensão entre os grupos de concursados e contratados foi fruto do *modus operandi* ao qual os diferentes perfis de professores estavam submetidos: os concursados respondiam diretamente ao poder público e buscavam nele também a sua valorização como servidor; enquanto os contratados da Multiprof, em sua maioria, se baseavam no alcance de forças políticas ou indicações de pessoas próximas de autoridades locais com quem se relacionavam. Aspecto esse que condicionava o contrato do professor a seu vínculo político.

É importante salientar que os contratados não apresentam uma “uniformidade” entre si: além de suas trajetórias profissionais diferenciadas – como visto nos perfis delineados de cada grupo no início deste capítulo –, suas origens e socializações profissionais criam um distanciamento entre professores ex-Multiprof e contratados de escolas particulares.

Primeiramente, compreender o dia a dia desses professores nos leva a ver que os ex-contratados da Multiprof sofreram um desgaste maior, pois lecionavam sob tensão, à base de “chibatadas”, segundo os entrevistados; o que gerava um mal-estar docente (ESTEVE: 1999), como Gabriela nos relata, a seguir.

Pela Multiprof, o salário era bem menor, era um salário mínimo, se eu não me engano. Era um salário bem inferior ao salário que era o salário base do professor. Não tínhamos férias, não tínhamos 13º. Não tinha direito a nada. Nem podia faltar. Só faltava colocar a gente no tronco e dar chibatada. Que eu me lembro que era uma época bem... Não aceitavam atestado médico. A gente tinha que trabalhar do jeito que estava, porque senão a Multiprof cortava. Então a gente tinha que ir até doente. Com atestado, mas tinha que trabalhar (Gabriela).

Os entrevistados contratados oriundos de escolas particulares alugadas também relataram sofrer com as condições de trabalho e remuneração atrasada, sendo que o aluguel das escolas particulares e o contrato pela prefeitura “salvou” a todos, nos fazendo crer que esse foi um bom negócio para os proprietários das escolas particulares que foram alugadas pela prefeitura: a escola que devia e estava prestes a falir; e os professores, que

passaram a receber, em dia, um salário maior, pelo mesmo trabalho que já desempenhavam.

Quando os contratos pela prefeitura começaram, os professores que antes eram cooperados pela Multiprof, em um segundo momento, também foram trabalhar nas novas escolas criadas por aluguel. Assim, inevitavelmente, novas tensões surgem, entre direção e professores, no dia a dia:

[...] Depois eu fui transferida como contratada, eu fui transferida pro Maria Isabel, onde a diretora ali... Era uma escola, o prédio era dela, era alugado e era uma escola particular, e ela achava – eu entrei ali também como contratada ainda – e ela achava que eu tinha que tirar dinheiro do meu bolso, que eu tinha que pagar tudo, entendeu? Agindo, achando que aquilo era uma escola ainda dela. Ela queria que o nome dela, como diretora, fosse o melhor do município e ela queria ganhar as honras nas nossas costas. Eu tirava muito dinheiro do meu bolso na época, até que comecei a bater de frente com ela, porque eu não aceitava isso que eu via. Entendeu? E aí ela até me devolveu. Ela me devolveu para a prefeitura. Eu fiquei um ano ali e ela me devolveu. Só que eu consegui voltar. [...] Naquela escola ali, foi a que eu mais sofri. Deus que me perdoe. Os dois anos que eu fiquei ali, foram os piores para mim (Gabriela, professora contratada pela Multiprof e posteriormente, por contrato direto com a prefeitura).

Se você não trabalha direito, você, né, vai ser mandado embora. Se você não faz o que pedem, corre o risco de ser mandado embora. Aí vem aquela história: “Ah, pode não formar uma turma pra você”. Então você também corre o risco. Tudo isso. Então comparando, pra mim é igual (Roberta, professora de escola particular contratada pela prefeitura).

Tal como no grupo de concursados, aqui também se revela uma crise de identidade, sustentada por uma hierarquia existente entre os contratados de modo geral; tendo em vista alguns critérios – origem, tempo de trabalho, modo como a prática docente é desenvolvida –, que intensificam a diferença entre eles.

Assim, à medida que a direção da escola alugada se mantém a mesma da época em que a instituição de ensino era uma escola particular, o *ethos* privado no que diz respeito à metodologia e avaliação, por exemplo, também permanece o mesmo, criando uma série de conflitos com os professores contratados da Multiprof que por já haviam tido a oportunidade de se socializarem profissionalmente com os professores concursados oriundos de escolas públicas de Nova Iguaçu; portanto, chegam a essas escolas alugadas

com o que aqui denominamos como sendo um *ethos* docente com viés público:

Assim, nós esperávamos a pessoa que estava vindo, pra ver o quê que ela trazia de novo. Algumas eram pessoas boas, outras... Já vinham com interessante, realmente, do trabalho, de realmente fazer a educação acontecer. E outra, você já percebia que já queria... Então, a gente já se distanciava, né. Então, aí começava a panelinha, né. As pessoas que queriam uma coisa, outras que não queriam. A nossa reivindicação era sempre nas questões de conversa, era isso. Nós recebíamos a mesma coisa pra fazer muito mais do que outras pessoas. E reuniões sempre na casa da diretora – nós, somente, né. Nós falávamos isso: “poxa, a gente trabalha tanto pra o outro grupo receber a mesma coisa e não faz nada. Só a gente. A escola é falada, por quê? Por causa do nosso... Só o nosso trabalho”. Então, ela sempre falava pra gente: “Ó, vamos fazer o que a gente tiver de melhor, esquece o pessoal”. Então, a gente botou isso na nossa mente. Então, não tinha muito questionamento (Beatriz, professora de escola particular contratada pela prefeitura).

O modo, como as reuniões pedagógicas nessas escolas se tornavam verdadeiros campos de batalha (BAUMAN: 2005), mostrava o confronto entre professores que, em última instância, expressava identidades profissionais bastante diferenciadas que, conseqüentemente, atrelavam-se à trajetória profissional e a socializações (DUBET; MARTUCCELLI: 1997) – também distintas:

Eles (contratados ex-Multiprof) achavam assim, porque nós já estávamos lá há mais tempo, porque a gente pegou o período do particular, então eles achavam que a gente tinha mais afinidade com a diretora. Que a diretora gostava mais de nós, tinha um carinho maior por nós, então eles se sentiam, assim meio que excluídos (Roberta, professora de escola particular contratada pela prefeitura).

Nós éramos tidas como as queridinhas. Nós éramos capacho dela: tudo que ela queria, nós fazíamos. Acho que também por medo que se nós não fizéssemos... Hoje, eu não vejo por essa forma. Hoje, eu vejo como se ela tivesse feito algo que, tipo assim, nós fomos manipuladas por ela (Beatriz, professora de escola particular contratada pela prefeitura).

Entretanto, como dissemos no início da dissertação, fato esse que foi confirmado ao longo das entrevistas, alguns professores contratados conseguiram, por meio de

processos judiciais, ser enquadrados ao funcionalismo público, sem concurso, por tempo de contribuição ao crescimento do município⁸⁹:

Eu trabalhei como contrato. Foi um ano de Multiprof e quatro anos como contratada. Porque muita gente, inclusive, botou na justiça – que eu nem sabia – que a pessoa... Eu não sabia, eu não fui orientada por advogado, por coisa nenhuma, que quem trabalhasse pelo contrato mais de três anos, tinha uma tal de uma causa que ganhava lá; entrava com o processo e ganhava. E teve gente que eu soube que ficou efetiva no município por conta de tantos anos que fez o município crescer, dedicação, uma boa profissional, um monte de coisas. Aí botou na justiça e entrou. Eu conheço duas amigas minhas que estão lá por conta disso. Ganharam na justiça e eu não sabia e dei mole (Gabriela, professora contratada pela Multiprof e posteriormente, por contrato direto com a prefeitura).

Então, cabe a pergunta: esse fato ameniza as tensões ou acirra? Ou ainda, como ficou a situação dos contratados frente ao primeiro concurso público que é realizado em 2006? Ou seja, aos professores da Multiprof com o fim do contrato e o desconhecimento de muitos sobre ações judiciais que poderiam criar essa oportunidade – como acontecera para alguns professores, segundo entrevistados –, a saída para a continuidade de sua trajetória docente é “encarar” primeiro concurso público de Mesquita.

3.4 UMA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO “AZEITADA”: A PRIMEIRA CONFIGURAÇÃO PÓS-TENSÕES

Em meio a um balaio de tensões – oriundas de diversas esferas –, cabe a secretaria municipal pensar em ações que promovessem algum equilíbrio entre os diferentes grupos que compunham o quadro docente de Mesquita, uma vez que era

⁸⁹ Não tivemos tempo hábil para poder entrevistas esses professores, uma vez que não obtivemos resposta do convite enviado para entrevista. Também não foram encontrados esses dados em *Diário Oficial* e documentos locais, em pesquisa *online*.

necessário mostrar que seu sistema de ensino se consolidava, ainda que grande parte desses primeiros seis anos tivesse sido bastante conturbado.

Pudemos perceber que se os três grupos de professores – concursados de Nova Iguaçu, contratados cooperados e contratados de escolas particulares alugadas – passaram por intensos conflitos que exprimiam diferenças bastante grandes – trajetória, formação, vínculo ou não com políticos de Mesquita –, o poder público precisaria não apenas conter o descontentamento de professores, mas também encontrar saídas para muitos dos impasses que a emancipação havia criado.

Portanto, nos perguntamos: se os professores lecionaram em um estado contínuo de tensões, como estas foram apaziguadas? Como poderiam ser minimizadas? Para tal, a Semed precisaria criar certas táticas (CERTEAU: 1982) para assim conseguir atingir a estratégia de consolidar uma identidade profissional que conferisse identidade local própria ao professor da rede mesquitense. Ou seja, a Semed teria que criar táticas inteligentes para que no interior da heterogeneidade dos três grupos emergisse um quadro de homogeneidade favorável à constituição coesa do próprio sistema de ensino municipal. Portanto, seria possível apaziguar as diferenças apenas com ações empreendidas pela Semed?

Segundo alguns relatos dos entrevistados essa tática é percebida por meio da criação por parte da Semed de uma agenda de reuniões, cursos de atualização e eventos com a finalidade de se explicitar o discurso educacional do município recém-criado. Além disso, esses cursos serviram para a troca de experiências entre os docentes, bem como permitiu que pudessem conhecer melhor a realidade do outro.

Outra iniciativa da Semed numa tentativa de se estabelecer como tal no município, foi a criação de um concurso que premiaria os professores com boas ideias aplicadas às práticas docentes. Segundo Alice e Bruna, professoras concursadas oriundas de Nova Iguaçu, esse concurso foi um meio de valorizar até a figura do professor concursado, pois a maioria dos relatos de boas práticas vieram desse meio, “o mais rechaçado de Mesquita”. Ou seja, numa demonstração de que os professores de Nova Iguaçu, acima de qualquer diferença política, estavam ali contribuindo para com a educação de Mesquita.

Porém, a iniciativa de um bom convívio, também partiu dos professores que, apesar das disputas acima descritas, também buscaram diálogo em suas escolas. Mostrar

à direção e aos colegas de trabalho que todos estavam dispostos a trabalhar fez com que os atritos no corpo docente da escola de Alice, por exemplo, fossem reduzidos:

[...] E aí comecei a estreitar o laço, a gente começou a ter uma convivência. Eu falava: “Gente, todos somos professores”. Então comecei eu e mais algumas colegas tentar assimilar. Quando eu cheguei, eu encontrei um ambiente muito hostil, até porque estava vindo de retorno alguns professores, e elas também se sentiam ameaçadas pelo nosso retorno. Então eu comecei a ponderar nesse sentido eu e algumas colegas. Mas eu soube – nunca aconteceu comigo – de casos muito de abuso. Comigo nunca aconteceu porque eu me dei o respeito e falei que comigo não ia fazer. E o que elas podiam fazer também. Aí eu comecei a conversar com a diretora, ela começou a ver que eu queria trabalhar, eu e outras colegas também, entendeu? Então aí começou a ter um respeito maior e mostraram que tinha efetivos bons, e tinha efetivos ruins; tinha contratados bons, e tinha contratados ruins. Não era esse critério que definia o bom ou o mal profissional. Era uma questão de ser um bom ou mal profissional independente do seu estado de contrato naquele ambiente, né. E aí elas começaram a ver, então começou a ter uma harmonia, mas foram alguns aninhos muito confusos (Alice, professora concursada).

O concurso público de 2006, motivado pelo fim dos contratos foi o início da configuração de uma primeira grande tentativa de homogeneização dos agrupamentos de professores. Ou seja, através do concurso se buscava, primordialmente, criar uma identidade no corpo de funcionários da educação desse município novo, que também estava se consolidando em outros níveis – político, social, econômico, cultural etc.

Portanto, com o concurso fomentou-se a formação de um “estatuto profissional”, que iria identificar o professor da rede pública mesquitense segundo um perfil único atrelado às características dessa localidade:

[...] A aceitação, a formação e a difusão de um código de deontologia entre os "profissionais" são apresentadas como componentes ligadas de um processo de aquisição de um estatuto "profissional" que permite, simultaneamente, regular a concorrência interna entre os práticos e pagar o preço da autonomia relativa concedida pelas autoridades legais (DUBAR: 2005, p. 104).

Na prática, então, essa primeira configuração pós-tensões se materializa em 2006 quando se dá o primeiro concurso público que proporciona a posse dos primeiros concursados ainda neste mesmo ano.

Portanto, os professores contratados de modo geral foram, aos poucos, tendo o cancelamento de seu contrato, uma vez que a partir do ano de 2006 não houve mais a renovação desses mesmos contratos.

Entretanto, essa suspensão não significou o cancelamento do aluguel de escolas particulares, nem o afastamento dos diretores já efetivados desde 2002, que permaneceram como tal até cerca de 2010, quando Mesquita intensifica a compra desses imóveis, é nesse momento em que são obrigados a entregar seus cargos para diretores da rede municipal.

Com o tempo, a rede se expande com a compra de terrenos e de escolas alugadas, havendo também a suspensão dos convênios.

A partir de uma breve constatação sobre a rede municipal de Mesquita durante o período de 2001 a 2006, podemos dizer que houve um aumento de mais de 200% na oferta de vagas. A criação de mais escolas e o próprio concurso de 2006 fizeram com que as tensões entre os professores fossem amainadas, na medida em que a partir desse ano, com o fim dos contratos, todos os professores passaram a ser efetivos: há mais contratados, mas há dois perfis de concursados: os oriundos de Nova Iguaçu e os oriundos de Mesquita, pelo novo concurso público.

No entanto, será que essa nova configuração da rede municipal conferia à Semed um sistema livre de novas tensões? As tensões anteriores teriam sido realmente apaziguadas ou novas formas de tensões – entre os professores concursados mais experientes e recentes, o governo, a gestão das escolas – ainda seriam reveladas? Essas questões fomentam mais investigações e representam parte do que pretendemos desenvolver em estudos posteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das investigações e da extensa revisão bibliográfica sobre trabalhos acerca da emancipação de Mesquita, podemos concluir que o modo como se desenvolve a trajetória dos primeiros professores do quadro docente de Mesquita, bem como a consolidação de seu sistema municipal de ensino estão relacionadas aos acontecimentos que antecederam a própria emancipação do município.

Nesse sentido, a análise de documentos públicos e as seis entrevistas⁹⁰ realizadas com professores que trabalharam para a rede municipal de ensino de Mesquita entre os anos de 2001 e 2005, nos permitiram problematizar tanto acerca do tipo de configuração educacional que se encontrava em construção naquele período quanto sobre a variedade de trajetórias de professores que ali estavam sendo constituídas.

Também nos demos conta que se já existe uma quantidade de estudos sobre a Baixada Fluminense, a riqueza da região e suas diferenças internas nos mostram que muito ainda há a ser escrito sobre essa temática, principalmente se tivermos como foco a educação. Especialmente se ainda levarmos em consideração a história de Nova Iguaçu, à medida que este município se desfragmenta em novas cidades emancipadas, sendo Mesquita, o caso mais recente.

Percebemos que as lutas engendradas pela população mesquitense e por suas forças políticas locais, de modo a conquistar a emancipação, que remonta à metade do século XX, não serviram apenas para promover o desmembramento factível de sua cidade-mãe, Nova Iguaçu, mas também para formar uma nova frente de poder local que ao buscar estabelecer uma identidade única à cidade, iniciará novas disputas, principalmente com os municípios vizinhos.

O movimento de municipalização, portanto, vai além de um tênue significado, sendo também a produção de um modo específico de fazer política que é: estruturar e consolidar uma base local de poderio político; privilegiar correligionários políticos; favorecer um bairrismo, de forma a agregar à localidade uma identidade “localista” – mesquitense –, em contraposição à identidade atribuída anteriormente, de outro município.

No caso específico de Mesquita, vemos isso acontecer assim que a prefeitura é

⁹⁰ Entrevistas aprovadas pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) da UFRJ. CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) nº 47295315.5.0000.5582. Projeto submetido em 24 de junho de 2015, aprovado em 13 de agosto de 2015.

instalada, em 2001. Ao longo dos seus primeiros seis anos (2000-2006), o município passa por momentos bastantes críticos, bem como seu recém-criado quadro de professores vivencia uma série de provações e angústias. E, como parte desse processo, conforme novas demandas vão surgindo, Mesquita irá ter que se reafirmar cada vez mais como cidade emancipada e que “caminha com as próprias pernas”. Terá, então, que criar novas táticas e estratégias (CERTEAU: 1994) para que seu intento chegue a um fim.

Uma vez que se fazia necessário construir, em caráter de urgência, um sistema de ensino próprio em Mesquita, vimos que dessa emergência “nasceu” um sistema de educação que precisou aproveitar as oportunidades que naquele momento pareciam as mais plausíveis: alugar escolas, contratar professores de uma cooperativa e trazer alguns professores de Nova Iguaçu para seu quadro.

Logo, se por um lado, Mesquita “herdou” algumas escolas municipais de Nova Iguaçu, por questões de territorialidade; por outro, buscou em convênios com instituições religiosas e alugueis de escolas particulares, a saída para o problema de vagas em escolas públicas que atendessem a todo o município.

No entanto, essa prática estabeleceu uma série de problemas que podem ser explicitados, através da riqueza dos depoimentos, da documentação escrita e de alguns poucos artigos de jornal, também nos mostrou que esse “imbróglio” só começa a ser desfeito com o primeiro concurso de 2006.

Assim, como visto, a primeira geração do magistério de Mesquita, ao se formar a partir de uma emergência, passa a se relacionar de modo bastante conflituoso, conforme já descrito, já que era marcado pela heterogeneidade, principalmente no que concerne a diferenças de trajetória identitária e profissional.

Logo, identificamos um grupo de professores concursados, atuando em escolas municipais de Nova Iguaçu, que passaram a pertencer à Mesquita e que não só se viu obrigado a aceitar essa nova “situação”, como também por uma questão da política local ficaram em um período inicial indo e vindo de Nova Iguaçu para Mesquita e vice-versa. Ou seja, enquanto não houvesse uma lei que formalizasse sua nova condição – funcionário de Mesquita ou de Nova Iguaçu – essa situação iria perdurar, já que as táticas empregadas pelos prefeitos de Nova Iguaçu e Mesquita buscavam na maioria das vezes delegá-los ao outro município a fim de que assim pudessem reafirmar seu poder local.

Além de ser um grupo marcado pelo descontentamento, esses professores foram

alvos de hierarquizações internas – entre Professor I e Professor II – promovidas pelas secretarias de Educação de Nova Iguaçu e Mesquita, já que o primeiro grupo pode participar de reuniões com os órgãos que administravam a locação de professores, enquanto o segundo mal sabia o que lhe aconteceria.

Ademais, os concursados não foram bem recebidos em Mesquita, por serem funcionários representativamente “forasteiros”; uma “mancha” ou um “câncer” – conforme as entrevistadas percebiam a si – na hegemonia identitária de professores mesquitenses contratados pela prefeitura e pela cooperativa Multiprof.

Enfim, essa situação enfrentada pelo grupo de professores concursados demonstra o modo de se desenvolvia a política entre os municípios que tinham como meta a sua emancipação, onde um localismo bairrista parecia ser soberano.

Por sua vez, havia também o grupo de professores contratados que, antes da emancipação, lecionavam em escolas particulares à beira da falência que ao serem alugadas pelo município de Mesquita, passam a integrar a rede municipal de ensino desse município.

Os professores oriundos dessas escolas particulares, e que se tornaram funcionários contratados, ao passarem a receber seus salários pela prefeitura sentiram-se, conseqüentemente, mais prestigiados socialmente acreditaram ter atingido um novo *status*: seu contrato com a prefeitura ainda que renovável de ano em ano, permitiu que sentisse uma estabilidade até então desconhecida, por trabalharem antes em escolas privadas e com dificuldades financeiras.

Ademais, pelo fato de o prefeito de Mesquita manter a mesma direção na gestão escolar, essa transferência pode ser vivenciada pelos professores de modo mais tranquilo, bem como permitiu que nessas escolas, agora públicas, se conservasse o *ethos* profissional privado: uma vontade de “fazer com que a escola municipal seja tão boa quanto uma escola particular”.

De outro lado, a representatividade desses professores para o poder público de Mesquita era bastante grande, posto que já eram considerados seu próprio povo, “seus próprios funcionários”, apesar de contratados. Entretanto, diferentemente dos professores concursados oriundos de Nova Iguaçu, que já possuíam um *ethos* profissional construído em uma escola pública, os contratados das escolas particulares, além de trazerem consigo um *ethos* profissional privado, também se estabeleceram a partir de um *ethos* político

mesquitense, aspecto fundamental para a Prefeitura de Mesquita naquele momento inicial de construção de seu sistema de ensino.

O último grupo se constitui pelos professores cooperados sob contrato de um ano – 2001 – com a Multiprof, cooperativa responsável por realizar os contratos do município, junto aos novos professores que viessem a ser necessários para cobrir as vagas do novo sistema de ensino que se encontrava em formação. Como professores inexperientes e recém-formados e, portanto, pouco prestigiados, começam a desenvolver um *ethos* similar ao público, visto que são alocados nas escolas herdadas de Nova Iguaçu, onde os concursados já trabalhavam.

Nesse caso, apesar de contratados, sua identidade profissional passa a ser forjada por meio de uma socialização profissional que tem como base o *ethos* profissional que aqui chamamos de público.

Frente a essas considerações percebemos que esses perfis podem se assemelhar em alguns momentos – como os concursados e os contratados de escolas particulares se assemelharam por já terem anos de experiência – e se diferenciarem em outros – como quando os professores contratados da Multiprof se diferenciam dos professores contratados de escola particular, pelo *ethos* desenvolvido pelos cooperados que iniciaram sua trajetória atuando junto ao grupo de concursados nas escolas herdadas, ainda que ambos os grupos de contratados tenham a mesma origem, um contrato.

E se essa movimentação é por si só rica, também assinala a própria complexidade desse tipo de estudo que não apenas traz à tona semelhanças e diferenças entre os três grupos de professores, mas também diferenças e semelhanças no interior de cada um dos grupos, que, se em um momento se aproximam, em outra, se distanciam.

Portanto, esse quebra-cabeça descrito acima, obriga a Semed-Mesquita a estruturar algumas estratégias para que assim possa “azeitar” o seu sistema de ensino. Lança mão de um concurso de práticas curriculares, cursos livres e, finalmente, de um primeiro concurso público, em 2006. Medida essa que fez com que os professores contratados fossem substituídos por novos concursados.

Nesse momento, acreditamos, houve certo “azeitamento” na secretaria e esse grupo heterogêneo repleto de tensões que constitui a primeira geração de professores de Mesquita foi se tornando – até onde nosso recorte pode nos indicar – um quadro docente mais homogêneo e uniforme, composto somente por concursados ou por contratados que

por meio de uma ação judicial conseguiram ser efetivados⁹¹.

Uma vez emancipada, a cidade de Mesquita precisou se reafirmar como um município que deveria passar a imagem de ser bem-sucedido. E seus avanços na Educação, ainda que emergentes, mostram que o empenho em legitimar sua condição municipalizada transparecia nas ações da própria Prefeitura de Mesquita e da Secretaria Municipal de Educação, que buscaram empreender uma estrutura para ofertar um número de matrículas necessárias para suas escolas.

A preocupação em constituir a rede municipal de ensino – inicialmente composta por apenas nove escolas oriundas de seu antigo município-sede, Nova Iguaçu –, logo em seu primeiro ano de existência nos mostra que os aluguéis de escolas particulares e o contato de professores para integrar o sistema público de ensino, foram ações essenciais para que o município mostrasse às demais esferas do poder público – municipal, estadual e federal – que o setor de educação e a própria cidade de Mesquita teriam condições de levar a cabo sua política emancipatória. Entretanto, também mostra o tipo de política que se faz quando se utiliza esse tipo de empreendimento político.

Concluimos assim, que o processo de municipalização envolve um tipo de política que tem muito custo para a população e para o próprio sistema, que para se estruturar, lança mão de ações emergenciais que tanto podem legitimar sua emancipação quanto pôr em cheque a capacidade do novo *status* de cidade. Ademais, tal processo se posterga ao longo dos primeiros anos e reflete na configuração de sua identidade e trajetória.

⁹¹ Conforme fora relatado por entrevistados, alguns professores contratados pela prefeitura conseguiram ser efetivados por ação judicial, alegando ter contribuído por mais de três anos para o desenvolvimento do município. Não houve tempo hábil de encontrarmos registros de matrículas originadas por tais processos, mas chegamos a contatar, sem sucesso, alguns professores que viveram essa situação para realizar entrevistas.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BARROS, Gisela de Jesus. *Nossas ruas têm história – Mesquita/RJ*. 1.ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express Gráfica e Editora, 2011.

BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Um pouco da história de Iguassú a Iguçu*. Nova Iguaçu: Colégio Leopoldo Machado, 1993.

_____; AMORIM, A. C. Do pouso da cachoeira ao município de Mesquita (1692-1999). In: TÔRRES, Gênesis (Org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. 2.ed. ver. e ampliada. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI Nicola & PASQUINO, Gianfranco. Modernização. In: *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 768-776.

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. In: *Educação e pesquisa*. São Paulo, vol. 28, n.1, jan./jun. 2002. p. 11-30.

_____. et al. Histórias de vida e autobiografias na formação de professores e profissão docente (Brasil, 1985-2003). In: *Educação e pesquisa*. São Paulo, vol. 32, n. 2, 2006. p. 385-410.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_37_.shtm>. Acesso em: 10 de abril de 2015.

_____. Lei Complementar nº1 de 9 de novembro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp01.htm>. Acesso em: 23 de abril de

2016.

_____. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. *Ação Civil Pública n. 00940-2005-223-01-00-6*. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoTexto.asp?id=2465536&tipoAp=p=RTF>>. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

CARVALHO, Fábio Garcez de. *As pequenas comunidades rurais e o ofício de ensinar: de professor leigo a funcionário municipal (1940-2000)*. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Libânia Nacif Xavier. Rio de Janeiro, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. História da educação escolar e sociologia: uma relação promissora. In: *Educ. Rev.* vol. 30, n. 02 2014. p. 95-116.

CONY, Carlos Heitor. Laranjas de ontem e de hoje. In: *Folha Online*, em 27 de abril de 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult505u159.shtml>>. Acesso em: 20 de novembro de 2015.

DIAS, Amália. *Apostolado cívico e trabalhadores do ensino: história do magistério do ensino secundário no Brasil (1931-1946)*. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

_____; BEZERRA, Nielson Rosa. Dossiê história da educação na Baixada Fluminense: Redes educativas e processos de escolarização. In: *Editorial da Recôncavo: Revista de História da Uniabeu*. vol. 4, n. 6, 2014. Disponível em: <www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo>. Acesso em: 24 de janeiro de 2015.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In: *Educação e sociedade*. Campinas, vol. 19, n. 62, 1998.

_____. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 1997. p. 241-266.

_____. *Trabajo y Socialización (Introducción)*. El declive de la institución – profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado. Trad. de Luciano Padilla. Barcelona: Gedisa Editorial, 2006.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ESTEVE, José Manuel. *O mal-estar docente*. Lisboa: Escher, Fim de Século, 1992.

_____. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1999.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. In: Estudos Avançados. São Paulo, vol. 6, n. 14, 1992. p. 7-22. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9563/11132>>. Acesso em: 1 de agosto de 2015.

FILADELFO, Edson Borges. *Nova Iguaçu, cidade-mãe do nascimento de Iguassú a gestão de Iguaçu Nova em uma abordagem geográfica*. Disponível em: <<http://www.geoeducador.xpg.com.br/textos/artigoedson.pdf>>. Publicado em: 20 de julho de 2009. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (Org.). *Narrativas de professoras: pesquisando leitura e escrita numa perspectiva sócio-histórica*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998.

GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOES, Hildebrando de Araújo. *Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ministério de Viação e Obras Públicas, 1934.

GUEDES, Jordania Rocha de Queiroz. *Cenário de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

_____. *Escolas no Recôncavo da Guanabara. História do processo de escolarização de Iguassú (1833-1862)*. Monografia de conclusão de curso. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HESPANHA, Pedro. Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, 2002. p. 21-31.

LAPO, Flavinês Rebolo; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 118, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16830.pdf>>. Acesso em: 02 de março de 2015.

LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos – disposições e variações individuais*. São Paulo: Artmed, 2004.

LE GOFF, Jacques. Antigo/Moderno. In: *Memória e história*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 167-199.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

MAGALHÃES, João Carlos. Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil. In: YWATA CARVALHO, Xavier et al. *Dinâmica dos municípios*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito municipal brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

MESQUITA. *Lei nº 001*, de 13/02/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 007*, de 06/03/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 008*, de 06/03/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 011*, de 16/04/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 016*, de 07/05/2001. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 076*, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 077*, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 078*, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 079*, de 04/02/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 114*, de 11/09/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 120*, de 04/10/2002. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 181*, de 22/03/2005. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/?page_id=4163>. Acesso em: 25 de abril de 2016.

_____. *Lei nº 314*, de 13/10/2005. Disponível em: <<http://www.mesquita.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/DECRETO-N%C2%BA-314-2005-FAMSERMUNI-FUNDO-DOS-SERVIDORES-DE-NOVA-IGUA%C3%87U.doc>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

MORAIS, Maria de Jesus. “*Acreanidade*”: invenção e reinvenção da identidade acreana. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Tese de doutorado). Niterói, 2008.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes. A cidade imaginada ou o imaginário da cidade. In: *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. vol. 1. Rio de Janeiro, 1998.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: _____. *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1995.

_____. O passado e o presente dos professores. In: _____. *Profissão professor*. 2 ed. Porto: Porto Editora, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. In: *Educar em Revista*, n. especial 1. Curitiba: UFPR, 2010. p. 17-35.

PEREIRA, Waldik. *Nova Iguaçu para o curso normal*. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1969.

_____. *A mudança da Vila*. Rio de Janeiro: Ed. Autor, 1970.

PESSANHA, Eurize Caldas. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo: Cortez, 2001.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1988. p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

RIBEIRO, Wanderley. *Municipalização. Os conselhos municipais de educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

RIO DE JANEIRO. *Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA*. MESQUITA, 2010.

ROCHA, André Santos. *Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal*. Programa de Pós-graduação em

Geografia/UFF (Dissertação de mestrado). Niterói, 2009.

ROLLEMBERG, Ana Tereza Vieira Machado. Histórias de vida de duas professoras: narrativas como instrumento de construção da identidade profissional. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). *Discursos de identidades*. 1ed. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

SANTOS, Ana Maria Marques; BEZERRA, Carla Andreza Marques. Política e programa de educação ambiental no município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública. In: *A pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação no Brasil*. Ribeirão Preto, vol.1. VI Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In: *Lua Nova* [online]. N. 39, 1997. p.105-124. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451997000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

SANTOS, Cybele Regina Melo dos. A práxis e o poder simbólico representados na personagem do funcionário público. In: ROCHA E SILVA, Rejane Vecchia da (Org.). *Literatura e comparativismo contemporâneo: narrativa, poesia e cinema*. Textos apresentados no XII Encontro de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa. 1ª edição. Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013. p. 56-60. Disponível em: <www.usp.br/estudoscomparados>. Acesso em: 11 de abril de 2014.

SILVA, Andréa Cristina Oliveira Duarte de Souza S. da. *Caminhos do sindicalismo: trajetória de vida de professores do Sepe/Baixada Fluminense*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação da prof.^a dr.^a Miriam Waindefeld Chaves. Rio de Janeiro: 2012.

SILVA, Maria Fatima de Souza. *Memória, identidade e poder em disputa: tentativas de emancipação do município de Mesquita/RJ – Baixada Fluminense*. In: XI Encontro Regional de História: Democracia e conflito, 2004, Rio de Janeiro. Associação Nacional de História – Núcleo do Rio de Janeiro – Livro de resumos – XI Encontro Regional de História, 2004. p. 01-224.

_____. *Das terras de Mutambó ao município de Mesquita*. RJ. Mesquita/RJ: Entorno, 2007.

_____. *Das terras de Mutambó ao município de Mesquita*. RJ. Memórias da emancipação nas vozes da cidade. XXVIII Simpósio Nacional de História. Regional Sul

da Associação Nacional de História (ANPUH). Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434328606_ARQUIVO_Trabalho_completoSEMINARIOANPUH2015.pdf>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bordieu: a teoria na prática. In: *Revista de Administração Pública*, n. 40, 2006a. p. 27-56.

TORRES, Gênesis. *Arruda Negreiros: um construtor*. Disponível em: <<http://www.ipahb.com.br>>. Acesso em: 22 de outubro de 2015.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

XAVIER, Libânia Nacif. *Associativismo docente e construção democrática: Brasil-Portugal (1950-1980)*. Rio de Janeiro: EdUERJ; FAPERJ, 2013.

ZARCA, Bernard. L'ethos professionnel des mathématiciens. In: *Revue française de sociologie*, vol. 50, n. 2, 2009. p.351-384.